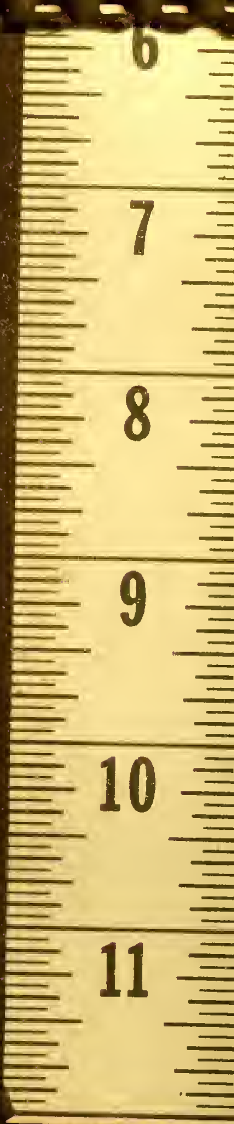

6 7 8 9 10

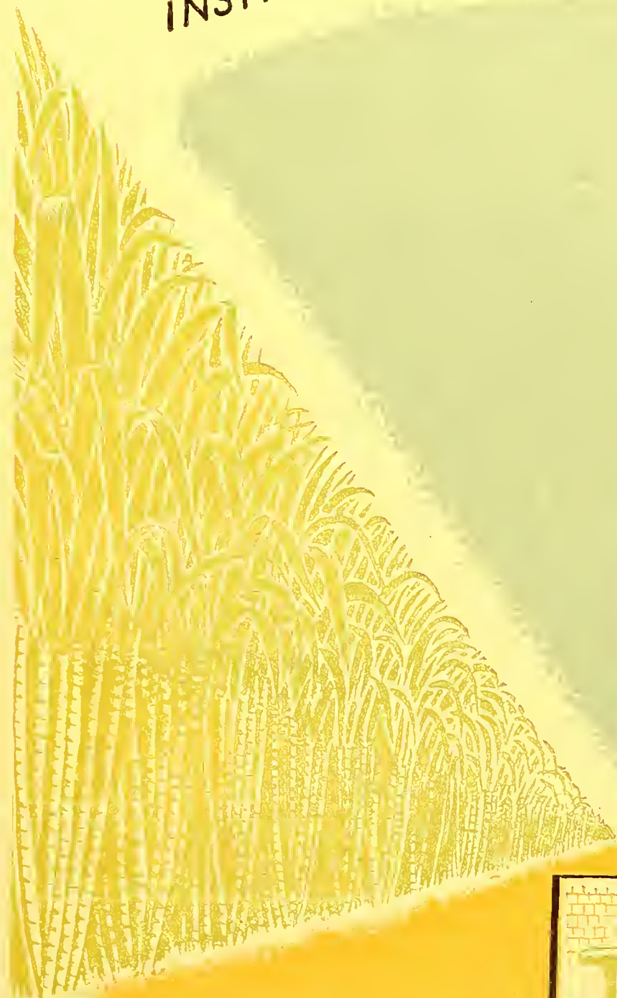


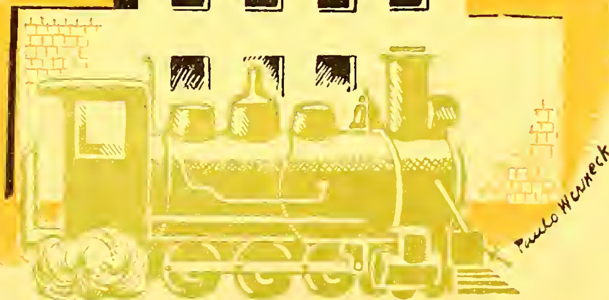

6 7 8 9 10 11


70

Esta Revista foi comp ... Grafica Rio-Arte — S/A J. Lucena — Rua Mayrink Veiga, 22 — Rio de Janeiro

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL





BRASIL AÇUCAREIRO

ANO IX — VOL. XVIII SETEMBRO — 1941 N.º 3

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Criado pelos decretos ns. 22.789 e 22.981, respectivamente, de 1 de junho e 25 de julho de 1933

Expediente : nos dias uteis, de 9 horas às 11 e meia e de 13 e meia às 17 horas. Aos sábados, de 9 às 12 horas

COMISSÃO EXECUTIVA

Delegado do Banco do Brasil — A. J. Barbosa Lima Sobrinho, presidente.
Delegado do Ministerio da Fazenda — Alberto de Andrade Queiroz, vice-presidente.
Delegado do Ministerio do Trabalho — Otavio Milanez.
Delegado do Ministerio da Agricultura — Alvaro Simões Lopes.
Delegado dos usineiros de Pernambuco — Alde Sampaio.
Delegado dos usineiros de São Paulo — José Inacio Monteiro de Barros
Delegado dos usineiros do Estado do Rio — Tarcisio de Almeida Miranda.
Delegado dos usineiros de Alagoas — Alfredo de Maia.
Delegado dos banguezeiros e plantadores de cana — Moacir Soares Pereira.

CONSELHO CONSULTIVO

Delegado dos usineiros da Baía — Arnaldo Pereira de Oliveira, presidente.
Delegado dos plantadores de São Paulo — Romeu Cuocolo, vice-presidente.
Delegado dos usineiros da Paraíba — Luiz Veloso.
Delegado dos plantadores da Paraíba — Osvaldo Trigueiro.
Delegado dos plantadores de Pernambuco — Aderbal Novais.
Delegado dos plantadores de Alagoas — João Soares Palmeira.
Delegado dos plantadores de Sergipe —
Delegado dos usineiros de Sergipe — João Dantas Prado.
Delegado dos plantadores da Baía — José Augusto Lima Teixeira.
Delegado dos plantadores do Estado do Rio — Dermeval Lusitano de Albuquerque.
Delegado dos usineiros de Minas Gerais — Joaquim Azarias de Brito.
Delegado dos plantadores de Minas Gerais — José Pinheiro Brandão.

Sede: RUA GENERAL CAMARA, 19 - 4°, 6° e 7° ands

RIO DE JANEIRO — Caixa Postal, 420 — Endereço telegráfico: COMDECAR

Fones: Presidencia, 23-6249; Vice presidencia, 23-2935; Gerencia, 23-5189; Contabilidade, 23-6250; Secretaria, 23-0796; Almoxarifado, 23-6253; Alcool-motor, 23-2999; Estatística, 43-6343; Fiscalização, 23-6251; Publicidade, 23-6252; Jurídica, 23-6161; Funcionalismo, 43-6109; Gabinete Médico, 43-7208; Estudos Econômicos, 43-9717; Portaria, 43-7526.

Secção Técnica — Avenida Venezuela, 82 — Tel. 43-5297.
Depósito de alcool-motor — Avenida Venezuela, 98 — Tel. 43-4099.

DELEGACIAS REGIONAIS NOS ESTADOS

Endereço telegráfico: SATELÇUCAR

PARAIBA — Rua Barão do Triunfo, 306 — João Pessoa.
PERNAMBUCO — Av. Marquês de Olinda, 58 — 1.° — Recife.
ALAGOAS — Edificio da Associação Comercial — Maceió.
SERGIPE — Avenida Rio Branco, n.° 92, 1.° and. — Aracajú.
BAIA — Rua Miguel Calmon, 18-2.° and. — São Salvador.
RIO DE JANEIRO — Edificio Lizandro — Praça São Salvador — Campos.
SÃO PAULO — Rua da Quitanda, 96 — 4.° — São Paulo.
MINAS GERAIS — Palacete Brasil — Av. Afonso Pena — Belo Horizonte.

DISTILARIA CENTRAL "PRESIDENTE VARGAS": Cabo — E.F. Great Western — Pernambuco.
Endereços : Caixa Postal, 97 - Recife; Telegráfico - DICENPER - Recife.

DISTILARIA CENTRAL DO ESTADO DO RIO : Estação de Martins Lage — E. F. Leopoldina.
Endereços : Caixa Postal, 102 - Campos; Telegráfico - DICENRIO - Campos; Telefônico — Martins Lage 5.

SUMARIO

SETEMBRO — 1941

POLITICA AÇUCAREIRA 3
SERVIÇO DE ARRECADAÇÃO DA TAXA DE USINAS 5
DIVERSAS NOTAS — (Alcool anidro — A reforma da lei 178 — Suprimento de açucar ao Distrito Federal — O extra-limite de Ponte Nova — Um telegrama da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco — Instituto de Aguardente do Rio Grande do Sul) 6
SINTESE ESTATISTICA DA POSIÇÃO DA INDUSTRIA AÇUCAREIRA 10
A QUEDA DA IMPORTAÇÃO DE GASOLINA E O EMPREGO DO ALCOOL-MOTOR COMO SEU SUCEDANEO 11
O FATOR GEOGRAFICO NA ECONOMIA AÇUCAREIRA — Mario Lacerda de Melo 14
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOS LAVRADORES DE CANA DO BRASIL 17
LEGISLAÇÃO 18
A TAXA DE DEFESA DA PRODUÇÃO DO AÇUCAR E DO ALCOOL EM MINAS 21
A ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DA CANA DE AÇUCAR DE CUBA 24
DESPACHOS DO PRESIDENTE DO I.A.A. 25
AS PRAGAS DA CANA NO PERU' 27
CRONICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL 28
AS SAFRAS AÇUCAREIRAS NORTE-AMERICANAS 34
PRODUÇÃO E CONSUMO MUNDIAIS DE AÇUCAR 38
NOVA MATERIA PLASTICA DO BAGAÇO DE CANA 39
BALANCETE E ORÇAMENTO DO I.A.A. 40/42
A PRODUÇÃO DE AÇUCAR NAS USINAS MODERNAS DA INDIA EM 1939-40 44
O MONOPOLIO AÇUCAREIRO DAS INDIAS OCIDENTAIS E O DEBATE DOS OITO DIAS EM 1841 — Noel Deerr 46
NOVAS APLICAÇÕES PARA O AÇUCAR E SEUS SUB-PRODUTOS 49
ATAS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I.A.A. 52
UTILIZAÇÃO DAS CALDAS DE MELAÇOS 54
A QUEIMA DA CANA ANTES DA COLHEITA — Artur H. Rosenfeld 56
DEFESA CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO NAS PLANTAÇÕES DE CANA DE HAVAÍ 57
QUADROS DA SECÇÃO DE ESTATISTICA DO I.A.A. 59/62
MONOCULTURA E POLICULTURA NO BRASIL — Gilberto Freire 63
A ECONOMIA DIRIGIDA NA INDUSTRIA AÇUCAREIRA 64
PUBLICAÇÕES 65
COMENTARIOS DA IMPRENSA 68

ANUNCIOS

NOTICIAS DE PETREE & DORR 2
USINA SERRA GRANDE S. A. 4
CIA. QUIMICA RHODIA BRASILEIRA 9
EMPRESA COMERCIAL IMPORTADORA 17
LES USINES DE MELLE 22/23
LINK-BELT COMPANY 33
THE ALUMINIUM PLANT & VESSEL Co. LTD. 37
COMPANHIA GERAL DE MATERIAL RODANTE S. A. 43
F. G. FONTES & CO. 48
BANCO DO BRASIL .... Capa
CIA. USINAS NACIONAIS .... "

Redação e Administração - RUA GENERAL CAMARA, N.º 19 - 7.º Andar — Sala 12 — Telefone : 23-6252 — Caixa Postal — 420
Diretor : MIGUEL COSTA FILHO
Redator principal : Joaquim de Melo
Redatores : Gileno Dé Carli, Teodoro Cabral, José Leite e Renato Vieira de Melo.

BRASIL AÇUCAREIRO

Orgão Oficial do
INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ANO IX — VOL. XVIII SETEMBRO DE 1941 N.º 3

POLÍTICA AÇUCAREIRA

Publicamos em outro local, na presente edição, um quadro organizado pela Secção de Fiscalização do Instituto do Açucar e do Alcool, resumindo a arrecadação da taxa de usina, desde a safra de 1931/32 até o começo da de 1941/42. A exatidão das respectivas cifras é atestada pelo seu confronto, inserto no mesmo quadro e através de notas explicativas, com as dos recolhimentos escriturados pela Contabilidade do I.A.A.

Por aí se vê que o total arrecadado até 31 de julho de 1941 se elevou a 301.132:964$200, sendo 33.189:954$000 pela Comissão de Defesa da Produção Açucareira e 267.943:010$200 pelo Instituto do Açucar e do Alcool. Nesse total está incluida a importancia de ...... 1.803:223$100 da taxa de 100 réis para propaganda.

Demonstra esse trabalho, antes de tudo, a eficiencia com que é exercida a fiscalização do I.A.A. sobre as usinas do país. Acompanhando de perto as atividade de cada uma, pelo controle das guias de pagamento da taxa e vigilancia das saidas do produto, os fiscais estão sempre ao par da arrecadação daquele tributo, a cargo do Banco do Brasil. E como se comunicam regularmente, pelos seus relatorios-fichas, com o chefe da Secção, pode essa informar, a qualquer tempo, do movimento arrecadador, utilizando apenas os proprios dados.

Está claro que à Contabilidade cabe centralizar a vida financeira do I.A.A., registrando a receita e realizando a despesa. A importancia de suas funções nesse sentido é comprovada pela publicação normal dos balancetes mensais e anuais, bem como da posição do orçamento, com a discriminação de todas as verbas por duodécimos, a aplicação de cada uma e os respectivos saldos de crédito.

Quer isso dizer que a administração financeira desta autarquia se processa abertamente, à luz da mais ampla publicidade pelo seu orgão oficial, podendo ser objeto de exame, ponto por ponto, de quaisquer interessados. E como os maiores são as classes vinculadas à industria do açucar e do alcool, abrangendo desde os trabalhadores rurais até os proprietarios de usinas, assiste a essa grande comunidade, alem das inúmeras vantagens que lhe garante a organização de sua defesa, o direito de conhecer seguramente a movimentação dos frutos do seu trabalho.

Já vimos que o total da taxa arrecadada, durante as 10 safras e o principio da 11.ª, decorridas sob o dominio da nova política açucareira do Brasil, ascende a 301.132:964$200. Ante o vulto dessa cifra, acode logo a quem quer que seja, ainda que sem qualquer relação com a velha industria, a curiosidade de saber em que a mesma foi empregada. E' possivel satisfazer de pronto a essa curiosidade, sem o rigor de uma prestação de contas, porque isso compete à alta direção do Instituto, que aliás costuma fazê-lo todos os anos nos seus relatorios. Para o fim visado, basta-nos referir as principais aplicações da receita, no período em apreço, compreendendo as obras realizadas, os serviços prestados e as disponibilidades bancarias, porque representam os fundos patrimoniais desta autarquia, correspondem às finalidades precipuas de sua fundação e garantem a absoluta continuidade de sua ação.

À luz desse criterio, sumariamos abaixo as maiores inversões das rendas recolhidas pelo Instituto e bem assim os demais beneficios que melhor caracterizam a sua atuação em favor da economia açucareira:

Custo de instalação e despesas de fabricação da Distilaria Central do Estado do Rio de Janeiro (Campos) e da Distilaria Central "Presidente Vargas" (Pernambuco), custo de

instalação da Distilaria Central da Baía e construção da Distilaria Central de Ponte Nova	58.227:493$600
Financiamento às Distilarias da Cia. Geral de Melhoramentos em Pernambuco S.A. (Usina Cucaú), Cia. Industrial Paulista de Alcool S.A. S. Paulo), Usina Brasileiro S.A. (Alagoas), Usina Catende S. A. (Pernambuco), Usina Tiuma (Pernambuco), Usina Sta. Terezinha S. A. (Pernambuco) e Distilaria dos Produtores de Pernambuco S. A.	13.564:153$990
Aplicação em empréstimos a produtores e diversos, cuja soma rotativa, até hoje, vai alem do dobro dos saldos atuais, que montam a	27.905:845$561
Bonificações, restituições e outros meios de auxilios diretos e indiretos aos produtores, cuja soma se aproxima, até o presente, de	36.000:000$000
Aquisição das ações da Companhia Usinas Nacionais.	10.707:000$000
Fundos bancarios atuais ..	64.350:215$100
Total geral	210.754:708$251

Temos aí o total de 210.754:708$251, empregado pelo I.A.A. em realizações e operações de necessidade e utilidade para as classes ligadas à produção do açucar e do alcool. A diferença entre esse montante e o da receita arrecadada, e que é de .... 90.378:255$944, além de compreender outros beneficios indiscriminados às mesmas classes, responde pela propria vida deste aparelho de defesa, nos dez anos e meses de sua existencia. O desenvolvimento crescente dos seus serviços, para atender às legítimas solicitações de toda a sorte de interessados, acarretando aumento dos quadros do pessoal e dos estoques de material, constitue a melhor prova de que o Instituto é uma organização de plena vitalidade e eficiencia, porque sabe distribuir as suas rendas de harmonia com as conveniencias e as aspirações do meio em que atua e, sem lançar mão de qualquer outra fonte de recursos, mantem-se no regime permanente de saldos vultosos, de maneira a poder acudir às novas exigencias da propria evolução e da economia açucareira.

O professor Priestly, da Universidade de Sidney, condenava o hábito dos jogadores de "foot-ball" de chupar limões durante os intervalos do jogo. O de que o jogador cansado precisa é alguma coisa que lhe reponha as energias perdidas sem perturbar o sistema nervoso e para esse fim indicava o uso do café com muito açucar. — Dr. Adrião Caminha Filho.

SERVIÇO DA ARRECADAÇÃO DA TAXA DE USINAS

TOTAL ARRECADADO ATE' 31 DE JULHO DE 1941

1931/32	C.D.P.A.		4.297:008$000
1932/33	C.D.P.A.	25.653:978$000	
	I.A.A.	607:874$950	26.261:852$950
1933/34	C.D.P.A.	3.238:968$000	
	I.A.A.	23.987:463$000	27.226:431$000
1934/35	I.A.A.		33.538:551$750
1935/36	"		35.283:336$900
1936/37	"		27.102:481$600
1937/38	"		33.046:105$600
1938/39	"		34.807:077$900
1939/40	"		39.790:553$700
1940/41	"		37.772:007$200
1941/42	"		2.007:557$600
	— TOTAL		301.132:964$200

CONFRONTO COM A CONTABILIDADE NA MESMA DATA

Taxa de 3$000.	299.329:741$100		
Taxa de $100.	1.803:223$100	301.132:964$200	
C.D.P.A.	33.189:954$000		
(I)	90.081:497$740		
(II)	700:245$000		
(III)	1.704:765$100	(—) 125.676:461$840	175.456:502$360
— FISCALIZAÇÃO		175.456:502$360	
— CONTABILIDADE (RAZONETE)		175.455:987$560	
(IV)		514$800	

(I) — Valor transferido da conta "TAXA DE AÇUCAR DE USINA" p/a de "LUCROS & PERDAS".

(II) — " " " " " " " " " " " "FINANCIAMENTO DE AÇ. P/EXPORT. C/DE COMPENSAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE EXTRA-LIMITE — Safra 1939/40".

(III) — " " " " " " " " " " " "FUNDOS PARA PROPAGANDA — $100 p/saca".

(IV) — " a ser transferido da conta "COMISSÕES" p/a de "TAXA DE AÇUCAR DE USINA".

11 de agosto de 1941.

F. WATSON
Chefe da Secção de Fiscalização

DIVERSAS NOTAS

ALCOOL ANIDRO

Não tendo sido deferido o seu requerimento relativo à transformação em alcool do remanescente do extra-limite das suas usinas situadas em São Paulo, na safra 1940-41, a Société de Sucreries Brésiliennes, em novo pedido, propôs transformar diretamente em alcool materia prima correspondente ao volume de açucar extra-limite da safra 1940-41, para a liberação do mesmo, por conta da safra 1941-42.

As usinas mencionadas iniciarão a safra, fabricando exclusivamente alcool anidro, até terem consumido um volume de canas correspondente aos 34.354 sacos de açucar extra-limite da safra 1940-41. Essa quantidade de açucar será liberada após a verificação, pelo Instituto, do emprego da referida materia prima, na produção de alcool anidro.

A produção da safra 1941-42, nas três usinas da Société, será reduzida de quantidade equivalente aos 34.354 sacos a liberar, da safra anterior.

A Comissão Executiva, na sessão de 4 de julho, discutiu o parecer da Gerencia, considerando, como esta, que era o requerimento suscetivel de exame e solução favoravel, pelo fato da necessidade urgente de alcool, para a manutenção da mistura em São Paulo. A fabricação imediata de alcool anidro, nas condições indicadas, proporcionará um abastecimento de mais de um milhão de litros, com o qual se poderá manter a mistura, até o inicio definitivo da fabricação de alcool em todas as distilarias do Estado.

A operação questionada poderá ser facilmente constatada pelo Instituto, quer pelo volume de canas, quer pela respectiva produção de alcool. O volume de canas deverá corresponder ao necessario para a fabricação de 34.354 sacos de açucar, na base de rendimento industrial verificado nas questionadas usinas.

A Secção de Fiscalização dará as devidas indicações a respeito, e o controle ficará a cargo do inspetor tributario do Instituto, em São Paulo.

Em face do resultado da discussão em torno do assunto, resolveu a Comissão aprovar a proposta em questão, para o fim de permitir a conversão em alcool da materia prima correspondente aos 34.354 sacos de açucar extra-limite das usinas da Sucreries, com redução correspondente da produção obtida na safra 1941-42, dentro do limite das usinas. A fabricação de alcool terá lugar no inicio da safra, ininterruptamente, até atingir um volume correspondente à materia prima que seria utilizada para a produção da mencionada quantidade de açucar extra-limite.

A operação da conversão em alcool se realizará em uma ou mais usinas da Société. Verificada a realização da questionada transformação de materia prima em alcool, será liberado o excesso de 34.354 sacos da safra 1940-41, mediante pagamento da taxa de defesa. Sómente depois de terminada a operação em apreço, as Usina dela encarregadas poderão iniciar o fabrico de açucar da safra 1941-42.

O presidente do I.A.A. recebeu uma carta da firma Clulow & Cia. Ltda., comunicando o próximo embarque em Nova York, pelo vapor "S. S. Buenos Aires", do tanque para depósito de alcool, com capacidade para 2.500.000 litros, adquirido pelo Instituto e a ser instalado na Ilha de Barnabé, pertencente à Cia. Docas de Santos, no porto de Santos.

Na sessão realizada a 9 de julho último pela Comissão Executiva, foi lido um oficio do general Horta Barbosa, presidente do Conselho Nacional do Petroleo, participando o integral acordo do Conselho, relativamente à elevação para 40% de alcool anidro, na mistura carburante com que o Estado de Pernambuco abastecerá os mercados de Sergipe, Alagoas, Paraiba, Rio Grande do Norte, Ceará, alem do seu proprio mercado.

Quanto à elevação para 15% de alcool anidro, nas misturas carburantes distribuídas nos Estados de São Paulo, Baía, Espírito Santo, Rio de Janeiro e parte de Minas Gerais, com ela concorda igualmente o Conselho Nacional de Petroleo.

Finalmente, para os Estados do Maranhão, Piauí, Amazonas e Pará, o Conselho considera revogada a disposição que tornara obrigatoria a mistura alcool-gasolina, permitindo, assim, a livre venda de gasolina pura, nos respectivos mercados.

A REFORMA DA LEI 178

O sr. Barbosa Lima Sobrinho, na sessão efetuada pela C.E. do I.A.A. a 9 de julho último, disse que, quando se fez a proposta para ser reformada a Lei 178, declarou que oportunamente traria o assunto a novos debates. Completava-se, naquele dia, o prazo de um mês da remessa do ante-projeto aos interessados. Acha oportuno aproveitar a ocasião para propor uma fórmula que parece estar em correspondencia com os interesses gerais.

Entende que o Instituto deve fazer um novo esforço para a renovação do projeto.

Em telegramas passados aos representantes de classe, fez-se ver que o Instituto não poria dúvida em concordar com um prazo complementar de 10 a 15 dias, pois não poderia ficar adstrito a uma questão de prazo, quando a perfeição da lei está em jogo. Dentro desse ponto de vista, lembrava a convocação dos representantes das classes interessadas dos Estados açucareiros, para uma assembléia, na sede do Instituto, no dia 31 de julho.

Nesse sentido, serão convocados os Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Baía, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, este último, em face dos interesses consideraveis que existem entre usineiros e plantadores de canas.

Como a Comissão Executiva tem uma organização em que prepondera, em grande escala, a representação dos industriais, seria interessante convocar, em igualdade, representantes de industriais e de plantadores.

Os representantes do governo, na Comisão Executiva, tomarão, tambem, parte na Assembléia, para poder o Instituto se valer da sua eficienciente cooperação, dada a experiencia que possuem do assunto.

Assim, a Assembléia ficará composta dos representantes dos Ministerios, e dos Delegados dos industriais e plantadores.

Com a palavra, declarou o sr. Monteiro de Barros que em São Paulo há uma comissão eleita pelos usineiros, solicitando, assim, que compareça a mesma à Assembléia, por terem os seus componentes estudado melhor o assunto, podendo substituí-lo, com vantagem.

Diante do que foi solicitado pelo sr. Monteiro de Barros, o presidente propôs, ainda, que cada Estado mandasse um representante dos usineiros e um represetnante dos plantadores e, assim, será constituida uma comissão competente, para discutir as sugestões, os temas e os demais assuntos suscitados na Assembléia.

O Instituto manifestará, assim, mais uma vez, diz o sr. Barbosa Lima Sobrinho, o propósito de não afastar a colaboração dos produtores, desejando, ao contrario, que prestem, no caso, a mais ampla e franca cooperação.

Declarou ainda o presidente que o anteprojeto poderia ter tido uma discussão mais ampla, se os propósitos do Instituto não tivessem tido uma erronea interpretação, por parte dos produtores.

Finalizando, observou que, enquanto o Instituto não encaminhar o ante-projeto ao Governo, haverá tempo para receber sugestões, pois o ideal é chegar ao máximo de perfeição e, assim, não se devem poupar esforços nesse sentido.

Poderá haver uma ou mais sessões da Assembléia, para a discussão da materia, que poderá, assim, ser examinada e solucionada sob todos os pontos de vista.

Essa proposta foi aprovada, por unanimidade.

SUPRIMENTO DE AÇUCAR AO DISTRITO FEDERAL

Na sessão efetuada a 16 de julho último, a Comissão Executiva do I.A.A., depois de estudar largamente a questão do suprimento de açucar ao Distrito Federal, resolveu que seja mantida a quota mensal de suprimento do Distrito Federal em 100.000 sacos de açucar, incluidos os produtores do Estado da Baía entre os fornecedores da mesma quota.

O Estado da Paraíba, por ser de pequeno vulto a sua produção e exportação, por proposta do presidente, não será incluido entre os quotistas do suprimento ao Distrito Federal.

As quotas de suprimento ao Distrito Federal passaram a ter a seguinte distribuição:

Estados	Mensal	Período	Anual
Rio de Janeiro .	100.000	3 meses	300.000
Pernambuco . .	62.200	9 "	559.800
Alagoas.	19.500	9 "	175.500
Sergipe	10.200	9 "	91.800
Baía	8.100	9 "	72.900
Total			1.200.000

Nas condições do aumento do consumo, agora verificado, a quota mensal de 100.000 sacos apresenta ainda um excesso de 2.000 sacos sobre o consumo real do Distrito Federal.

OS EXTRA LIMITE DE PONTE NOVA

Na secção efetuada a 4 de julho pela Comissão Executiva do I.A.A., o sr. Barbosa Lima Sobrinho mandou introduzir na sala os plantadores de cana de Ponte Nova que vieram ao Rio, em nome da classe, tratar da questão dos excessos de produção daquele municipio mineiro.

Falando em nome desses produtores, declara o sr. Ordolino Reis que a situação dos plantadores de Ponte Nova é uma situação especial e merece o amparo do Instituto.

Até 1938 os excessos de cana da zona de Ponte Nova eram pequenos e decorriam apenas das ocilações dos rendimentos culturais e do natural excesso que planta sempre o lavrador, para evitar surpresas de falta de canas, quando fatores inesperados prejudicam as lavouras. Em 1940, entretanto, se constatou um excesso de mais de 60.000 toneladas de canas, o qual se mantem no ano corrente, de 1941. A situação de Ponte Nova é especial, porque, se é certo que não mandou o Instituto plantar canas, acima das necessidades das Usinas, dentro de seus limites, proporcionou, entretanto, indiretamente, esse aumento de plantio, com a promessa da instalação da Distilaria Central em Ponte Nova.

Seria vexatorio para os agricultores de Ponte Nova, se a Distilaria do Instituto, depois de montada, viesse a ter dificuldade de funcionamento por falta de matéria prima.

Essa situação, não há a negar, proporcionou de modo decisivo o aumento da cultura de canas, em Ponte Nova, originando os excessos de materia prima, para os quais pedem os plantadores daquela zona o amparo do Instituto.

O aumento de produção poderá atingir algumas dezenas de milhares de sacos de açucar, as quais certamente não proporcionarão maior prejuizo à defesa da industria açucareira nacional.

O sr. presidente lembrou a situação dos pedidos de transferencia de quotas para as usinas da região, que proporcionará um apreciavel acrescimo na produção intra-limite das usinas de Ponte Nova.

Tambem, a Usina Pontal está terminando a instalação de sua Distilaria e poderá a mesma absorver uma parte apreciavel dos excessos de materia prima existente na zona.

O sr. Ordolino Reis respondeu que a distilaria da Usina Pontal não está ainda funcionando e só o estará de outubro em diante.

Além disso, a referida distilaria terá que utilizar os excessos de materia prima do proprio sr. Marinho Camarão, e de seus fornecedores, não podendo atender aos excessos de outros plantadores.

Na safra passada os usineiros beneficiaram os plantadores de cana, com preços superiores aos que lhes facultaria o preço por quanto lhes adquiriu o Instituto os excessos de produção.

Na presente safra, porém, em virtude dos maus resultados obtidos na safra passada, os usineiros já fizeram público que não produziriam açucar acima das quotas das suas usinas, não podendo, pois, assumir responsabilidade alguma, em relação a qualquer quantidade de canas, além da quota legal de fornecimento, de cada plantador.

A situação dos plantadores de Ponte nova requer, pois, uma solução urgente, porquanto as Usinas estão apenas trabalhando durante 12 horas por dia, utilizando sómente as canas a que estão presas por disposições legais.

Passou-se, em seguida, a discutir a questão do preço da cana dos excessos, compativel com as possibilidades de sua utilização, na base do alcool anidro, e com os interesses minimos dos seus plantadores.

Os preços de cana não poderão ser inferiores a 30$000 por tonelada, julgam os representantes dos plantadores de Ponte Nova.

Considerando os termos do debate havido em torno do assunto em apreço, o presidente fez as seguintes considerações :

O debate do assunto em foco está evidenciando a importancia de que o mesmo se reveste e não seria possivel, dentro do limitado espaço de tempo de uma sessão, chegar a uma solução satisfatoria.

A divergencia de opiniões demonstra ainda que faltam elementos essenciais para se conseguir a desejada solução do caso dos excessos de materia prima de Ponte Nova.

Esses elementos devem ser colhidos **in loco**, propondo, assim, a ida a Ponte Nova, do sr. Gileno Dé Carli, para apurar, ali, as condições de preço de materia prima e o consequente preço por que poderia o Instituto

pagar o açucar de produção extra-limite, a receber dos produtores de Ponte Nova.

Desde logo o sr. Barbosa Lima declara que pode assegurar que o Instituto receberá 60.000 sacos do açucar extra-limite de Ponte Nova, a preço correspondente ao valor de sua transformação em alcool.

O sr. Gileno Dé Carli poderá acompanhar a comissão de plantadores de cana a Ponte Nova, estudando, alí o problema em questão, apurando ainda, a verdadeira tonelagem de excessos de canas existente.

Mediante a apresentação do relatorio do sr. Gileno Dé Carli, o assunto entrará em fase de solução definitiva.

O sr. Ordolino Reis agradeceu as providencias mencionadas pelo presidente, demonstrando as mesmas a boa vontade do Instituto em dar uma solução satisfatoria ao caso dos plantadores de cana de Ponte Nova.

A proposta foi aprovada por unanimidade.

UM TELEGRAMA DA COOPERATIVA DOS USINEIROS DE PERNAMBUCO

O presidente do I.A.A. recebeu o seguinte telegrama :

Tendo se extinguido o acordo com Alagoas, fixado até 30 de junho último, cumprenos agradecer ao Instituto ter presidido o dito acordo, em cuja vigencia foi mantida cordialidade entre as partes. Atenciosas saudações. (as.) Luiz Dubeux Junior, presidente da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco."

INSTITUTO DE AGUARDENTE DO RIO GRANDE DO SUL

O sr. Barbosa Lima Sobrinho, recebeu o seguinte telegrama:

"Porto Alegre, 5-7-41. — Tomando conhecimento da aprovação do projeto, por esse Instituto, da criação de uma autarquia local destinada ao amparo e defesa da produção canavieira deste Estado, as Cooperativas, os produtores e os comerciantes especializados no ramo, acabam de fundar o consorcio previsto no mesmo projeto. Queremos aquí expressar a V. Ex. nosso agradecimento pela sua dedicação aos interesses canavieiros sulinos e o amparo decidido que prestou o representante da federação junto a esse Instituto. Outrossim desejamos igualmento louvar a V. Ex. a ação digna e dedicação demonstrada pelo dr. João Lucena Neiva no Estado. Saudações atenciosas. — Paulo Kleeman e outros."

Comentando o telegrama na sessão de 9 de julho último da C.E. do Instituto do Açucar e do Alcool, o sr. Barbosa Lima Sobrinho, esclareceu não ser o projeto em apreço de autoria do Instituto, tendo este apenas procurado orientar os produtores locais, por não ser possivel a criação de uma Delegacia do Instituto naquele Estado, como chegaram a pleitear os produtores de aguardente do Rio Grande do Sul.

O açucar utilizado na alimentação é totalmente aproveitado pelo organismo sem deixar resíduos ou cinzas como acontece com as substancias graxas e proteicas, e não produz fadiga orgânica pelo pouco trabalho que dá ao estômago a sua digestão. Dr. Adrião Caminha Filho.

SINTESE ESTATISTICA DA POSIÇÃO DA INDUSTRIA AÇUCAREIRA

Não é possivel desejar estatísticas mais completas e atualizadas do que as divulgadas pela Secção de Estatística do Instituto do Açucar e do Alcool. Antes mesmo que a ampla aparelhagem federal e estadual montada com o objetivo de refletir, numericamente, o progresso do país compreendesse que algarismos inatuais servem apenas para colecionadores, aquele orgão autárquico da administração pública havia iniciado a tarefa de divulgar mensalmente todos os dados relativos à industria açucareira.

E' preciso reconhecer, assinalar e louvar semelhante esforço, sobretudo num país como o nosso, onde a administração pública se habituou a enquistar-se na rotina; onde, quando da rotina se vai, se segue o caminho dos revolvimentos profundos, sem continuidade nas boas coisas porventura, assentadas. O serviço de informações numéricas, regulares, precisas e metódicas, que o Instituto do Açucar e do Alcool fornece ao público, como base experimental sobre que se apoia a política açucareira, mostra simplesmente o seguinte : se alguma coisa de semelhante não se realiza, de um modo geral, na materia vertente, não é porque não haja possibilidade de fazê-la.

A desculpa da enorme extensão territorial do país serve como justificativa dos atrasos habitualmente verificados em tais assuntos. Ao contrario, essa extensão deveria ser motivo para a execução de um esforço maior, visando contornar, vencer, sobrepujar os embaraços opostos.

E' verdadeiramente digno de nota dizer-se que, em meio ao ano de 1941, já se divulgaram cifras completas sobre a produção acuçareira do país em 1940. Cremos que se trata de uma exceção. Cremos, não; podemos asseverar que isso constitue uma exceção. Iamos quase dizendo uma anomalia, de tal modo generalizada se mostra a regra contraria.

Podemos bem sentir a extensão dessa realidade. Publicamos anualmente o "Retrospecto Comercial", síntese numérica da vida econômica e financeira do país. Antes que tantos orgãos federais passassem a se preocupar com a elaboração de volumes anuais similares, desperdiçando-se, assim, tempo e dinheiro que poderiam ser melhor aproveitados noutros fins, há cerca de meio século circula aquela síntese numérica da economia brasileira. Circula após a primeira metade do ano precisamente porque são insuperaveis as dificuldades para obter mais cedo as cifras, mesmo atrazadas, como as da produção do país, até mesmo as do balanço geral da República que a legislação, de modo rigoroso, obriga a divulgar em prazo certo.

Em face de semelhante realidade, tanto mais avulta o exemplo que oferece o Instituto do Açucar e do Alcool, não só publicando os dados da produção açucareira, como ainda uma serie ampla de outras cifras, absolutamente desconhecidas no que se refere a importantes setores da vida econômica e financeira do Brasil, a exemplo do que ocorre com as estatísticas sobre o consumo, por exemplo.

No quarto volume que aquele orgão autárquico acaba de divulgar sobre a produção e o consumo de açucar, na safra de 1939/40 e no ano civil de 1940, encontra-se tudo quanto substancialmente possa interessar ao país, para demonstração objetiva dos resultados da política até agora adotada. No que se refere à produção, no decurso das dez últimas colheitas, os seus algarismos são os seguintes.

PRODUÇÃO TOTAL DE AÇUCAR

	Em sacos	Em contos de réis
1930/31	16.996.145	384.336
1931/32	17.125.279	432.836
1932/33	16.269.997	468.764
1933/34	16.602.100	547.671
1934/35	16.564.703	622.779
1935/36	17.900.199	659.539
1936/37	14.996.654	609.308
1937/38	16.742.712	713.787
1938/39	18.339.728	682.046
1939/40	19.631 952	730.947

Esse decenio abrange todo o periodo de prática da nova política açucareira, cujos objetivos não cessam de ser debatidos mas cujos resultados só podem ser avaliados, exclusivamente, mediante o testemunho das estatísticas. Durante as dez colheitas supra-

A QUEDA DA IMPORTAÇÃO DA GASOLINA E O EMPREGO DO ALCOOL-MOTOR COMO SEU SUCEDANEO

Sob o título acima, "A Manhã", desta capital, publicou, em seu número de 26 de agosto último, a seguinte entrevista que lhe foi concedida pelo sr. Barbosa Lima Sobrinho, presidente do Instituto do Açucar e do Alcool:

— Na atual emergencia, que se pode esperar do alcool motor, na hipótese de escassez progressiva da gasolina ?

— A produção de alcool anidro já representa, no Brasil, um décimo de nossa necessidade de carburante. Se o alcool fosse um carburante em condições de competir, em eficiencia e rendimento, com a gasolina, nossa produção poderia ter ido muito acima daquele algarismo. Na verdade, porem, nossa política alcooleira sempre considerou que só se poderia atribuir ao alcool uma função auxiliar, para um regime de mistura. Os técnicos opinavam que o alcool poderia ser adicionado à gasolina até cerca de 20 a 25%, sem necessidade de alteração nos motores. Desse modo, a expansão da produção alcooleira se fazia dentro dessa margem de mistura; tendo como limite cerca de 100 a 120 milhões de litros, para o caso de se poder levar o alcool-motor a todos os recantos do Brasil, dentro da percentagem máxima de mistura.

— Quais as possibilidades de nosso parque alcooleiro, em face da nova situação de guerra?

—Desde que se definiram as ameaças de reduções nos fornecimentos de gasolina, vem o Instituto, por determinação do Governo, se interessando para levar a produção tão longe quanto possivel, sem esquecer os problemas futuros. Não há erro maior do que a adoção de soluções de emergencia, que possam trazer dificuldades insoluveis, quando desapareçam os motivos da solução de emergencia. Precisamos agir dentro de normas de continuidade, para que um parque industrial, estimulado pelas contigencias da guerra, não se torne amanhã um desastre para os que confiaram nas solicitações inesperadas do consumo. Nesses últimos dois anos, foram montadas, ou concluidas, 8 distilarias com uma capacidade diaria de fabricação de 145.000 litros. O Instituto aumentou consideravelmente os meios de transporte de alcool, aparelhando-se com vagões-tanques necessarios. Possue perto de uma centena desses vagões e está comprando outros. E se tem esforçado, sobretudo, para o aproveitamento dos excessos de canas, nos centros produtores.

— Aproveitamento de excessos ?

— A política do Instituto está fundada na limitação da produção de açucar. Na fabricação dessa mercadoria, sobram residuos, que permitem a produção de cerca de 10 a 12 litros de alcool por tonelada de cana moida. Desse modo, com a atual limitação do açucar, poder-se-ia esperar uma produção de alcool, consideradas as usinas que possuem distilaria de alcool anidro, de cerca de 25 milhões de litros. Se conseguimos chegar a 60 milhões de litros, é que houve canas destinadas diretamente à fabricação do alcool, o que só se tornou possivel pela proibição de produ-

---

referidas, o fato dominante consite na tendencia para a alta da produção pelas usinas, ao mesmo tempo que diminue o volume procedente dos engenhos.

Nessa observação fica implicitamente focalizado o problema de custo da produção. Eis aí o ponto nevrálgico da industria açucareira, explicativo do retrocesso que se foi operando na nossa capacidade de exportação à medida que outros produtores, praticando métodos industriais avançados, passaram a absorver quotas drásticas, no consumo internacional.

Os algarismos são a propósito muito significativos. Na safra de 1930/31, as usinas contribuiam com 48,6% para a produção total do açucar, cabendo, por conseguinte, aos engenhos 51,4%. Na colheita passada, as posições, alterando-se de ano a ano, mostram que às usinas cabem 73,4% e aos engenhos 26,6% do volume global produzido.

(Do "Jornal do Comercio", Rio, 14-8-41)

ção do açucar acima dos liimtes estabelecidos. Isso demonstra que a limitação da produção de açucar se apresenta como um fator de expansão da produção alcooleira. Se chegamos aos 60 milhões, devemo-lo à política do açucar adotada pelo Governo e da qual o Instituto tem procurado ser executor fiel.

— Mas se não houvesse limitação de produção de açucar, cresceria, tambem a produção de alcool, com a existencia de maior quantidade de residuos da fabricação do açucar — observa o reporter. Ao que responde o sr. Barbosa Lima Sobrinho :

— Ilusão. O que limita a produção é o consumo. O Brasil produz todo o açucar de que precisa. Se a produção fosse acima dessas possibilidades de consumo, teriamos queda de preços e, consequentemente, desorganização da produção, com a retirada dos mais desanimados, ou dos que possuissem recursos mais precarios, ou condições mais dificeis. Devemos estar tranquilos nesse ponto: a política de limitação da produção do açucar é a que melhor concorre para a expansão da produção do alcool. Basta lembrar que, na última safra, cerca de 50% da produção de alcool veiu diretamente da cana, ou resultou do aproveitamento de açucar retirado do mercado.

— De que modo agiu o Instituto nessa expansão ?

— Recebeu e distribuiu o alcool anidro produzido, financiando todas essas operações, realizando adiantamentos, movimentando os toneis e os vagões-tanques necessarios à colocação dessa produção. Alem desse trabalho, o Instituto produziu até hoje, nas suas distilarias proprias, 26 milhões de litros de alcool. Observe-se, tambem, que esses algarismos se referem sempre ao alcool anidro e que até 1933 não existia, no Brasil, produção de alcool deshidratado, isto é, aquele de graduação superior a 99,5%. Os técnicos observavam que o alcool de graduação inferior representava uma série de inconvenientes. A sua acidez podia acelerar a corrosão de peças do motor. Um desses técnicos mostrou que um alcool ordinário danifica o motor, da mesma forma que uma gasolina ordinaria. Para proporcionar bases seguras à política alcooleira, impunha-se, como ponto de partida, a melhoria do alcool. Possuimos hoje, em condições de fabricar alcool absoluto, 38 distilarias, representando uma capacidade diaria de 572.000 litros.

— E quanto à reforma da lei 178 ?

— Não posso adiantar nenhuma opinião a respeito, pois que se distribuiu um anteprojeto aos usineiros e plantadores de cana para receber sugestões. Qualquer opinião que adiantasse não seria o prejulgamento dessas sugestões, que ainda estão chegando e não foram ainda examinadas?

— E quanto ao sentido da reforma ?

— E' o mesmo da lei 178; a proteção do plantador e a garantia da regularidade dos fornecimentos. No discurso pronunciado a 1 de maio, o presidente Getulio Vargas anunciou o advento de reformas, no dominio das atividades rurais. O que se procura, no projeto, é apenas aplicar, à disciplina das relações entre usineiros e fornecedores de cana, o mesmo espírito de justiça distributiva, em que se tem inspirado toda a legislação social e econômica do decenio 1930-1940. Espero e desejo que os usineiros e os plantadores possam colaborar com o Instituto na realização de uma tarefa, que poderá proporcionar à política do açucar, não sómente maior estabilidade, com tambem raizes mais fundas na opinião pública pela convicção de que se destina à proteção de um número incomparavelmente maior de beneficiarios.

UM COMUNICADO DA AGENCIA NACIONAL

A Agencia Nacional, distribuiu à imprensa o seguinte comunicado :

"A crise de carburante determinada pela guerra, cujos reflexos entre nós foram recentemente apontados pelo General Horta Barbosa em entrevista à imprensa, trouxe à baila novamente o problema do carburante nacional.

Houve, no começo, quem pusesse em dúvida o acerto da política tenazmente defendida pelo Presidente Getulio Vargas, para estimular e desenvolver a produção do alcool-motor. Os fatos, porém, se encarregaram de demonstrar a fragilidade de tais críticas e agora, então, com as dificuldades que estamos encontrando para nos abastecer em combustiveis líquidos, a orientação do Poder Público ressalta em toda a sua previdencia e acerto.

Nas declarações que formulou à imprensa, o sr. Barbosa Lima Sobrinho, presidente do Instituto do Açucar e do Alcool, afirmou que, embora desde 1923 técnicos brasileiros

viessem proclamando as qualidades do alcool-motor, foi somente depois de 1930, graças à ação decidida do sr. Getulio Vargas, que o assunto passou a ser considerado com a importancia que merecia. Uma serie de medidas importantes foi tomada, entre elas a criação do Instituto do Açucar e do Alcool, a cujo cargo ficou o controle da produção nacional alcooleira. No momento em que o Instituto iniciou as suas atividades havia no país apenas um aparelho para fabricar alcool anidro, com capacidade para 5.000 litros diarios, mas que ainda não se encontrava funcionando. Hoje, produzimos diariamente 538.000 litros. Afora os empréstimos concedidos às distilarias particulares, que têm atualmente uma capacidade diaria de 130.000 litros, o Instituto construiu duas distilarias para 120.000 litros diarios. Há duas outras em montagem, em Minas e na Baía; a de Alagoas deverá ser financiada pelo Instituto e a de Sergipe já está com os respectivos estudos bem adiantados. Para dar escoamento regular a tão consideravel produção, o Instituto centraliza a distribuição, em cujas operações são empregados milhares de toneis e cerca de 100 vagões-tanques. A capacidade dos depósitos é de 15 milhões de litros, devendo ser inaugurado proximamente em Santos um grande tanque para 3 milhões de litros. Não fossem os atuais limites decorrentes do preço da gasolina a que ficou subordinado na mistura o preço do alcool, poderiamos chegar facilmente a 150 ou 200 milhões de litros anuais. Nas condições presentes, a produção ficará limitada entre 60 e 70 milhões. O Instituto, porém, está estudando o meio de aumentar este limite, esperando chegar a um resultado satisfatorio. Enquanto isso não se conseguir, outras medidas serão tomadas para a expansão da produção alcooleira, inclusive para vencer o obstáculo decorrente do preço. Dentro das suas possibilidades será abonada a fabricação do alcool obtido com a produção canavieira extra-limite. Alguns milhares de contos serão invertidos nestas operações. Tambem o material de transporte e distribuição será ampliado."

O FATOR GEOGRÁFICO NA ECONOMIA AÇUCAREIRA

Mario Lacerda de Melo
Da Secção de Estudos Econômicos
do I.A.A.

II — INFLUENCIA DOS FATOS DE POSIÇÃO

E' sabido que uma das expressões das influencias mesológicas sobre as atividades humanas pode ser notada na diversificação das grandes areas geográficas de cultura agrícola. Cada produto possue seu ambiente proprio. São principalmente condições de clima e de solo que atuam no sentido da diversificação das atividades.

Sabe-se, tambem, que, no modo como se diferenciam as culturas na superficie da Terra, não há nenhuma rigidez absoluta na ação dos fatores geográficos. Verificam-se, ao contrario, certas oscilações de zonas, quer quanto à extensão, quer quanto à posição. Estas oscilações, todavia, não anulam os traços gerais do grande mosaico das areas agrícolas no amplo quadro universal. Há, pois, um criterio necessario de relatividade no modo como se deve entender a expressão **areas geográficas de um produto**. Só excepcionalmente elas significam porções de terra onde unicamente tal produto é obtido. Exprimem, antes, o conjunto de regiões onde o produto se encontra em maior abundancia relativa. Ainda aquí o termo **relativa** é necessario: abundancia relativa à quantidade de outros produtos regionais e à quantidade do mesmo produto obtida alhures. Qualquer criterio sistemático de diferenciação e fixação de areas assume maior complexidade ao se considerar que em todo gênero de vida, alem do fator geográfico, intervêm outros, tais como o histórico, o psicológico e o cultural.

As areas geográficas do açucar atingem, em latitude, extensões mais amplas do que as atingidas pela generalidade dos produtos agrícolas. Tendo o açucar uma dupla proveniencia — da cana e da beterraba —, sabe-se que é produto de climas tropicais e de climas temperados.

A cana, planta do açucar milenarmente tradicional, possue suas areas de produção na faixa da terra compreendida entre os trópicos com incursões, algumas vezes, em terrenos situados a uma distancia do equador um pouco maior. O exame do mapa mostra que as regiões canavieiras de maior latitude não chegam alem de 31 a 32 graus. O caso da produção espanhola da Andaluzia é considerado exceção.

Entre as regiões consideradas de grande produção, encontram-se, a influenciar a atividade açucareira que nelas tem lugar, outras condições geográficas alem das de solo e de clima. As mais relevantes referem-se à posição ou localização. E' este, aliás, um dos elementos mais intensamente condicionadores das atividades econômicas. Os geógrafos C. C. Huntington e F.A. Carlson precisam o conceito de localização escrevendo que ela se refere a "fatores especiais como posição, forma, area, distancia, acessibilidade, proximidade e afastamento ou isolamento, respondendo a perguntas como: onde ?, que tamanho ? (how large ?), que distancia ? (how far ?), em que direção?". E acham que ela "ultrapassa, muitas vezes, a força de qualquer outro fator isolado e afeta não somente individuos e industrias mas tambem regiões e nações" ("Geographic basis of Society"). Salientando o relevo desse elemento, os mencionados autores dizem que "a localização pode ser descrita como uma especie de elemento invisivel, intangivel do meio, mas que é fator vital em muitas atividades humanas".

Uma outra citação pode ainda contribuir para se avaliar da importancia do elemento em que falamos. E' de Pierre Clerget. Ele sentencia: "O comercio, como a guerra, depende frequentemente da posição". Considerado o comercio um dos meios de engrandecimento dos povos historicamente comprovado e considerada a guerra um dos processos violentos pelos quais se verificam modificações estruturais das sociedades, — o que a historia tambem comprova, — podemos avaliar o relevo do elemento posição diante do que observa Clerget.

Em função desse fator, embora não só dele, a industria do açucar de cana foi criada e desenvolvida nas areas territoriais onde atualmente predomina. E vamos verificar

objetivamente no que diz respeito ao açucar se ele afeta de fato "não só individuos e industrias, mas tambem regiões e nações".

Consideremos os doze paises maiores produtores de açucar de cana no ano passado (1939/40), segundo estimativa de Willet and Gray:

Maiores produtores de açucar:

1.º — India Inglesa	4.513.000	tons
2.º — Cuba	2.816.000	"
3.º — Java	1.515.000	"
4.º — Japão	1.318.000	"
5.º — Brasil	1.155.000	"
6.º — Filipinas	940.000	"
7.º — Australia	932.000	"
8.º — Porto Rico	904.000	"
9.º — Havaí	850.000	"
10.º — Natal	531.000	"
11.º — Argentina	521.000	"
12.º — Perú	466.000	"

O açucar fabricado nesses paises soma 16.441.000 toneladas. Esta cifra representa mais da metade da produção mundial que, incluindo a parte devida à industria beterrabeira, anda em torno da casa dos trinta milhões. A limitação em doze para os primeiros colocados é inteiramente arbitraria. Mas, passeando a vista sobre esse rol de uma duzia de paises, distinguiremos seis regiões insulares e seis continentais. E se insistirmos, procurando no mapa a localização das areas canavieiras dos produtores não insulares, iremos encontrá-las predominantemente em terrenos penemarítimos.

Os efeitos da influencia do mar sobre as atividades humanas e o desenvolvimento de tudo o que forma a civilização já tem servido de tema para estudos sugestivos, os quais sempre concluem por uma especie de exaltação da importancia dêsse elemento geográfico. O caso particular do açucar confirma essas conclusões.

Pode-se lembrar que no caso da India Britânica, essas condições de maritimidade não aproveitam muito. Mas, o caso da India é algo singular com suas condições peculiares de produção, seu imenso mercado interno, — efeito natural de fatos demográficos: 352 milhões de habitantes em 1931, — e com outros caracteres que o tornam impar no quadro mundial da economia açucareira. E' o maior produtor e não é praticamente exportador de açucar.

Tomando outras regiões produtoras, vejamos ainda como atua o fator localização, expresso aquí, na forma específica de insularidade. No mar das Antilhas, encontram-se, alem de Cuba, a ilha de Porto Rico, Ilhas Virgens, a República Dominicana, as Indias Ocidentais Britânicas com Trinidad, Barbados, Jamaica, Antigua, St. Kitts, as ilhas francesas de Guadalupe e Martinica, o Haití; na Oceania, Havaí e numerosas outras ilhas salientando-se as do grupo das Fiji; na África, Mauricio e Reunião; na Asia, as ilhas de Java, Formosa e o arquipélago das Filipinas.

A produção mundial no ano 1938/39, segundo a fonte estatística anteriormente citada, foi de 28.648.208 toneladas. Deste total, 18.432.543 tons. representam a parte devida ao açucar de cana. Assinalando, no quadro estatístico, as regiões insulares e somando as suas produções na safra em questão, achamos mais 10.065.000 toneladas. Isto significa que 54,6% do açucar de cana do mundo são fabricados em ilhas. Precisamos esclarecer que neste cômputo consideramos continental a produção australiana, a qual em 1938/39 foi superior a 822.000 tons.

Parece que não necessitamos de outros elementos para concluir que o açucar de cana é produção predominantemente insular. Um ligeiro cálculo e o exame do mapa vêm mostrar que a sedução do oceano é irresistivel para a cana. Não há grandes areas canavieiras em regiões mediterraneas.

Essa atração não se faz sentir apenas pela facilidade de escoamento do produto. Há um outro fator econômico de mãos dadas com o geográfico. A importação de tudo o que a região recebe em troca de açucar é igualmente favorecida pelo fato de posição. No estado a que chegou atualmente o desenvolvimento técnico da industria açucareira, as areas de intensa produção coincidem com as de grande consumo. A paisagem cultural dos grandes parques açucareiros da Terra é um dos melhores exemplos de industrialização de zonas rurais. As usinas de açucar são grandes fábricas que, a seu serviço, mobilizam todo um sistema econômico que abrange o trabalho agrícola, o transporte de materia prima, o trabalho de fabricação, o transporte do produto fabricado. E como esse mecanismo não pode coexistir com o atraso e a rotina, as zonas açucareiras são sempre importadoras de material volumoso e valioso.

Uma tendencia já muitas vezes assina-

lada nas regiões açucareiras é a que se exerce no sentido da monocultura. O geógrafo Penk notou que a manutenção de cada homem exige uma certa extensão da superficie da Terra. Aceita a observação e aceito que, com os modernos meios de transporte, a area ou as areas que sustentam determinadas populações podem achar-se a grande distancia e mesmo disseminadas em toda a superficie terrestre economicamente aproveitavel, e sabendo-se ainda que um só produto não pode bastar às necessidades humanas, torna-se forçoso concluir que quanto mais acentuada for a tendencia monucultora de uma população tanto mais imperativamente se lhe impõe a necessidade de fazer comercio. E' mais um elemento a esclarecer a localização das areas canavieiras em regiões geograficamente predestinadas a um comercio ativo.

Se, antecipando o trato de um assunto que desejamos atacar em capítulo à parte, — tivermos em vista a produção de açucar de beterraba, veremos facilmente que o fator posição atuou de forma decisiva no advento desta industria cuja era está apenas no século II. Foram, com efeito, condições de posição geográfica que informaram o fato político-histórico com fortes repercussões econômicas do isolamento da Europa na época de Napoleão. Refletidas no problema dos transportes, essas condições oneraram o suprimento europeu de açucar de cana. Refletidas em fatos do plano demográfico, foram favoraveis pela existencia de grandes populações em contacto com as zonas produtoras, o que quer dizer: grandes mercados à porta ou dentro mesmo das proprias areas produtoras. Sob este aspecto, a industria beterrabeira assemelha-se à do açucar de cana da India.

Para avaliar em que gráu e de que modo agiu o fator posição geográfica na industria açucareira do Brasil, basta um olhar retrospectivo que alcance os pontos culminantes de sua evolução histórica.

A' localização no Nordeste Brasileiro das primeiras areas canavieiras da colonia e ao seu desenvolvimento não foram estranhos os fatos de posição. Já escrevemos que "O fato de ficar a terra na parte mais oriental do continente americano foi um dos fatores de desenvolvimento da região desde os remotos tempos do primeiro donatario" (de Pernambuco). E que "O litoral brasileiros avançado para o oriente aproxima, neste ponto, a terra da Europa de onde vieram colonização e civilização e da África de onde foram trazidas levas de negros, aquí tornados elementos imprescindiveis ao sistema econômico que serviu de base a todo um processo de formação cultural". ("Pernambuco, traços de sua geografia humana").

A um fato de posição, em grande parte, deve o Nordeste, Pernambuco em particular, o desenvolvimento da industria açucareira e com ela a realidade antropogeográfica, histórica e social que naturalmente condiciona.

Vê-se que o fator posição foi para o Nordeste um fator positivo. E positivo, ele continuou enquanto o Brasil tinha os seus mercados consumidores de açucar fora de suas fronteiras e do outro lado do Atlântico. O mesmo não ocorre nos tempos atuais. Nos tempos atuais, o açucar nordestino não tem seus grandes centros de consumo na Europa. Nem mesmo são mercados externos. O Brasil que, como se sabe, já foi um dos maiores fornecedores dos mercados internacionais, tem hoje uma quota de apenas 60.000 toneladas, fixada pelo Conselho Internacional do Açucar, o que representa 1,6 por cento do açucar no mercado livre mundial, consoante cálculo de Gileno Dé Carli em seu recente livro "O Drama do Açúcar". Relativamente à produção total do Brasil (1.177.917 em 1939/40) essa quota se exprime na relação percentual de 5,09%. Os mercados açucareiros do Brasil são, pois, mercados internos na proporção de 94,91 por cento.

Outras regiões tropicais venceram o açucar brasileiro nos mercados internacionais. E o advento da industria do açucar de beterraba nos climas temperados neutralizou quase totalmente a influencia positiva do fato de posição no Nordeste açucareiro. Pouco ficou valendo que o Nordeste distasse menos da Europa que os outros centros da produção açucareira do Brasil. Para a interpretação geográfica da evolução econômica, o que esse fato demonstra é que um fator mesológico tem sempre de ser analisado em combinação com circunstancias de tempo, o que vale dizer, de condições histórico-culturais com que tem de se relacionar.

Visto que o açucar no Brasil, é, atualmente, produto de consumo interno, a posição das mais importantes areas canavieiras do Brasil, as nordestinas, tem de ser examinada em face dos mercados que se situam dentro de nossas fronteiras. A maior intensidade de consumo está em S. Paulo, Distrito Federal e Rio Grande do Sul.

Considerados os três grandes centros produtores, — o nordestino, o fluminense e o paulista, — o primeiro tem em seu passivo o elemento posição, tornado agora fator negativo.

Em trabalho intitulado "Transportes marítimos no Norte para os portos do Sul", apurou o sr. João de S. L. Cavalcanti (v. "Brasil Açucareiro", n.º de janeiro de 1941) que a despesa de transporte marítimo puro, ("não incluindo as despesas de transporte das usinas para o navio") do principal porto exportador do Nordeste (Recife) para os dois maiores portos importadores de açucar do país — Rio e Santos — é 8,66 e 8,63 por cento respectivamente do valor do saco de açucar.

Essas cifras dão bem uma idéia numérica da desvantagem de posição em que se vê o Nordeste açucareiro na competição dos mercados internos.

Em síntese, o mesmo fator geográfico de posição teve na evolução econômica do açucar no Brasil uma dupla influencia : A principio positiva para o Norte e negativa para o Sul, fez-se sentir na época em que os mercados externos predominavam. Depois, positiva para o Sul e negativa para o Norte, faz-se sentir com a escassez de possibilidades de colocação nos mercados internacionais e desenvolvimento dos mercados nacionais. Situando-se, de preferencia, as areas de consumo no Sul, aquí cresceram tambem grandes centros produtores que, contra os do Norte, lutam com a arma poderosa da posição geográfica.

O Nordeste açucareiro, a região tradicional do açucar no Brasil, a que oferece o melhor tipo de area canavieira pela sociedade cuja formação condicionou, a que produziu a já hoje bem estudada civilização do açucar no Brasil, a de traços mais peculiares talvez em todo o mundo, — o Nordeste do açucar com sua paisagem cultural e humana tão típica, esse Nordeste que tanto tem interessado pela sua historia, sua sociologia, seu romance e sua poesia conta duas derrotas em sua historia econômica. Uma nos mercados internacionais, outra nos mercados nacionais do açucar. E para ambas foi consideravel a influencia do fato geográfico de posição. A última se agravaria em possivel aniquilamento se não existisse a ação planificadora e de sentido nacional do Instituto do Açucar e do Alcool.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOS LAVRADORES DE CANA DO BRASIL

Os fornecedores de cana, reunidos nesta cidade em delegações de todos os Estados canavieiros, tiveram a iniciativa de fundar a Federação das Associações dos Lavradores de Cana do Brasil.

A idéia dessa organização, que partiu do presidente do Sindicato dos Lavradores de Carapebús, sr. Manuel Francisco Pinto, foi uma consequencia da perfeita harmonia e identidade de pontos de vista concretizados nas sugestões que essa numerosa classe, depois de examinar e debater o Estatuto da Lavoura Canavieira, apresentou ao presidente do Instituto de Açucar e do Alcool.

Uma das finalidades da nova associação é, articulando as aspirações de todos os fornecedores, pugnar pela defesa de seus direitos e interesses perante o poder público, trazendo os seus associados sempre em dia com as medidas oficiais de amparo à produção e a seus diversos agentes.

Foi eleita, no ato da constituição, uma comissão composta de três membros, que são os srs. João Palmeira, Aderbal Novais e J. A. Lima Teixeira, para dar redação final ao projeto de estatutos e dirigir, provisoriamente, a vida da nova entidade de que é justo esperar muitos beneficios para a lavoura canavieira.

LEGISLAÇÃO

BRASIL

DECRETO-LEI N.º 3.494 — De 13 de agosto de 1941

Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de medidores automáticos, para o registo da produção, nas fábricas de aguardente e alcool, e dá outras providencias.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1. A partir de 1 de janeiro de 1942, ficam todas as fábricas de aguardente e alcool, para registo da sua produção, obrigadas ao uso de medidores automáticos.

Art. 2. Os medidores deverão pertencer a tipo previamente aprovado pelo Instituto Nacional de Tecnologia.

Art. 3. O interessado requererá a aprovação do tipo de medidor de sua fabricação, juntando documentação técnica suficiente e comprometendo-se a fornecer ao Instituto os aparelhos necessarios para a representação do tipo cuja aprovação pretende.

Parágrafo único. Um dos medidores de que trata este artigo ficará depositado permanentemente no Instituto Nacional de Tecnologia.

Art. 4. A aprovação de qualquer tipo de medidor será feita por ato do Diretor do Instituto Nacional de Tecnologia, publicado no orgão oficial da União, de acordo com as normas estabelecidas no art. 14 do decreto n. 4.257, de 16 de junho de 1939.

§ 1.º Constarão da publicação aludida neste artigo a curva característica e as vasões horarias máxima e mínima admissiveis, alem de outros dados técnicos que o Instituto julgar indispensaveis.

§ 2.º A vasão horaria mínima admissivel é aquela abaixo da qual as indicações do medidor estão afetadas de um erro superior a 1,5% (um e meio por cento) para menos ou 2,5% (dois e meio por cento) para mais.

§ 3.º A vasão horaria máxima admissivel é aquela acima da qual as indicações do medidor estão afetadas de um erro superior a 2,5% (dois e meio por cento) para mais ou para menos, ou acima da qual o medidor sofre um desgaste que reduz consideravelmente a sua vida util.

Art. 5. O tipo de medidor submetido à aprovação do Instituto deve satisfazer as seguintes exigencias:

a) funcionar de acordo com os principios volumétricos ou gravimétricos;

b) permitir a realização de medições, até a temperatura máxima de 60º C (sessenta gráus centígrados), com erro não superior a 2,5% (dois e meio por cento), por mais ou menos, em quaquer vasão superior a 25% (vinte e cinco por cento) da máxima, e independentemente do teor alcoólico do líquido a ser medido, desde que este esteja compreendido entre 20 e 100º (vinte e cem graus) G.L.;

c) ser de construção sólida e não possuir peças facilmente corrosiveis pelas soluções alcoólicas;

d) ser munido de um dispositivo que exclua a possibilidade de retrocesso, uma vez instalado o medidor;

e) excluir a possibilidade de proceder-se a manipulação que redunde em medição fraudulenta sem que fique vestigio de fraude;

f) possuir uma vasão horaria máxima admissivel superior ou igual a 200 (duzentos) litros-hora.

§ 1.º Funciona o medidor pelo principio volumétrico quando, em cada período de funcionamento do sistema movel, separa uma quantidade de líquido de volume definido e constante.

§ 2.º Funciona o medidor pelo principio gravimétrico quando, em cada período de funcionamento do sistema movel, separa uma quantidade de líquido de peso definido e constante.

Art. 6. Os contadores automáticos deverão registar e totalizar separadamente as frações destiladas, quer de alcool ou aguardente, quer de aguas fracas.

Parágrafo único. Consideram-se aguas fracas os produtos de calda da destilação de gradação baixa que se destinam exclusivamente à redestilação.

Art. 7. Será cobrada pelo Instituto Nacional de Tecnologia, em cada aprovação de tipo, a taxa de 300$000 (trezentos mil réis) de acordo com o art. 17 do decreto n. 3.139, de 8 de outubro de 1938.

Art. 8. O exame inicial e as aferições periódicas dos medidores serão realizados

pelo Intituto Nacional de Tecnologia ou pelos orgãos metrológicos estaduais, aos quais tenha sido delegado o exercicio dessa atribuição, de acordo com o estabelecido pelo artigo 17 do decreto n. 592, de 4 de agosto de 1938.

Art. 9. Aprovado cada medidor, em exame inicial ou em aferição periódica, ser-lhe-á aposto o sinal de aferição legal, expedindo-se-lhe em seguida o respectivo certificado.

Parágrafo único. O certificado deverá individualizar o medidor e indicar, pelo menos, as vasões horarias, máxima e mínima admissiveis.

Art. 10. Enquanto não entrar em vigor a tabela a que se refere o art. 75 do regulamento aprovado pelo decreto n. 4.257, de 16 de junho de 1939, cobrar-se-á a taxa de 10$000 (dez mil réis) por certificado de exame inicial ou de aferição periódica de medidor.

§ 1.º Quando o exame, ou aferição, for executado pelo Instituto Nacional de Tecnonogia, a taxa será cobrada integralmente em estampilhas federais, inutilizadas pelo chefe da repartição que fizer a entrega do certificado.

§ 2.º No caso de ser o exame, ou aferição executado por orgão metrológico estadual, caberá ao Governo do Estado metade da taxa a que se refere o presente artigo, sendo a parte restante paga pela aposição, no certificado, de estampilha federal do valor de 5$000 (cinco mil réis), de acordo com o artigo 114 do regulamento aprovado pelo decreto n. 4.257, de 16 de junho de 1939.

Art. 11. Nenhum medidor poderá ser vendido sem ter sido aprovado em exame inicial e sem possuir o certificado de que trata o art. 9.º.

Art. 12. O medidor será soldado direta-aferição periódica, prevista no ato da respectiva aprovação.

Art. 13. O medidor será soldado diretamente ao dispositivo por onde corra a aguardente ou o alcool já destilados e a ligação selada pelo representante da fiscalização federal, de maneira que não se possa abrir nem retirar o medidor sem que fique sinal de violação.

Parágrafo único. Devem observar-se na instalação dos medidores as instruções e preceitos constantes dos certificados conferidos e do ato de aprovação do respectivo tipo.

Art. 14. Só se ligará o medidor a aparelho de destilação cuja produção horária média for compreendida entre as vasões horárias máxima e mínima admissiveis.

Parágrafo único. A exigencia constante deste artigo não se aplica aos medidores aferidos pelo Instituto Nacional de Tecnologia e instalados antes da publicação do presente decreto-lei.

Art. 15. Aprodução horária média de cada aparelho de destilação será fixada pela repartição fiscal do lugar em que for estabelecida a fábrica, e constará de um certificado fornecido pela mesma repartição.

§ 1.º Em caso de dúvida será a produção determinada experimentalmente, na presença do representante do fisco federal e do fabricante, lavrando-se um termo da ocorrencia por ambos assinado.

§ 2.º Do certificado ou termo de que trata o parágrafo anterior constarão obrigatoriamente os seguintes dados:

a) nome do responsavel pelo estabelecimento fabril onde o aparelho de destilação estiver instalado;

b) lugar de funcionamento da fábrica;

c) tipo do aparelho de destilação ou alambique;

d) produção horaria media do mesmo aparelho ou alambique.

§ 3.º A produção horaria media do aparelho de destilação ou alambique de funcionamento continuo é o número total de litros do líquido produzido durante uma hora, em condições normais de funcionamento.

§ 4.º A produção horária média do aparelho de destilação ou alambique de funcionamento descontínuo é o quociente da divisão do número total de litros do líquido produzido, em condições normais de funcionamento, durante um período completo de destilação, pelo mesmo período expresso em horas.

§ 5.º Os vasilhames usados nas experimentações deverão ser legalmente aferidos.

Art. 16. O medidor será retirado do aparelho de destilação com a assistencia obrigatoria do representante da fiscalização federal.

Art. 17. Se for necessario abrir o medidor, ao ato assistirá um representante do fisco federal, não podendo o aparelho ser outra vez usado sem que esteja selado novamente.

Art. 18. Tratando-se de retirada de medidor para aferição periódica, ou para outro exame, lavrar-se-á, em livro especial e autenticado, um termo da ocorrencia em que será individualizado o medidor. Esse termo

será assinado pelo representante do fisco federal e pelo interessado ou seu representante.

Art. 19. No período máximo de quarenta e oito horas após o recebimento para aferição, será o medidor remetido diretamente pela repartição recebedora a um dos orgãos referidos no art. 8.º, o qual, no prazo de 15 dias, contados da data do recebimento, o devolverá à repartição remetente.

Parágrafo único. Para o fim previsto neste artigo, não haverá limite de peso e tamanho para o transporte postal dos medidores entregues pelos orgãos incumbidos da aferição ou pelas repartições arrecadadoras.

Art. 20. Será considerada produção real do aparelho ou alambique a que for indicada pelo respectivo medidor, deduzidos 5% (cinco por cento) para compensação de perdas por vasamento, derrames, evaporação e limpeza.

Art. 21. Afim de evitar a bitributação do alcool ou aguardente, quando o processo de fabricação comportar redestilação ou retificação de mais de 5% (cinco por cento) do primeiro produto destilado, e quando não for técnica ou economicamente possivel a medição direta da produção — real como o emprego de mais de um medidor, a percentagem da dedução prevista no art. 20 poderá ser superior, a juizo dos orgãos a que se refere o art. 8.º.

Art. 22. A aplicação do art. 24 deste decreto-lei deverá preceder requerimento dirigido ao Ministro da Fazenda, e do qual constará o tipo, funcionamento e produção média do aparelho ou alambique.

Art. 23. A partir da data fixada no artigo 1.º deste decreto-lei não será concedida nem renovada qualquer patente de registo para fábrica de aguardente ou de alcool que não possuir medidores aferidos e selados, ou não os apresentar para aferição e selagem no ato do período de registo.

Art. 24. A retirada do medidor sem a presença do representante do fisco federal, o seu viciamento ou a sua adulteração, a quebra do selo ou lacre que lhe for aposto, a dessoldagem da serpentina ou de outro dispositivo semelhante, a existencia de qualquer furo ou fenda propositadamente feitos, antes do registo do líquido, bem como a falta de medidor em qualquer alambique ou aparelho de destilação de aguardente ou de alcool, serão punidos com a multa de 5:000$000 (cinco contos de réis) a 10:000$000 (dez contos de réis), imposta ao proprietario da fábrica mediante auto de infração lavrado, preparado e decidido de acordo com o regulamento do imposto de consumo, ficando os infratores, no caso de reincidencia, sujeitos à multa em dobro e à cassação da patente de registo da fábrica respectiva.

Art. 25. A venda de medidor que não tenha sido aprovado em exame inicial e não possua o respectivo certificado, sujeitará os responsaveis à multa de 1:000$000 (um conto de réis), alem da apreensão do medidor.

Art. 26. Será imposta a multa de 500$00 (quinhentos mil réis) àquele que ligar medidor ou alambique sem a observancia do disposto no art. 13 deste decreto-lei.

Art. 27. A medida do teor alcoólico das aguardentes e dos alcoois de comércio continuará a ser feita na forma preceituada no decreto n. 20.356, de 1 de setembro de 1931, até que tenham sido expedidas instruções previstas no art. 34 do regulamento aprovado pelo decreto n. 4.257, de 16 de junho de 1939.

Art. 28. As disposições deste decreto-lei não derrogam nem modificam o estatuido no art. 81, parágrafo único, do regulamento aprovado pelo decreto-lei n. 739, de 24 de setembro de 1938.

Art. 29. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1941, 120.º da Independencia e 53.º da República.

GETULIO VARGAS.
A. de Souza Costa.
João de Mendonça Lima.
Dulfe Pinheiro Machado.

("D. O.", 16-8-41).

SERGIPE

DECRETO-LEI N.º 3 — de 23 de julho de 1941

Dispõe sobre o imposto de exportação de açucar para o Rio Grande do Sul.

O Interventor Federal no Estado de Sergipe, na conformidade do disposto no art. 6.º, n. IV, do Decreto-Lei n. 1.202, de 8 de abril de 1939.

atendendo a que a calamidade sofrida pelo Estado do Rio Grande do Sul, com a enchente devastadora dos seus rios, causou grave dano à sua economia;

atendendo a que o senhor Presidente da

A TAXA DE DEFESA DA PRODUÇÃO DO AÇUCAR E DO ALCOOL EM MINAS

Sob a presidencia do ministro Laudo de Camargo, reuniu-se, a 21 de agosto último, a primeira turma do Supremo Tribunal Federal. Estiveram presentes os ministros Otavio Kelly, Barros Barreto, Anibal Freire e Castro Nunes.

Dentre os feitos julgados, constou o recurso extraordinario n. 4.207, de Minas Gerais, em que figuravam, como recorrentes, Pinto, Bouchardet & Cia. e, recorrida a Fazenda Pública do Estado.

O fato em exame constava do seguinte: A Fazenda Pública daquele Estado moveu ação contra aquela firma, para a cobrança da importancia de dezenove contos, trezentos e sessenta mil réis, relativa ao tributo que o Estado denominou "taxa de defesa da produção". A ação teve inicio em Rio Branco, alegando a executada que se tratava de uma cobrança sem razão, pois que, incidindo sobre o alcool e o açucar já existia outra taxa instituida pela União. Tratava-se, alegava ainda a executada, de um tributo inconstitucional, com a circunstancia, alem disso, de não ser feito o lançamento em forma regular.

O juiz da primeira instancia julgou procedente o pedido e o mesmo aconteceu ao Tribunal de Apelação do Estado. Indo o recurso ao Supremo Tribunal Federal, a primeira turma, em vista de se tratar de arguição de inconstitucional de uma lei estadual, levantada pelo causidico da firma executada, dr. João Teixeira de Carvalho, remeteu os autos ao Tribunal Pleno. O relator, ministro Laudo de Camargo, foi pela inconstitucionalidade do decreto estadual, que criou a referida taxa, pois colide com imposto de igual natureza decretado pela União muito antes daquele. O Tribunal acompanhou o voto do relator, à exceção do ministro Castro Nunes. Os autos voltaram à primeira turma, que, na sessão de 21 de agosto, deu provimento ao recurso, por unanimidade de votos.

Um quilo de açucar desenvolve no corpo 3.938 calorias e proporciona 112% da energia de que um homem necessita diariamente para o desenvolvimento geral de suas atividades. Dr. Adrião Caminha Filho.

República, procurando minorar os efeitos dessa calamidade, aprovou um plano de reconstituição econômica desse Estado;

atendendo a que dentro da Federação Brasileira os Estados mantêm entre si a mais estreita solidariedade, participando reciprocamente dos mesmos interesses, alegrias ou sofrimentos;

atendendo a que, no plano de reconstituição econômica gaúcha, a quota de sacrificio do Estado de Sergipe é representada pela forma de relevação do imposto sobre exportação do açucar, na proporção que lhe foi atribuida;

atendendo a que, embora essa relevação de imposto represente para as finanças deste Estado, em momento em que tão gravemente se acham comprometidas, um pesado esforço para a resistencia do seu orçamento, não é lícito deixar de correr ao apelo do Governo do Rio Grande do Sul, nos termos e condições expostas.

DECRETA:

Artigo único. Fica relevada de imposto a exportação para o Rio Grande do Sul do açucar que deste Estado lhe for destinado, no plano de reconstituição da economia gaúcha, até à quota de trinta mil sacos que lhe foi atribuida, revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado de Sergipe, Aracajú, 23 de julho de 1941, 52.º da República.

MILTON PEREIRA DE AZEVEDO
Francisco Leite Neto.

("D. O.", Sergipe, 24-7-41).

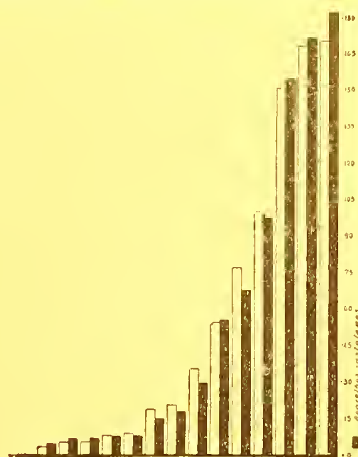
Les Usines de Melle

SOCIÉTÉ ANONYME AU CAPITAL DE FRS. 17.000.000

Anciennement: DISTILLERIES des DEUX -- SÈVRES -- MELLE
(Deux - Sèvres) - FRANCE

PROCESSOS AZEOTRÓPICOS DE DESHIDRATAÇÃO E FABRICAÇÃO DIRETA DO ALCOOL ABSOLUTO

Desenvolvimento mundial dos processos azeotrópicos



INSTALAÇÕES NO BRASIL

	Litros
Usina Catende — Aparelho novo — 4ª técnica — Em funcionamento — Construtor: Etablissements Barbet..	30.000
Usina Santa Terezinha — Aparelho novo — 4ª técnica — Em funcionamento — Construtor: Estabelecimentos Skoda..	30.000
Usina Timbó Assú — Aparelho novo — 4ª técnica — Em funcionamento — Etablissements Barbet..	5.000
Distilaria Presidente Vargas — Aparelho novo — 4ª técnica — Em funcionamento — Estabelecimentos Skoda..	60.000
Usina Cucaú — 4ª técnica — Construtor: Estabelecimentos Skoda..	15.000
Usina Trapiche — 4ª técnica — Em montagem — Construtor: Est. Barbet..	15.000
Usina Santo Inacio — Aparelho novo — 2ª técnica — Em montagem pelos Estabelecimentos Skoda..	5.000
Usina Tiúma — Aparelho novo — 4ª técnica — Construida pela filial dos Est. Barbet no Brasil..	21.000
Usina Nossa Senhora das Maravilhas — Aparelho novo — 2ª técnica — Em funcionamento —Etablissements Barbet..	15.000
Usina Pumati — 4ª técnica — Em construção — Est. Barbet..	20.000
Usina Serra Grande — Aparelho novo — 4ª técnica — Em montagem — Estabelecimentos Skoda..	12.000
Usina Brasileiro — Aparelho novo — 4ª técnica — Em funcionamento pelos Estabelecicimentos Barbet..	15.000
Usina Paineiras — Aparelho sistema Guillaume, transformado em 4ª técnica pelos Est. Skoda — Em montagem..	5.000
Distilaria Central do Estado do Rio — 2 aparelhos mistos — 2ª e 4ª técnicas — Em funcionamento — Construida pelos Estabelecimentos Barbet..	60.000
Conceição de Macabú — Em funcionamento — Aparelho Barbet transformado em 2ª técnica pelos mesmos Estabelecimentos.. ..	9.000
Companhia Engenho Central Laranjeiras — Aparelho Barbet transformado em 4ª técnica pelo Est. Barbet — Em funcionamento..	6.000
Cia. Usina do Outeiro — Em funcionamento Aparelho Sistema Guillaume, transformado em 4ª técnica — Construtor: Barbet. ..	5.000
Usina do Queimado — Em funcionamento — Aparelho Barbet transformado em 4ª técnica — Construtor: Barbet..	6.000
Usina Santa Cruz — Aparelho sistema Barbet, transformado pelos Est. Skoda — Em funcionamento..	12.000
Usina São José — Aparelho novo — 4ª técnica — Em funcionamento — Construtor Est. Skoda..	20.000
Companhia Engenho Central Quissaman — Aparelho novo — 4ª técnica — Em montagem — Construtor: Est. Barbet.. ..	15.000
Usina Barcelos — Aparelho Barbet transformado em 4ª técnica pelos Est. Skoda. ..	10.000
Usina Santa Maria — Aparelho 4ª técnica construido pela filial dos Est. Barbet, no Brasil..	10.000
Usina Pontal — Aparelho 4ª técnica construido pela filial dos Est. Barbet, no Brasil.	10.000
Usina Cambaíba — Aparelho 4ª técnica construido pela filial dos Est. Barbet, no Brasil..	10.000
Distilaria de Ponte Nova — Aparelho novo — 4ª técnica — Em construção pelos Est. Skoda..	20.000
Usina Amalia — F. Mattarazzo Jr. — Retificador Barbet, transformado em 4ª técnica pelos Estabelecimentos Barbet — Em funcionamento..	10.000
Usinas Junqueira — Aparelho de distilação — Retificação continua, transformado em 4ª técnica pelos Estabelecimentos Skoda — Em funcionamento..	20.000
Usina Miranda — Aparelho 4ª técnica, fornecido pela Aluminium Plant and Vessel Co. — Em montagem..	10.000

Para todas as informações dirija-se a **GEORGES P. PIERLOT**

Avenida Beira Mar, 210 — Tel. 42-8607 — Caixa Postal 2984

RIO DE JANEIRO

A ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DA CANA DE AÇUCAR DE CUBA

A Lei cubana n.º 20, de 21 de março deste ano, criou um imposto de 1/2 centavo (1) por saco de açucar destinado, em partes iguais, à manutenção da Biblioteca Nacional e à fundação e custeio de uma Estação Experimental de Cana de Açucar.

Noticiando esse fato, "Cuba Econômica y Financiera", em sua edição de junho último, publicou os seguintes comentarios:

"No que diz respeito a esse último Centro (Estação Experimental de Cana de Açucar), a referida Lei estabelece que o mesmo será administrado e regido por um Patronato integrado pelos representantes de diversos organismos açucareiros e agrarios interessados no desenvolvimento dessa fonte de riquesa nacional.

Desde que em janeiro de 1936, por falta de colaboração econômica dos fazendeiros, foi dissolvido o Centro Açucareiro de Cuba ("Cuba Sugar Club"), que mantinha uma Estação Experimental de Cana de Açucar em terras da Central Baraguá e subordinada à mesma, não existe em Cuba um centro técnico científico dedicado exclusivamente ao estudo, desenvolvimento e melhoria da cultura de cana e da fabricação de açucar, não obstante ser Cuba um país basicamente açucareiro.

A falta de uma Estação dessa classe tem-se feito sentir notavelmente no progresso desta produção nacional, cujos métodos estacionaram pela falta de investigações da parte de uma organização de interesse geral, pois ainda que seja importante o generoso concurso prestado, particularmente, pelos técnicos açucareiros filiados à Associação de Técnicos Açucareiros de Cuba, esse concurso não tem sido suficiente, por estar restrito a investigações individuais realizadas isoladamente pelos mesmos, sem o apoio econômico das empresas ou do Governo.

E não se deve pensar que, por causa da crise de açucar, que permitiu em Cuba usar um processo extensivo da cultura da cana, não são fundamentais, para o progresso econômico da industria açucareira, esses trabalhos de investigações e melhoria. O Clube Açucareiro de Cuba, em seus quatorze anos de vida, ofereceu ao país, como fruto de seus trabalhos, entre outros beneficios, a introdução, em 1927, e a aclimação, mais tarde, das conhecidas variedades de cana javanesas P.O.J. 2878 e P.O.J. 2883, o que, com a atual extensão de sua cultura para uma area de mais de 25% do total cultivado, permitiu aumentar consideravelmente os rendimentos da nossa produção açucareira com variedades de cana como as mencionadas, de alta percentagem de sacarose e refratarias à enfermidade do mosaico. Chega-se assim à conclusão de que os beneficios recebidos a esse respeito pelo país representavam muitos milhões de pesos, que se iriam acumulando e aumentando, à medida que transcorresse o tempo.

Igualmente outra investigação de enorme interesse nacional foi o descobrimento realizado pelo Clube Açucareiro sobre a forma de combater o gusano perfurador do talho da cana, comumente conhecido com o nome de "borer", cuja infecção se estendera seriamente pelos campos e estava limitando os rendimentos da cana de um modo alarmante.

Era indispensavel, portanto, para continuar essa especie de trabalhos, interrompidos em Cuba de forma seria, desde a dissolução do Clube Açucareiro, criar um novo Centro Experimental, e esse vacuo o preencheu a Lei n.º 20, de 21 de março passado, ao estabelecer a base econômica para fundar e manter uma Estação Experimental de Cana de Açucar.

Para cumprir essa missão, ficou integrado no dia 10 do corrente tomando os seus membros posse dos respectivos cargos, o Patronato que vai dirigir dita Estação, numa singela cerimonia que teve lugar num despacho do Sub-Secretario do Ministerio da Agricultura.

O Patronato ficou constituido dos seguintes srs: Marcelino Garcia Beltran, pela Associação Nacional dos Fazendeiros de Cuba; Juan Balerdi Alklaguirre, pela Associação dos Colonos de Cuba; E. Beauchamp, pela Associação dos Técnicos Açucareiros de Cuba; Heriberto Monteagundo, pela Escola de Agronomia da Universidade de Havana, e Fernando Agete, pelo Ministerio da Agricultura.

DESPACHOS DO PRESIDENTE DO I. A. A.

O sr. Barbosa Lima Sobrinho, presidente do Instituto do Açucar e do Alcool, despachou os seguintes processos:

Em 11-7-41

4.232/40 — Maria do Patrocinio de Paiva Abreu — Pedra Branca — MG — Pede permissão para moer suas canas na safra de 1940 na Usina Pedrão — Mandou arquivar porque a usina já havia liquidado a referida safra.

Em 15-7-41

1.316/39 — Francisco Epitanio Leite — Murití — CE — Inscrição de engenho — Deferido.

1.482/39 — José Gonçalves de Lucena — Barbalha — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.483/39 — José Gonçalves de Lucena — Barbalha — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.748/39 — Ana Maria da Conceição Oiveira — S. Pedro — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.752/39 — José Neri Rocha — Joazeiro — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.777/39 — Antonio Saraiva de Oliveira Landim — Joazeiro — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.330/39 — Jucelina Helena de Campos — João Ribeiro — MG — Inscrição de engenho — Deferido.

2.883/39 — Francisco Barrocas Filho — Baturité — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.018/39 — Antonio Francisco de Maria — Barbalha — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.043/39 — José da Cruz Neves — Barbalha — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

543/40 — Faride Sad — Itapemirim — ES — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.008/40 — José Furtado Correia — Barbalha — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.168/40 — Afonso de Rezende Junior — Cataguazes — MG — Inscrição de engenho — Indeferido.

3.528/40 — Francisco Aniceto de Carvalho (Viuva) — Mecejana — Fortaleza — CE — Transferencia de inscrição — Indeferido.

4.357/40 — Pascoal Baso — Cachoeira do Itapemirim — ES — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.361/40 — José Nogueira de Melo — S. Pedro — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.440/40 — Antonio Casado — Baturité — CE — Aumento de limite — Arquivado por não haver o que deferir.

4.708/40 — Antonio Alexandre Gonçalves — Baixio — CE — Aumento de limite — Arquivado por não haver o que deferir.

4.714/40 — José Joaquim Landim Bindé — Missão Velha — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

Em 18-7-41

446/38 — Olinto de Almeida Costa — Ponte Nova — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.507/38 — José Pedro da Silva Martins — Ponte Nova — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

571/39 — José Mariano de L. e Silva — Rio Casca — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.909/39 — Olimpio Avelino de Oliveira — Guanhães — MG — Inscrição de engenho — Deferido.

2.088/39 — José Ribeiro de Sousa Filho — João Ribeiro — MG — Inscrição de engenho — Deferido.

2.168/39 — Pedro Pereira Leite — Maurití — CE — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

3.589/40 — José Fernandes de Oliveira — Ponte Nova — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

3.608/40 — Joaquim Francisco de Sá — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

4.045/40 — Osorio Adrão da Rocha — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

4.739/40 — Maria Antonia de Jesus — Aurora — CE — Aumento de limite — Mandou arquivar por não haver o que deferir.

4.764/40 — Pedro Pereira Leite — Mauriti — CE — Aumento de limite — Arquivado por não haver o que deferir.

4.765/40 — Pedro Maranhão de Lacerda — Maurití — CE — Aumento de limite — Mandou arquivar por não haver o que deferir.

4.768/40 — Manuel Galdino — Mauriti — CE — Aumento de limite — Mandou arquivar por não haver o que deferir.

4.769/40 — Pedro Maranhão de Lacerda — Maurití — CE — Aumento de limite — Mandou arquivar por não haver o que deferir.

Esperamos que esse Patronato, dadas as altas personalidades que o compõem, acelerará os seus trabalhos para a fundação, o mais breve possivel, da mencionada Estação Experimental, com uma orientação científica e não de carater burocrático, como parece ser o signo que impulsiona e rege a maior parte dos organismos oficiais".

4.805/40 — José Machado de Morais — Missão Velha — CE — Aumento de limite — Arquivado por não haver o que deferir.

4.810/40 — José Bernardino de Oliveira — Redenção — CE — Aumento de limite — Arquivado por não haver o que deferir.

4.850/40 — José Raimundo de Jesus — Missão Velha — CE — Aumento de limite — Arquivado por não haver o que deferir.

4.932/40 — José Pinto Ribeiro — Botelhos — MG — Cancelamento de inscrição — Deferido.

Em 24-7-41

2.278/38 — Raimundo Belico Sobrinho — Ponte Nova — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.581/38 — Antonio Colusso — Piracicaba — SP — Restabelecimento de engenho — Aprovou a interdição do engenho por não ter apresentado as provas exigidas.

748/39 — Antonio Firmiano Lopes — Ponte Nova — MG — Transferencia de inscrição — Aprovou a interdição por não ter atendido à intimação para regularizar o registro.

994/39 — Antonio Luiz de Andrade — Guanhães — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

578/40 — Militino Gonçalves & Cia. — Piranga — MG — Transferencia de inscrição — Mandou arquivar por não haver o que deferir.

640/40 — Antonio Julião — Itanhomí — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Arquivado por não haver o que deferir.

2.861/40 — João da Silva Tavares & Cia. — Rio Casca — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.086/40 — Agostinho Taveira Fontes — Viçosa — MG— Inscrição de engenho — Deferido.

3.092/40 — Hilde Magesty Vieira — Rio Casca — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

Em 28-7-41

1.310/38 — Augusto Poyes Filho — Bom Jesus do Itabapoana — RJ — Inscrição de engenho — Arquivado por não haver o que deferir.

2.454/38 — Manuel de Paula Tavares — Canindé — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.898/39 — João Francisco da Silva — Cajurú — SP — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.218/39 — José Ramos Barreto — Casa Branca — SP — Transferencia de inscrição — Mandou arquivar por ter desaparecido o seu objeto.

3.193/40 — Zacarias Pereira de Sousa — S. Benedito — CE — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

3.302/40 — Rogerio Gonçalves Lemos — S. Benedito — CE — Inscrição de engenho — Deferido.

4.230/40 — Antonio Lopes Gontijo (Herdeiro) — Bom Despacho — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.273/40 — João Gonçalves Heleno — Senador Firmino — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

4.749/40 — José Ramos Barreto — Casa Branca — SP — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.998/40 — Martin Reiter — Sertãozinho — SP — Transferencia de inscrição — Deferido.

5.122/40 — Joaquim Zacarias Peixoto — Laranjal — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.087/40 — Antonio José Duarte — Cachoeiras — RJ — Inscrição de fábrica de aguardente — Indeferido.

237/41 — Antonio Dias da Silva — Carmo — RJ — Transferencia de inscrição — Deferido.

268/41 — Simplicio Jardim de Loiola — Arassuaí — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

271/41 — Joaquim Garcia Lopes Sobrinho — Patrocinio — SP — Transferencia de inscrição — Deferido.

343/41 — Daniel Vieira Carneiro — Magé — RJ — Montagem de fábrica de melado — Deferido.

678/41 — Antonio Paulino de Santana — Cataguazes — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

Em 4-8-41

521/38 — Manuel Xavier de Paiva — S. José do Mipibú — RGN — Transferencia de inscrição — Arquivado por desistencia do interessado.

651/38 — Manuel Rodrigues Lopes — Carangola — MG — Transferencia de inscrição — Mandou que a Delegacia Regional competente procedesse a inspeção na propriedade do requerente.

260/39 — Manuel Alves Vilela — Ituiutaba — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

517/38 — Geraldino Alexandrino da Silva — Itaperuna — RJ — Modificação de inscrição — Mandou que se mantivesse o registro de rapadureiro.

739/39 — Zacarias Gomes Monteiro e Braz S. Filho — Guarará — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.223/39 — Pedro Saraiva de Jesus — Missão Velha — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.224/39 — João Gonçalves de Oliveira — Missão Velha — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.484/39 — José Raimundo de Jesus — Missão Velha — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.020/39 — Pedro Liberato da Cruz — Barbalha — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.229/39 — Antonio Sales da Silva — Baturité — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.537/40 — Modesto Gomes de Morais — Aliança — Pernambuco — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.859/40 — Mariana de Melo Amaral (Viuva) — S. Benedito — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.080/40 — Luiz Augusto Lima — Lavras — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.318/40 — Marcos de Sousa — Rezende — Guarará — MG — Transferencia de inscrição — Mandou arquivar por não haver o que deferir.

4.647/40 — Manuel Guedes de Carvalho — Iguatú — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

5.110/40 — Alfredo Cristovão — Astolfo Dutra — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

5.127/40 — Olimpio Augusto de Paula — Cataguazes — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

5.137/40 — Francisco Rodrigues de Almeida — Cataguazes — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

5.141/40 — Sebastião Ribeiro da Luz — Cataguazes — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

5.153/40 — Breno Martins da Costa Cruz — Astolfo Dutra — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

5.154/40 — Artungo Moura — Astolfo Dutra — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

535/41 — José Martins Ribeiro — Campo Grande — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

753/41 — Roque Falcone — João Pessoa — PB — Transferencia de inscrição — Deferido.

Em 7-8-41

53/39 — Acacio Luiz de Sousa — Guapé — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.335/39 — Adauto do Nascimento — Alpinópolis — MG — Transferencia de inscrição — Mandou arquivar continuando, entretanto, o registo em nome do atual proprietario do engenho.

3.620/39 — João Alonso — Mogi Mirim — SP — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.334/40 — Manuel Miguel de Santana — Anápolis — GO — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.505/40 — Americo Francisco Nogueira — Cambuquira — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.133/40 — Antonio Antunes Pereira Sobrinho — Itajubá — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

5.139/40 — Joaquim Machado de Oliveira — (Herds) — Cataguazes — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.519/40 — Raimundo Paulo Moura — S. Gonçalo — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

5.151/40 — Antonio Severino da Cruz — Astolfo Dutra — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

80/41 — Antonio de Oliveira Braga — Paracatú — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.325/41 — Mario Aquiles Pereira de Barros — Brotas — SP — Permissão para fabricar aguardente — Deferido.

Em 11-8-41

1.232/36 — João Ricardo da Silva — Leopoldina — MG — Inscrição de engenho — Arquivado por não haver o que deferir.

1.659/39 — João Luiz de Aguiar — João Ribeiro — MG — Inscrição de engenho — Arquivado por não haver o que deferir.

1.930/39 — João Golfeto — Pirapetinga — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Mandou arquivar por não haver o que deferir.

AS PRAGAS DE CANA NO PERU'

Os gusanos brancos "aradores" constituem uma peste da cana de açucar de importancia econômica no Departamento de Lambayeque e em outros lugares, como Huánuco — diz "La Vida Agricola", de Lima, do mês de maio — Trata-se da larva de um coleóptero que vive no solo até a sua transformação em adulto, e que destroi as raizes ocasionando assim consideravel prejuizo. Inseto semelhante constitue praga da cana na Australia e em outros paises.

A revista açucareira da Australia, citada por "Facts about Sugar", informa que a variedade POJ 2725 mostrou nesse país consideravel resistencia à ação dos gusanos aradores. Essa variedade é mais resistente que a POJ 2878 que, por sua vez, o é muito mais que outras variedades de cultura comum em Queensland.

As razões por que uma variedade de cana pode ser mais resistente que outras aos ataques destes insetos são varias: profundidade do sistema radicular, abundancia de raizes, poder de recuperação das raizes, ao serem destruidas pelas larvas, atração das plantas para as femeas que depositam seus ovos. Por outro lado, uma mesma variedade pode comportar-se de maneira muito diferente, de acordo com o carater da estação e a natureza do solo em que cresce.

Até agora, não se dispõe de meios práticos para combater os gusanos aradores. A desinfecção do solo com fumegantes, que tem sido recomendada, é sumamente custosa e dificil de aplicar. Por isso, a possibilidade de diminuir os danos pelo plantio de variedades resistentes abre um novo caminho, que merece ser investigado entre nós outros.

CRONICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL

No seu número de maio último, a revista norte-americana **Sugar** divulgou alguns dados sobre a safra beterrabeira européia de 1940-41, dados que resumem os resultados do inquérito realizado pela Associação Internacional de Estatística Açucareira. As cifras são apenas parciais, pois faltam elementos de varios paises, como a Alemanha, Protetorado da Boemia-Moravia, Governo Geral da Polonia e França. Os dados fornecidos pelos paises que responderam o inquérito acusam um total de 1.622.776 toneladas métricas, que se subdividem da seguinte maneira: Bélgica, 255.543; Holanda, 292.950; Dinamarca, ... 249.355; Suecia, 300.260; Suiça, 18.000; Hungria, 180.000; Iugoslavia, 106.000; Slovaquia, 66.200; Finlandia, 7.468; Letonia, 49.000; Turquia, 98.000.

O referido inquérito revela que, no Protetorado do Boemia-Moravia, os rendimentos de açucar na safra 1940-41 foram mais altos que os da safra anterior, embora fossem mais baixos os rendimentos de beterrabas. Uma grande quantidade de açucar foi exportado para a Noruega, esperando-se que o Protetorado possa exportar açucar para os paises do sudeste europeu. Na aludida safra, a area beterrabeira no Governo Geral da Polonia foi de 42.739 hectares e deverá ser aumentada este ano para 60.000 hectares. As operações militares nos departamentos do norte reduziram a produção francesa, esperando-se que em 1940-41 a produção não vá alem de 450.000 toneladas métricas, existindo ainda 100.000 toneladas da safra anterior. Em 1940-41 trabalharam apenas 62 fábricas na França. As autoridades estão tomando providencias para aumentar as plantações no curso da primavera.

O consumo da Noruega é estimado entre 50 e 60 mil toneladas, em vista do racionamento, já estando gaarantido o suprimento. A Suiça está procurando aumentar a sua produção, o que não será facil porque nesse país apenas existe uma fábrica de açucar. Na Rússia, até o fim de janeiro, haviam sido entregues ao consumo 2.220.000 toneladas, ao passo que na mesma data, em 1939-40, a produção foi apenas de 1.900.000 toneladas.

INDIA

Segundo noticias publicadas no "Indian Trade Journal", há pouco tempo, o cálculo final da produção açucareira da India, correspondente a 1940-41, acusa um aumento de 25% na area cultivada e de 23% no rendimento, comparado com a safra precedente.

De acordo com esse cálculo, foram plantados 96% da superficie de cana de açucar da India, isto é, 4.559.000 acres (1.846.395 hectares), comparados com 3.640.000 acres (1.474.200 hectares), cultivados no ano passado. O rendimento total do açucar bruto ("gur") está calculado em 5.720.000 toneladas, contra 4.662.000 no ano anterior.

A presente safra está calculada em... 1.013.300 toneladas largas de açucar refinado diretamente de cana, contra a produção de 1.241.700 toneladas em 1939-40.

IRAN

As estatísticas de Lamborn estabelecem que a produção de açucar em Iran (Persia), durante a safra 1940-41, está calculada em 29.000 toneladas largas, valor bruto, que, comparadas com 27.000 toneladas produzidas no ano anterior, assinalam um aumento de 2.000 toneladas, ou seja, 7,4%.

A corrente colheita registrará o maior "record" para esse país.

O consumo de açucar em Iran, durante os dois últimos anos, excedeu de 100.000 toneladas anuais.

A Russia e Java abastecem as necessidades do seu consumo, principalmente a primeira.

CUBA

O Instituto Cubano de Estabilização do Açucar estimou a produção açucareira de Cuba no corrente ano em 2.406.988 toneladas ou 16.589.690 sacos.

Dentre as Provincias a maior produção é a de Oriente, com 686.678 toneladas, ou 4.732.796 sacos, e a menor a de Pinar del Rio, com 93.841 toneladas ou 646.778 sacos.

— No dia 13 de junho findo, foi assinado pelo presidente da República, coronel Fulgencio Batista, em nome do Governo de Cuba, e pelo sr. Warren Lee Pearson, representando o "Export and Import Bank", de Washington, a escritura de financiamento de 400.000 toneladas de açucar que forem fa-

bricadas nesta safra, para serem retiradas do mercado, operação essa autorizada pela Lei n.º 20, de 21 de março passado.

A escritura foi tambem subscrita pelo embaixador dos Estados Unidos em Cuba, sr. George Messermith, pelo primeiro ministro de Cuba, dr. Carlos Saladrigas, pelo ministro da Fazenda, Andrés Domingos Morales del Castillo e pelos srs. senador José Manuel Casanova e Gaston Godoy, ambos do Instituto Cubano de Estatibilização do Açucar.

Uma vez firmada a referida escritura, ficou imediatamente à disposição do Instituto de Estabilização do Açucar a importancia de 11.700.000 dólares, cuja soma o dito organismo destinará a adquirir dos produtores 400.000 toneladas de açucar de quota especial, fabricadas na safra deste ano.

— Em 26 de julho último, a firma Luis G. Mendoza & Cia., de Havana, informava:

"Faz duas semanas que publicamos uma estimativa da próxima safra açucareira e a nossa cifra foi de 3 milhões de toneladas. Na verdade, essa cifra representava menos uma verdadeira estimativa do que a produção mínima previsivel para a safra de 1942, em face dos primeiros dados conhecidos. E a nossa intenção, ao divulgar a estimativa, era impedir que a atmosfera pessimista, então dominante nos círculos açucareiros, prejudicasse os preparativos para a futura campanha. Três milhões de toneladas representam 50 por cento mais do que a produção da safra anterior, na qual se incluiam 400.000 toneladas, obrigatoriamente fabricadas como um exepediente social (a chamada quota financiada). Uma produção assim avultada reclama um certo número de providencias antecipadas para que possa dar a cada produtor cubano os proventos que legitimamente espera.

Ao fazer a nossa avaliação, admitimos que a quota de suprimento dos Estados Unidos seria aumentada de 375.000 toneladas, antes do fim do ano. Uma semana mais tarde, a quota foi aumentada de quase meio milhão de toneladas, o que demonstrou ter sido a nossa previsão moderada.

Fala-se agora com insistencia na possibilidade de ser suspenso o sistema de quotas, abrindo-se o mercado norte-americano aos açúcares de todas as procedencias. Conforme afirmamos antes, isso não teria importancia para nós em certo sentido. Um efeito imediato seria provavelmente o de fazer cair os preços do açucar, mas o que realmente interessa a Cuba é uma produção mais volumosa.

Indiretamente, todavia, essa iniciativa, se posta em prática este ano, seria extremamente perigosa. A lei açucareira de 1937 deve expirar em 31 de dezembro próximo e com a suspensão do sistema de quota seria superfluo prorrogá-la e nessa hipótese os direitos aduanciros sobre o açucar cubano subiriam imediatamente de 90 cents. por libra para 1,50, a menos que o presidentes dos Estados Unidos determinasse o contrario em decreto.

As atuais dificuldades de transporte são, em última análise, um fator favoravel para Cuba. Como em toda parte, elas são sentidas aquí, mas em forma muito mais atenuada do que nas Filipinas, Havaí e até mesmo Porto Rico, onde os exportadores de açucar, que gozaram até agora o invejavel privilegio de pagar 20 ou 21 cents, enquanto nós eramos forçados a pagar 40 ou 50, estão sob a ameaça de perder as suas facilidades de transporte, ao passo que os exportadores cubanos podem embarcar em qualquer barco que navegue sob bandeira amiga.

Em Nova York, os comentadores especializados, quando tratam da possivel suspensão do sistema de quota, mostram-se preocupados com a capacidade potencial das areas produtoras próximas de suprir o mercado norte-americano. Será então a nossa oportunidade de mostrar ao povo e aos congressistas dos Estados Unidos (a administração norte-americana sabe disso muito bem) que a natureza fez de Cuba a sua fonte natural de abastecimento de açucar.

Segundo estatísticas ainda incompletas do Ministerio da Agricultura cubano, foram moidas na safra passada 2.500.000.000 de arrobas de cana para açucar, melaço e xarope e deixaram de ser colhidos 600.000.000 de arrobas. Há, pois, em Cuba, cerca de ...... 3.100.000.000 de arrobas de cana sob cultivo. Com um rendimento de 12 e meio por cento, a nossa capacidade real de produção de açucar é de 4.200.000 toneladas. Descontando o açucar necessario ao consumo de Cuba — 200.000 toneladas, restam 4 milhões de toneladas para o mercado norte-americano, ou seja metade do consumo dos Estados Unidos. E a nós cubanos, as normas mais elementares do comercio e as considerações de boa vizinhança impedem-nos de vender o nosso açucar a outro cliente, por mais tentador que seja o preço oferecido, desde que os Estados

Unidos precisem de suprimentos adicionais.

Em nossa opinião é esse o motivo que explica terem sido recusadas até agora todas as ofertas para os açúcares da quota financiada. Desse modo, os consumidores norte-americanos ficam sabendo que, bem perto do seu país, dispõem de grandes quantidades de açucar".

— Em 2 de agosto, a mesma firma de Havana escrevia

"No mesmo dia em que se tornou conhecido em Havana o aumento da quota de suprimento dos Estados Unidos, o Instituto de Açucar Cubano recomendou e o presidente Batista sancionou a liberação de 169.885 toneladas dos estoques da quota de açúcares retidos. Essa medida mereceu os aplausos de todos os cubanos que conhecem as realidades da nossa situação de país produtor de açucar.

Pensando bem, essa providencia nada encerra de especialmente meritorio, isso porque seria adotada nos próximos dez ou quinze dias, como sempre acontece. Mas, posta em prática no momento em que o foi, vale como um aviso aos Estados Unidos de que Cuba está apta a fornecer todo o açucar de que os norte-americanos precisam.

Por questões de proximidade geográfica, afinidade histórica e conexão econômica, os açúcares de Porto Rico e de Cuba, o de Cuba principalmente, abandonados a si mesmos correriam naturalmente para os mercados norte-americanos. Da mesma maneira, o mercado norte-americano, sem controle, tende a absorver os açúcares de Porto Rico e Cuba. Trata-se, por assim dizer, de uma lei natural, que melhor se demonstra em tempos dificeis. E é evidente que Cuba não perderá por demonstrar a procedencia daquela lei.

Segundo se sabe aquí Cuba pretende suprir todo o açucar reclamado pela nova quota de abastecimento dos Estados Unidos, primeiro com as 55 mil toneladas que restam da quota de açúcares retidos e depois com as 400 mil toneladas da chamada quota financiada. Assim, o Instituto Cubano de Açucar está em condições de fornecer aos Estados Unidos todo o açucar de que precisarem e a preços correntes no mercado, porque, jamais entrou em nossos cálculos fazer grandes lucros com essa venda, a qual tem por fim firmar a posição de Cuba como fornecedora por excelencia do comercio açucareiro norte-americano. Não que consideremos os preços atuais demasiado altos ou que não se deva promover uma alta. Apenas não desejamos tirar um partido injusto das condições presentes dos consumidores norte-americanos, criando um mercado instavel. Um avanço ordenado para niveis compativeis com os mais altos custos de produção justifica-se amplamente. Os custos de produção e os fretes estão agora mais altos e com tendencia a subir ainda mais, o mesmo acontecendo com os artigos norte-americanos que compramos com as disponibilidades criadas pela exportação do nosso açucar. Praticamente, a balança comercial de Cuba é dominada pelas exportações de açucar e se o valor destas não acompanhar a alta dos valores das suas importações no país de origem, é claro que as suas compras tenderão a decrescer.

No ano passado, os sacos de juta custavam 20 cents, hoje custam 32 cents. Os fretes duplicaram; as despesas de seguro, que eram feitas pelos refinadores norte-americanos, não só estão mais altas como têm de ser feitas pelos produtores cubanos. Os salarios aquí aumentaram de 20 por cento, em consequencia da legislação trabalhista. E os demais onus fiscais tendem a crescer. Em suma, tudo indica que a elevação dos preços do açucar é perfeitamente justificavel. Cuba, porem, não especulará para conservar os mercados norte-americanos bem supridos de açucar.

ESTADOS UNIDOS

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, em 9 de junho último, retificou a estimativa do consumo de açucar no territorio continental desse país, elevando-a em 273.672 toneladas curtas sobre a estimativa fixada, a 19 de março passado 6.851.889 toneladas. Com esse aumento, o total da estimativa de consumo ficou elevado a ..... 7.125.561 toneladas curtas, que serão supridas de acordo com a seguinte distribuição de quotas :

Territorios	**Quotas**
Açucar livre de direitos :	
Beterraba nacional	1.652.571
Cana nacional	448.000
Havaí	1.000.177
Filipinas	952.000
Porto Rico	850.844
Ilhas Virgens	9.507

Açucar com direitos preferenciais:	
Cuba	2.038.230
Açucar com direitos completos:	
Filipinas	72.836
Outros paises	101.396
Total em toneladas curtas	7.125.561

JAMAICA

Segundo informa o Departamento de Ciencia e Agricultura da Jamaica, a produção de açucar da ilha na safra de 1939 foi de 117.879 toneladas. A quota de produção para essa safra fora inicialmente fixada em 94.390 toneladas, com uma quota de exportação de 80.360 toneladas, a qual foi mais tarde aumentada para 109.960 toneladas. As exportações realmente feitas elevaram-se a 106.000 toneladas, com um preço medio de 190 xelins por tonelada, FOB. Para a safra de 1940, a quota da ilha foi fixada em 128.100 toneladas, sendo a quota de exportação de 102.000 toneladas. Em consequencia da seca, porem, o Departamento de Agricultura estima que a produção não irá alem de 112.000 toneladas. Na safra 1940-41, estima-se a produção em 148.000 toneladas.

Durante o ano de 1939, as condições de tempo foram anormais. As chuvas, embora abundantes, foram mal distribuidas. Em quase todo o territorio da ilha, houve seca de março a outubro, seguida de chuvas torrenciais e de um furacão em novembro, que tambem causou danos aos canaviais.

MEXICO

A população do México tem aumentado de forma apreciavel o consumo de açucar nos últimos oito anos. Esse aumento se deve, em parte, ao fato de se ter generalizado o conhecimento das qualidades alimenticias e geradoras de energia do açucar, bem como a que o seu preço quase não tem variado durante esse período, enquanto que os demais alimentos de uso comum têm registrado consideraveis majorações. Outro motivo é a alta de salarios verificada nos últimos anos.

Demais, a União Nacional de Produtores de Açucar, S/A de C.V., paga parte dos fretes desde a estrada de ferro a numerosas praças sem vias faceis de comunicações, de modo que esses lugares distantes podem obter açucar a preços razoaveis, conforme se expressa o jornal "Zafra", do México.

O consumo anual de 1940 foi de 372.500 toneladas métricas contra o de 337.625 em 1940, o que representa um aumento de 30.162 toneladas, correspondente a 9,8%.

AUSTRALIA

Durante o mês de junho último — informa "The Australian Sugar Journal" — as Usinas de açucar iniciaram as suas operações de moagem e em breve as atividades da safra deste ano estarão em pleno andamento.

Nas duas safras passadas, circunstancias decorrentes diretamente da guerra favoreceram, em conjunto, a industria açucareira australiana. Em 1939 —com uma produção de açucar "record", em consequencia de uma estação excepcionalmente favoravel — as compras, feitas pelo governo britânico de todos os excessos exportaveis dos Dominios e colonias, determinaram a exportação de uma grande quantidade de açucar, muito maior do que a que seria permitida nos termos do Acordo Internacional, suspenso por força do conflito. No ano seguinte, embora a produção australiana não fosse tão abundante quanto a de 1939, novamente o governo inglês voltou a comprar os excessos exportaveis, negocio que, aliás, foi concluido muito antes de iniciar-se a safra. Tanto em 1939 como em 1940, os preços que os produtores autralianos receberam pelos seus açúcares foram bem mais elevados do que os preços obtidos em estações anteriores. Por outro lado, os custos internos subiram e as demoras nos embarques tornaram necessaria a construção de vastos armazens para acomodações dos estoques. Tudo bem examinado, porem, não há como não reconhecer que nos dois anos citados a industria açucareira australiana foi mais beneficiada do que prejudicada pela guerra.

As perspectivas para a safra deste ano, acrescenta o referido jornal, são muito diferentes.

A exportação de qualquer quantidade de açucar nesta estação está dependendo inteiramente do desenvolvimento dos problemas relacionados com o transporte em geral. Na situação crítica que a Inglaterra atravessa neste momento, é evidente que o aproveitamento das disponibilidades de praça deve ser feito segundo a necessidade mais ou menos

urgente das mercadorias a transportar; e tudo indica que a Inglaterra, visando a um melhor aproveitamento dos seus barcos, procurará abastecer-se nas fontes mais próximas. Não se sabe, ao certo, na Australia, qual é a situação do suprimento de açucar na Inglaterra, mas o que é indiscutivel é que a Australia é um dos mais longinquos fornecedores de açucar do Imperio e alem disso fornece tambem outros produtos de importancia para a metrópole, os quais terão de ser levados em conta numa justa distribuição das disponibilidades de praça.

O "Australian Sugar Journal", que escrevia em junho a nota que estamos resumindo, dizia que era impossivel fazer arranjos antecipados para embarque de grandes quantidades de açucar, contando-se apenas que no fim daquele mês seria reservado um certo espaço para o transporte de açucar. Daí porque as autoridades recomendaram a antecipação, sempre que possivel, da estação de moagem, afim de serem aproveitadas aquelas facilidades.

HAVAÍ

Uma correspondencia de Honolulú, publicada no número de abril da revista norte-americana "Sugar", informava que as operações de colheita da safra canavieira nas ilhas estava em pleno andamento em quase todas as plantações, onde as condições de tempo se mostraram favoraveis, no que se refere à colheita e a outras operações mecânicas de campo.

Entretanto, os círculos interessados estavam apreensivos com a falta de chuvas, que se vem verificando desde alguns meses, enquanto o problema do suprimento de agua está se tornando grave, notadamente em algumas secções costeiras da zona de Kau, na ilha de Havaí. Algumas plantações da costa de Hilo e as da zona de Kau já estavam sentindo falta de agua para os serviços de transporte pelos canais. Essa circunstancia não poderá deixar de afetar as operações de colheita, embora varias plantações estejam preparadas para usar caminhões em maior escala do que anteriormente o faziam. A deficiencia de chuvas tambem está sendo sentida em Oahu, Maui e Kauai e a menos que a situação se modifique nessa ilhas, as plantações serão prejuidicadas pela falta de agua de irrigação.

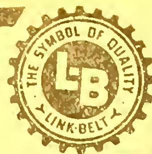
As condições gerais do mundo e as atividades relacionadas com o programa de defesa das ilhas fizeram que os problemas açucareiros passassem a segundo plano, a despeito do aumento dos preços do açucar bruto, que rasgou uma perspectiva mais animadora. As atividades relacionadas com o programa de defesa são tão intensas que já se nota a falta de trabalhadores habeis em algumas plantações, embora outras se tenham, por esse motivo, libertado dos seus excessos de trabalhadores.

Naquela época, esperava-se que as cifras referentes aos embarques durante o mês de fevereiro fossem maiores que as de fevereiro de 1940. Em janeiro, os embarques de açucar montaram a 33.732 toneladas, ou seja um pouco mais de mil toneladas a mais do que em janeiro do ano passado. As noticias que chegam das plantações indicam que os rendimentos de cana são altos, mas a pureza dos caldos não é tão boa quanto se esperava nem tão alta quanto a do ano passado.

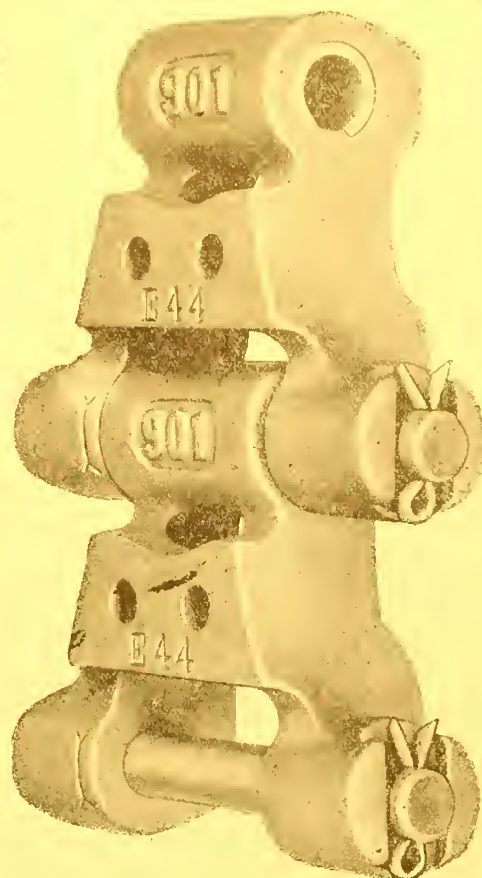
Os meios açucareiros mostravam-se tambem apreensivos com a possivel escassez de transporte no ano próximo. Já no ano passado, as plantações encontraram dificuldades em obter materiais e suprimentos. A deficiencia de transporte está influindo tambem para aumentar os custos de produção, pois os fretes altos fazem subir os preços de adubos, sacos e outros materiais de que necessitam as plantações, como está acontecendo.

Para atenuar a situação estão sendo construidos quatro cargueiros para navegar entre Havaí e a costa norte-americana do Atlântico. O primeiro desses barcos devia ter sido lançado em maio último.

LINK-BELT COMPANY



Esta é a melhor corrente para esteiras intermediarias



LINK-BELT PROMAL { 901-E-42, com um orificio de ligação; 901-E-44, com dois orificios de ligação

DURA MAIS PORQUE:

Os aperfeiçoamentos introduzidos fazem dessa corrente a melhor corrente dupla dentada para esteiras intermediarias. Os aperfeiçoamentos introduzidos são os seguintes:

1) Almofadas adicionais (a extremidade aberta do elo) evitam a inclinação, diminuem o peso sobre os pinos e reduzem o desgaste nas juntas.

2) A abertura entre o tambor da corrente e o suporte de ligação evita que o bagaço se acumule entre a prancha e a ligação da corrente.

3) Força máxima: 25.000 litros.

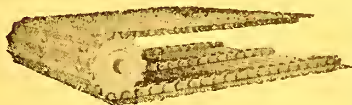
4) Grande resistencia à ação corrosiva e ao desgaste pelo roçamento oferecem os elos Promal.

5) Pinos de segurança cabeça de T reduzem ao mínimo o atrito das juntas.

6) Podem ser obtidos em ferro maleavel ou bronze, com um ou dois orificios de ligação.

Temos varios outros tipos de cadeias intermediarias. Estamos habilitados a fornecer, de acordo com as necessidades dos nossos clientes.

Pranchas para esteiras intermediarias



As pranchas de aço corrugado Link-Belt são montadas em rebites especiais, construidos de modo a assegurar uniformidade e precisão no tipo de esteira duplamente superposta. Feitas em 8 estilos, de 10 chapas de aço de calibre 3/16" ou 1/4", ou em ferro doce especial ou em chapas de aço para mancal de cobre, ou ferro galvanizado, de acordo com os desejos do freguês.

LINK-BELT COMPANY

2680 Woolworth Bldg., Nova York, N. Y., ou

INTERNATIONAL MACHINERY Co., Rio de Janeiro,

Recife, ou São Paulo — Brasil

AS SAFRAS AÇUCAREIRAS NORTE-AMERICANAS

O "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", número 27, publica o seguinte comunicado do Corp Reporting Bureau sobre as safras açucareiras norte-americanas, em 1 de julho:

Beterrabas açucareiras — As noticias que chegam das usinas de açucar de beterraba e dos plantadores indicam que cerca de 801.000 acres de beterrabas açucareiras já foram ou serão plantados este ano nos Estados Unidos. Essa cifra inclue a area a ser plantada no outono, em Imperial Valley, California, para ser colhida na próxima primavera. No ano passado, a area beterrabeira norte-americana compreendeu 975.000 acres. A redução verificada este ano está de acordo com os planos oficiais e foi determinada pelas três últimas safras de beterraba que foram extraordinariamente volumosas.

Descontando-se as inevitaveis perdas na area plantada, mais ou menos 761.000 acres deverão ser colhidos nesta estação, o que representará uma redução de cerca de 17 por cento em relação à area realmente colhida em 1940, que foi de 916.000 acres. O abandono da area beterrabeira até agora é estimado em apenas 5 por cento, esperando-se que a perda de plantações este ano seja uma das menores.

As condições de desenvolvimento das beterrabas açucareiras em 1 de julho indicavam um rendimento de cerca de 12,6 toneladas por acre e se esse rendimento for realmente apurado, teríamos um rendimento que muito se aproximará do "record" registrado na última estação, o qual foi de 13,3 toneladas por acre. A produção estimada em ... 9.582.000 toneladas seria cerca de 21 por cento inferior à safra "record" de 1940, quando a produção se elevou a 12.192.000 toneladas.

A condição das beterrabas é boa em quase todos os Estados grandes produtores. As perspectivas da safra são, porem, menos favoraveis na California e na região dos grandes lagos. As perspectivas em Kansas estão acima do normal, o mesmo acontecendo em Illinois, mas em Iowa o cultivo das beterrabas não começou bem. Na California, houve um atraso de 30 dias, em consequencia de chuvas que dificultaram as operações normais da estação de plantio e por outro lado certos males que sempre surgem na época invernosa, juntamente com ervas daninhas, concorreram para que as beterrabas se desenvolvessem mediocremente. Em Utah, porem, as beterrabas se apresentam em melhores condições do que no ano passado. O plantio no Estado de Colorado retardou-se um pouco em relação ao ano passado, mas a safra está em pleno desenvolvimento. Nas principais areas beterrabeiras existe agua de irrigação em abundancia e em algumas secções as beterrabas estão sendo irrigadas. Com a redução da area, é provavel que este ano somente os plantadores mais habeis produzam beterraba. Isso pode resultar em rendimentos excepcionalmente altos no Colorado e em outras partes, desde que a estação continue nas mesmas condições favoraveis.

BETERRABAS AÇUCAREIRAS

Estados	Colhida em 1940	Para colheita em 1941	Rendimento por acre Estimado 1940	Rendimento por acre Estimado 1941	Produção Estimada 1940	Produção Estimada 1941
	Milhares de acres		Tons. Curtas		Tons. curtas	
Ohio	41	37	9,1	8,5	375	314
Michigan	112	92	9,1	8,5	1.022	782
Nebraska	70	62	13,3	13,5	933	837
Montana	83	64	14,0	13,0	1.166	832
Idaho	71	59	16,1	16,0	1.141	944
Wyoming	47	39	14,2	13,5	667	526
Colorado	140	131	14,9	14,0	2.092	1.834
Utah	48	38	10,5	14,0	504	532
California	173	132	16,2	14,0	2.803	1.848
Outros Estados	131	107	11,4	10,6	1.489	1.133
E. Unidos	916	761	13,3	12,6	12.192	9.582

Cana de açucar — Estima-se em 296.500 acres a area plantada de cana de açucar na Luisiana e na Flórida e destinada à transformação em açucar e semente. Essa cifra representa um aumento de 4 por cento em relação à area colhida na estação anterior, que foi de 285.400 acres. Julgando-se das condições que a safra apresentava em 1 de julho, a produção combinada dos dois Estados é estimada em 5.760.000 toneladas curtas de cana. Na safra 1940-41, a produção foi de 4.268.000 toneladas, enquanto a media da produção nos últimos dez anos se elevou a 4.728.000 toneladas.

A area a ser colhida na Luisiana no outono deste ano, para açucar e semente, é estimada em 264.000 acres, dos quais 240.000 serão colhidos para transformação em açucar e 24.000 acres para semente. A produção de cana para açucar é indicada, segundo as condições de desenvolvimento em 1 de julho, em 4.200.000 toneladas curtas, que se comparam com 2.825.000 toneladas colhidas em 1940-41 e 3.842.000 toneladas, que representam a media dos últimos dez anos.

Nos meses da primavera, o tempo foi desfavoravel para a safra; temperatura abaixo da normal que por muito tempo predominaram na faixa canavieira dificultaram o crescimento das plantações. Em algumas secções, a seca criou condições pouco favoraveis para o cultivo, as quais foram depois melhoradas pelas chuvas, ora moderadas, ora fortes, mas, nas terras onde o escoamento não se fazia bem, o cultivo tornou-se dificil. Em geral, a cana planta se apresenta em melhores condições do que as socas. A situação de todas as canas em 1 de julho indica um rendimento medio de 17,5 toneladas por acre.

Estima-se em 32.500 acres a area plantada na Flórida para açucar e semente, a qual deverá ser colhida no outono e no inverno de 1941-42. Existem cerca de 32.100 acres para açucar e 400 para semente. A situação da safra em 1 de julho indicava uma produção de 1.124.000 toneladas de cana para açucar contra 956.000 toneladas da safra 1940-41; a media dos últimos dez anos foi de 520.000 toneladas.

A cana soca está um pouco abaixo do normal, em consequencia das baixas temperaturas verificadas em março, mas de um modo geral o crescimento está se fazendo

em condições satisfatorias. A safra pôde recuperar-se rapidamente com as chuvas que se seguiram a um período de seca.

Cana e sorgo para xarope — A area canavieira destinada ao fabrico de xarope é este ano de 110.000 acres aproximadamente, com um aumento de 5 por cento em relação à area colhida em 1940, que foi de .... 105.000 acres. Com execeção da Luisiana e do Texas, todos os Estados que cultivam cana para xarope tiveram aumento nas suas areas de cultivo.

Nos 16 Estados que produzem sorgo para xarope, deverão ser colhidos neste outono cerca de 193.000 acres; em 1940, a area cultivada com sorgo foi de 200.000 acres. As reduções de maior vulto registraram-se em Arkansas e Missouri.

CANA DE AÇUCAR PARA XAROPE

Estado	Area — Colhida em 1940	Area — Para colheita em 1941
	Milhares de acres	
C. do Sul	4	4
Georgia	22	26
Flórida	10	11
Alabama	18	21
Missouri	16	17
Arkansas	1	1
Luisiana	29	26
Texas	5	4
EE. UU.	105	110

CANA DE AÇUCAR PARA AÇUCAR

Estado	Area — Colhida em 1940	Area — Para colheita em 1941	Rendimento de cana por acre — Area 1940	Rendimento de cana por acre — Estimada em 1941	Produção Estimada 1940	Produção Estimada 1941
	Milhares de acres		Tons. curtas		Milhares de Tons. curtas	
Luisiana	225	240	13,0	17,5	2.925	4.200
Flórida	29,7	32,1	32,1	35,0	956	1.124
Total	254,7	272,1	15,2	19,6	3.881	5.324

PARA SEMENTE

Estado	Area — Colhida em 1940	Area — Para colheita em 1941	Rendimento 1940	Rendimento Estimada em 1941	Produção 1940	Produção 1941
Luisiana	30	24	12,0	17,5	360	420
Flórida	,7	,4	39,5	40,0	27	16
Total	30,7	24,4	12,6	17,9	387	436

Para açucar e semente

Estado	Area — Colhida em 1940	Area — Para colheita em 1941	Rendimento 1940	Rendimento Estimada em 1941	Produção 1940	Produção 1941
Luisiana	255	264	12,9	17,5	3.285	4.620
Flórida	30,4	32,5	32,3	35,1	983	1.140
Total	285,4	296,5	15,0	19,4	4.268	5.760

PRODUÇÃO E CONSUMO MUNDIAL DE AÇUCAR

Consoante pesquisas realizadas pelos técnicos da firma norte-americana Lamborn & Cia., a produção mundial de açucar, no ano industrial que se encerrou em 31 de agosto último, está calculada em 30.237.000 toneladas longas, que se comparam com as 30.974.000 toneladas produzidas no ano anterior, verificando-se, portanto, uma diminuição de 757.000 toneladas, ou sejam, aproximadamente, 2,4 por cento. A produção mundial de 1939-40 assinalou um "record" e excedeu em 1.496.000 toneladas o "record" anterior de 1937-38.

No quadro abaixo encontrará o leitor a produção açucareira dos últimos dez anos, comparada com a estimativa de Lamborn para 1940-41:

	Produção mundial em tons. longas, valor bruto	Aumento ou diminuição	Percentagem
1930-31	28.921.000	+ 1.231.000	+ 4,4
1931-32	26.431.000	— 2.490.000	— 8,6
1932-33	24.692.000	— 1.739.000	— 6,6
1933-34	25.709.000	+ 1.017.000	+ 4,1
1934-35	26.191.000	+ 482.000	+ 1,9
1935-36	28.846.000	+ 2.655.000	+10,1
1936-37	30.818.000	+ 1.972.000	+ 6,8
1937-38	30.967.000	+ 149.000	+ 0,5
1938-39	29.478.000	— 1.489.000	— 4,8
1939-40	30.974.000	+ 1.496.000	+ 5,1
1940-41	30.237.000	— 737.000	— 2,4

No mesmo período a que acima nos referimos, estimam os aludidos técnicos o consumo mundial de acucar em 29.295.000 toneladas contra 29.819.000 toneladas, consumidas em 1939-40, ou seja uma diminuição de 524.000 toneladas, aproximadamente 1,8 por cento. Se, de fato, o consumo real coincidir com a cifra da estimativa, teremos nesse caso o mais baixo consumo dos últimos cinco anos, isto é, desde 1935-36, quando foi de 29.231.000 toneladas.

Damos em continuação um quadro do consumo mundial de açucar nos últimos dez anos em comparação com a estimativa para 1940-41:

	Consumo mundial em tons. longas, valor bruto	Aumento ou diminuição	Percentagem
1930-31	27.125.000	+ 751.000	+ 2,8
1931-32	26.724.000	— 401.000	— 1,5
1932-33	26.193.000	— 531.000	— 2,0
1933-34	26.287.000	+ 94.000	+ 0,4
1934-35	27.188.000	+ 901.000	+ 3,4
1935-36	29.231.000	+ 2.043.000	+ 7,5
1936-37	30.549.000	+ 1.318.000	+ 4,5
1937-38	29.647.000	— 902.000	— 3,0
1938-39	29.406.000	— 241.000	— 0,8
1939-40	29.819.000	+ 413.000	+ 1,4
1940-41	29.295.000	— 524.000	— 1,8

A diminuição do consumo mundial resultou principalmente do racionamento instituido em todos os paises do continente europeu. Excluida a Russia, a redução do consumo na Europa, desde o principio da guerra, é estimada em 1.600.000 toneladas. Na América do Norte e do Sul, o consumo aumentou de 760.000 toneladas.

De acordo com as cifras precedentes, o estoque mundial de açucar em 1 de setembro de 1940 era de 11.424.000 toneladas; em relação ao estoque existente na mesma data de 1939, houve um aumento de 1.155.000 toneladas. Calcula-se que em 1 de setembro deste ano, o estoque será de 12.366.000 toneladas, aproximadamente, isto é, um aumento de 942.000 toneladas em relação ao ano anterior.

Os estoques mundiais de açucar em 1 de setembro, nos últimos dez anos, comparados com a estimativa para 1941 são os seguintes:

	Estoques mundiais em tons. longas, valor bruto	Aumento ou diminuição	Percentagem
1930-31	12.362.000	+ 1.796.000	+ 1,7
1931-32	12.069.000	— 293.000	— 2,4
1932-33	10.568.000	— 1.501.000	—12,4
1933-34	9.990.000	— 578.000	— 5,5
1934-35	8.993.000	— 997.000	—10,0
1935-36	8.608.000	— 385.000	— 4,5
1936-37	8.877.000	+ 269.000	+ 3,1
1937-38	10.197.000	+ 1.320.000	+14,9
1938-39	10.269.000	+ 72.000	+ 0,7
1939-40	11.424.000	+ 1.155.000	+11,2
1940-41	12.366.000	+ 942.000	+ 8,2

NOVA MATERIA PLÁSTICA DO BAGAÇO DE CANA

Uma noticia de interesse geral para os circulos açucareiros é, sem dúvida, como o divulga "Facts about Sugar", a de que uma nova substancia plástica, chamada "Kanex", foi descoberta, usando o bagaço de cana de açucar como materia prima. O bagaço se seca por meio de uma corrente elétrica, é tratado com substancias químicas e prensado em moldes. Essa descoberta se levou a cabo em Valentina Sugars, da Companhia Incorporadora de Lockport.

Em suas características gerais, "Kanex" é semelhante a outras substancias plásticas; não é condutora de calor nem de eletricidade e é muito forte. Parece ser muito boa e se adapta a varios usos, pois foi necessario construir uma fábrica em Valentina, para poder executar as ordens de pedidos recebidas de todas as partes dos Estados Unidos.

Algumas pessoas que viram o novo produto afirmam que ele é um feito histórico na industria de Luisiana. O dr. J. W. Jay, proprietario de Valentina, disse: "Sabemos definitivamente agora que essa substancia plástica proveniente do bagaço pode ser produzida em Luisiana a baixo preço e vendida com lucro a um preço inferior ao de qualquer outro plástico no mercado.

Dão testemunho dessa descoberta, entre outros, o dr. F. J. Lynch, químico do governo, que prontamente a examinou no novo laboratorio de Investigação Regional do Sul, em Nova Orleans, e tambem o sr. T. R. Mc Elhinney, químico chefe de investigações de Valentine Sugars. O sr. Jay arriscou uma pequena fortuna para o desenvolvimento desse processo, a ponto que prometeu aos plantadores de cana de Luisiana uma saida maior para os bagaços.

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

BALANCETE EM 31 DE JULHO DE 1941

ATIVO

Ativo Fixo			
Biblioteca do Instituto		42:717$500	
Imoveis (Edificio Taquara)		2.783:950$200	
Laboratorios — Recife — Aparelhos e Utensilios		54:618$400	
Moveis e Utensilios		765:051$100	
Vagões-Tanques		500:000$000	
Títulos e Ações		10.707:000$000	14.853:237$200
Empréstimos			
Caixa de Emprestimos a Funcionarios		169:988$300	
Custeio de Refinarias		2.550:000$000	
Empréstimos a Produtores de Açucar		691:312$200	
Financiamento a Distilarias (Doc. I)		13.564:153$990	16.975:454$490
Despesas			
Orçamentarias		3.688:726$200	
Defesa do Açucar		5.758:974$660	9.447:700$860
Contas de Resultado			
Adiantamentos s/Açucar de Engenho		1.767:273$100	
Anuario Açucareiro		4:040$000	
Arrecadação de s/Taxa s/Produção de Açucar		71:909$000	
Compras de Açucar (Doc. II)		3.824:608$500	
Compras de Açucar c/Retrovenda — Estoque (Doc. II):			
— (N/Disponibilidade)		8.364:233$000	
Exportação de Açucar:			
— Extra-limite	2.798:570$500		
— Intra-limite	5.161:176$700	7.959:747$200	
Livros e Boletins Estatísticos		116:319$700	22.108:130$500
Devedores Diversos			
Adiantamento p/Compras de Alcool		1.133:542$900	
Cobrança do Interior		42:070$300	
Contas Correntes — Saldos Devedores (Doc. III)		8.943:107$371	
Letras a Receber		811:670$500	10.930:391$071
Caixas e Bancos			
Caixa — Sede do Instituto		63:964$900	
Fundos no Banco do Brasil		50.526:367$900	
Delegacias Regionais c/Suprimentos		13.714:231$500	64.304:564$300
Contas de Compensação e Caução			101.464:859$200
Distilarias Centrais — Soma do Ativo (Doc. V)			77.616:148$250
Secção do Alcool Motor — Soma do Ativo (Doc. VI)			6.450:081$855
			324.150:567$726

PASSIVO

Fundos Acumulados		
Arrecadação de Taxas de Defesas	180.848:107$880	
Arrecadações Diversas	6.127:844$500	186.975:952$380
Reservas		
Juros Suspensos	232:338$400	
Locação de Vagões-Tanques	50:000$000	282:338$400
Contas de Resultado		
Multas	226:097$200	
Rendas do Edificio "Taquara"	154:574$100	
Revista "Brasil Açucareiro"	8:822$500	
Vendas de Açucar	37:595$200	427:089$000
Obrigações		
Contas Correntes — Saldos Credores (Doc. III)	11.089:557$520	
Depositos Diversos	3.189:932$100	
Instituto de Tecnologia c/Subvenção	257:920$674	
Ordens de Pagamento	2.962:634$100	17.500:044$394
Contas de Compensação e Caução c/o Ativo		101.464:859$200
Distilarias Centrais — Soma do Passivo (Doc. V)		7.781:298$000
Secção do Alcool-Motor — Soma do Passivo (Doc. VI)		9.718:986$352
		324.150:567$726

Rio, 31-7-941.

LUCIDIO LEITE
Contador

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ORÇAMENTO PARA 1941 — POSIÇÃO EM 31 DE JULHO DE 1941

Nos.	VERBAS	Duodécimo	Saldo anterior	Quota mensal	DESPESAS Mês de julho	Total despesas	Media mensal	Crédito anual	Saldo do crédito anual
	PESSOAL :								
1	COMISSÃO EXECUTIVA.	19:400$000	31:800$000	51:200$000	24:500$000	109:100$000	15:585$714	232:800$000	123:700$000
2	CONSELHO CONSULTIVO.	3:600$000	5:700$000	9:300$000	2:400$000	18:300$000	2:614$286	43:200$000	24:900$000
3	SEDE DO INSTITUTO.	138:055$000	70:496$900	208:551$900	126:993$900	884:827$000	126:403$857	1.656:660$000	771:833$000
4	SECÇÃO TÉCNICA.	21:594$500	31:767$000	53:361$500	14:655$500	112:455$500	16:065$071	259:134$000	146:678$500
5	FISCALIZAÇÃO TRIBUTARIA.	99:320$000	119:864$600	219:184$600	91:861$800	567:917$200	81:131$029	1.191:840$000	623:922$800
6	DELEGACIAS REGIONAIS.	55:950$000	150:237$700	206:187$700	57:633$900	243:096$200	34:728$029	671:400$000	428:303$800
7	DESPESAS DE TRANSPORTE.	96:966$666	194:491$596	291:458$262	87:769$900	475:078$300	67:868$328	1.163:600$000	688:521$700
8	DIARIAS.	63:744$166	107:966$196	171:710$362	57:095$000	331:593$800	47:370$543	764:930$000	433:336$200
9	GRATIFICAÇÕES :								
	— Pró Labore Semestral.	56:666$666	64:008$996	120:675$662	8:751$200	284:742$200	40:677$457	680:000$000	395:257$800
	— Diversos.	9:912$000	34:642$000	44:554$000	23:796$700	48:626$700	6:946$671	118:944$000	70:317$300
	MATERIAL :								
1	MATERIAL PERMANENTE.	15:500$000	36:406$800	51:906$800	23:582$200	80:175$400	11:453$629	186:000$000	105:824$600
2	MATERIAL DE CONSUMO.	21:916$666	24:123$996	46:040$662	57:714$100	165:090$100	23:584$300	263:000$000	97:909$900
3	DIVERSAS DESPESAS.	68:163$666	123:169$096	191:332$762	66:213$400	352:026$300	50:289$471	817:964$000	465:937$700
		670:789$330	994:674$880	1.665:464$210	642:967$600	3.673:028$700	524:718$385	8.049:472$000	4.376:443$300

Rio, 31/7/941.

LUCIDIO LEITE
Contador

A PRODUÇÃO DE AÇUCAR NAS USINAS MODERNAS DA INDIA EM 1939-40

Segundo estatísticas publicadas na primavera de 1940, a produção de açucar das fábricas modernas da India, na safra 1939-40, era estimada em 1.170.000 toneladas. Sabe-se agora que a produção real das referidas fábricas naquele período se elevou a 1.240.000 toneladas, ou seja a mais alta produção conseguida pela industria indiana, excedendo o "record" anterior de 1.100.000 toneladas na safra 1936-37 em quase 12 por cento, e as produções de 1937-38 e 1938-39 em 33 e 91 por cento, respectivamente.

As razões apresentadas para essa elevada produção são as seguintes: na safra 1939-40 o número de fábricas em funcionamento (145) foi maior do que em qualquer outra safra, embora somente duas delas fossem novas; embora a safra tivesse a duração normal, as usinas, em consequencia da abundancia de materia prima, moeram uma quantidade de cana muito maior. Em media e por dia de trabalho, as fábricas moeram 710 toneladas contar 630 em 1938-39 e em 1936-37 e 660 toneladas em 1937-38. Os altos preços do açucar no começo da estação e os elevados preços mínimos para as canas fixados em consequencia nas Provincias Unidas e em Bihar atrairam para as fábricas modernas grande quantidade de cana, que normalmente teriam sido utilizadas na fabricação do gur. A redução que se fez em abril nos preços das canas, chegou muito tarde para afetar os suprimentos às fábricas e alem disso a medida somente atingiu as usinas que moiam todas as canas disponiveis.

Das 158 usinas modernas existentes na India, 145 trabalharam na safra 1939-40, sendo a seguinte a distribuição: 70 nas Provincias Unidas, 32 em Bihar, 3 em Punjab e Sind, 10 em Madras, 8 em Bombaim, 9 em Bengal e Assam, 2 em Orissa e 11 nos Estados Indianos. Nas duas safras anteriores, trabalharam 139 e 136 fábricas.

Moagem — Seis fábricas começaram a moer durante o mês de outubro, cerca de 60 em novembro e 70 em dezembro, enquanto 5 fábricas só iniciaram a moagem em fins de janeiro. Quase todas as fábricas das Provicias Unidas já estavam em funcionamento no fim de novembro, mas em Bihar a maioria das usinas começou a trabalhar nos primeiros dias de dezembro. Somente seis usinas haviam encerrado as suas atividades nos meiados de março, ao passo que na safra 1938-39 106 fábricas já não funcionavam por essa época; a maioria das usinas continuou a trabalhar até a segunda semana de abril e cerca de 30 trabalharam até a segunda metade de maio. Os dias de moagem para toda a India foram, em media, 129 (contra 83 em 1938-39), o máximo foi de 203 (contra 184) e o mínimo 30 (contra 15). Cinco fábricas moeram durante 180 dias ou mais, 25 durante 150 a 179 dias, e 90 durante 110 a 149 dias.

Capacidade das fábricas — O quadro abaixo resume as cifras da capacidade media das fábricas, expressa em termos da quantidade total de cana moida em 1939-40 e nas duas safras anteriores:

	1939-40 Tons. de cana	**1938-39 Tons. de cana**	**1937-38 Tons. de cana**
Máximo por fábrica	296.600	288.300	263.100
Mínimo por fábrica	520	810	1.300
Media por fábrica	90.600	50.700	72.900

A media da capacidade de esmagamento diario para todas as fábricas foi a seguinte:

	1939-40 Tons. de cana	**1938-39 Tons. de cana**	**1937-38 Tons. de cana**
Máximo por fábrica	1.960	1.850	2.000
Hínimo por fábrica	20	50	35
Media por fábrica	710	630	660

Uma usina das Provincias Unidas teve um máximo de 273.700 toneladas para a safra e uma de Bihar 232.500 toneladas. Na capacidade de esmagamento diario, uma usina das Provincias Unidas apresentou uma media de 1.960 toneladas e outra Bihar 1.400 toneladas.

Produção de açucar — A produção de açucar diretamente da cana, na India, totalizou, na safra 1939-40, 1.241.700 toneladas contra 650.800 em 1938-39 e 930.700 em 1937-38. Foi o maior volume de açucar que as usinas modernas daquele país produziram até agora. A produção cresceu em todas as provincias, principalmente nas Provincias Unidas, Bihar e Bengal. Nas duas primeiras dobrou e na terceira quadruplicou. Os detalhes da safra em toda a India, em confronto com os das duas safras anteriores, encontram-se no quadro abaixo:

Produção total de açucar e melaços nas usinas modernas da India

	1939-40	1938-39	1937-38
Fábricas em funcionamento	145	139	136
Cana esmagada, tons.	13.131.700	7.004.800	9.916.400
Açucar, tons.	1.241.700	650.800	930.700
Melaços, tons.	485.300	242.300	349.600
Açucar por cento de cana	9,45	9,29	9,38
Melaços por cento de cana	3,69	3,46	3,52

Em Burma, em 1939-40, trabalharam 3 usinas, que moeram 265.000 toneladas de cana e produziram 27.700 toneladas de açucar e 9.300 de melaços. Essas cifras não são definitivas. Em relação à produção de cana, a de açucar representou uma percentagem de 9,45 e a de melaços 3,46.

A mais alta recuperação verificada na India, na safra a que nos temos referido, foi de 12,31 contra 12,25 em 1938-39; a recuperação media para todo o país foi de 9,45 contra 9,29 em 1938-39; a media das Provincias Unidas foi de 9,37, a de Bihar 9,29 e a das demais areas 9,88. Sete usinas, situadas em areas que não as Provincias Unidas e Bihar, tiveram rendimentos de 11 e mais; 18 usinas tiveram rendimentos de 10 a 10,4; 36 de 9,5 a 9,9; enquanto 43 tiveram rendimentos de 9,0 a 9,4 e 22 8,5 a 8,9. A media de recuperação para toda a India foi de 9,45 contra 9,29 em 1938-39, 9,38 em 1937-38, 9,50 em 1936-37.

O quadro que se segue dá as cifras da produção de açucar em toda a India nos últimos dez anos. Para fins de comparação, acrescenta-se uma coluna com os dados referentes à recuperação de açucar em Java :

Safra	Fábricas em funcionamento	Cana moida tons.	Produção de açucar. Tons.	% de recuperação India	% de recuperação Java
1930-31	29	1.317.248	119.859	9,90	11,39
1931-32	32	1.783.499	158.581	8,89	10,46
1932-33	57	3.350.231	290.177	8,66	11,16
1933-34	112	5.157.373	453.965	8,80	12,64
1934-35	130	6.672.030	578.115	8,66	12,35
1935-36	137	10.033.000	932.100	9,29	13,21
1936-37	137	11.687.200	1.111.400	9,50	11,72
1937-38	136	9.916.400	930.700	9,38	11,40
1938-39	139	7.004.800	650.800	9,29	—
1939-40	145	13.131.700	1.241.700	9,45	—

Conclusão — Segundo a opinião do sr. Srivastava, o mais serio problema que a industria açucareira indiana está chamada a resolver é o da liquidação dos seus excessos. A industria possue largos estoques de açucar, fabricados com materia prima adquirida a preços elevados. Os preços básicos mínimos originariamente fixados pelo Sindicato Açucareiro Indiano para esse açucar excedia geralmente as 12 rupias por **maund**, embora o

O MONOPOLIO AÇUCAREIRO DAS INDIAS OCIDENTAIS E O DEBATE DOS OITO DIAS EM 1841

Noel Deerr

Há um século, no dia 7 de maio, verificou-se a primeira investida seria contra o monopolio açucareiro das Indias Ocidentais. Por volta de 1840, já havia dois séculos que a Inglaterra produzia açucar e a sua política financeira se orientava no sentido de impor um imposto proibitivo sobre o açucar estrangeiro. Naquele ano, o açucar estrangeiro, fosse produzido por trabalho livre ou escravo, pagava 66 xelins por quintal, enquanto o açucar colonial pagava apenas 25 xelins.

O primeiro desafio ao monopolio foi lançado em 1840 por um membro do Parlamento, William Ewart, que propôs fosse o imposto sobre o açucar estrangeiro reduzido para 34 xelins, proposta que foi rejeitada pelo Ministerio Melbourne. Nada obstante, logo no ano seguinte, o principio foi confessadamente subordinado a um criterio de utilidade, pois que se pretendeu cobrir um **deficit** orçamentario de 700 mil libras com o estímulo ao consumo do açucar, o que se esperava conseguir com a redução para 36 xelins do imposto sobre o açucar estrangeiro. Os impostos que incidiam sobre o trigo e a madeira tambem deviam ser reduzidos, mas os debates centralizaram-se em torno da questão do açucar.

A proposta dividu a Câmara em três campos: os Whigs, já sob a influencia de Cobden, que ainda não fora eleito para o Parlamento; o Partido Anti-escravagista, chefiado por Lushington e no qual se incluiam muitos Whigs; os Tories, que defendiam os ainda poderosos interesses das Indias Ocidentais.

Combatendo a proposta, o Visconde Sandon, secundado por James Weir Hogg, presidente da Companhia da India Oriental, apresentou a seguinte emenda: "Considerando os sacrificios e esforços que o Parlamento e este país têm feito para abolir o comercio de escravos e a escravidão, na esperança de que os seus exemplos e atos possam atenuar e afinal extinguir em outros paises esses males, esta Câmara não está preparada (especialmente com as atuais perspectivas de suprimento de açucar das possessões britânicas) para adotar as medidas propostas pelo governo de Sua Majestade tendentes a eliminar os impostos sobre o açucar estrangeiro".

---

preço da cana naquele tempo correspondesse, segundo a escala descendente, a menos de 11 rupias. Verificou-se, em tempo, que esses preços altos não podiam ser mantidos numa época de superprodução. Diz-se que se fazem com frequencia vendas não autorizadas a preços bastante inferiores aos básicos. Em julho, o Sindicato resolveu reduzir os preço de 2-8-0 rupias por **maund.**

Recentemente, os governos das Provincias Unidas e de Bihar deixaram de reconhecer o Sindicato, porque este não pôde manter preços razoaveis para o açucar. Posteriormente, os dois citados governos voltaram a reconhecer o Sindicato e concordaram tambem em ajudar a industria a reduzir os estoques e estabilizar os preços, dentro de certas condições. Uma delas é a de que o Sindicato passará a ser uma organização com o fim único de vender açucar. Os governos estabelecerão os limites dos preços e das quotas de venda; o Sindicato fixará as quotas de venda e os preços básicos para cada uma das fábricas, dentro dos limites prescritos pelos governos. A direção do Sindicato caberá a um funcionario nomeado pelos governos. Os governos formarão ainda uma comissão de funcionarios, que serão "ex-officio" diretores do Sindicato, para controlar a industria; o Sindicato terá, porem, o direito de dirigir-se diretamente aos governos. As condições acima resumidas foram aceitas pelo Sindicato, numa assembléia geral para esse fim realizada.

(Adaptado de "The International Sugar Journal").

O debate foi aberto por Lord John Russel, ministro das Colonias, que opôs ao "conforto de que gozam os negros da Jamaica a precaria situação industrial do norte" para, em seguida, escarnecer dos seus adversarios com estas palavras: "tendes apenas um fim partidario e procurais disfarçá-lo sob a capa de sentimentos humanitarios, mas o vosso passado não vos autoriza a ostentar tais sentimentos". O Visconde Sandon replicou perguntando a Lord John "que direito tinha ele de negar-lhe e aos que apoiavam a emenda as mesmas preocupações pelos interesses da humanidade que haviam influido no governo".

O dr. Lushington foi o primeiro dos membros do velho Partido Anti-escravagista. Condenou a proposta, porque ela representava um estímulo ao tráfico de escravos, era injusta em relação ao trabalhador emancipado e ao capitalista e porque não lhe parecia necessario recorrer a tal providencia para abastecer o povo inglês de açucar.

Falou depois o deputado W. E. Gladstone, que disse: "Não consigo compreender o motivo que teria induzido o governo a misturar com uma simples questão de comercio um problema que o povo inglês está firmemente resolvido a só considerar do ponto de vista do respeito aos direitos humanos. Só posso atribuir esse fato à vaidade, que muitas vezes se faz acompanhar da falta de principio". A essa acusação respondeu imediatamente Thomas Babbington Macaulay, que acusou a emenda de não passar de "uma habil moção partidaria, cujo objetivo era cunfundir e afastar os conselheiros da coroa, sem comprometer os seus sucessores... Que principio era esse que permitia aos ingleses tomar café que havia sido cultivado com o braço escravo, mas não lhes permitia adoçar o café com o açucar cultivado pelos escravos?"

Depois de varios deputados falarem sobre as vantagens do comercio com o Brasil, Mr. Goulburn, que fora ministro da Fazenda em 1828 e exerceu depois a mesma pasta no gabinete de Sir Robert Peel, declarou o seguinte: "A Coroa tem uma possessão, que não é habitada como o Brasil por 6 milhões de almas, das quais metade é de escravos, mas por um povo livre de 100 milhões, num estado avançado de civilização, possuindo grandes rios para comunicação com outros povos, rios que permitem um intercambio compensador". O orador não precisava dizer que essa posessão era a India. Seguiu-se Mr. Charles Buller, que fez esta pergunta: "Em beneficio de quem se impõe esses impostos protecionistas? Viriam eles favorecer os trabalhadores das Indias Orientais? Seria uma calamidade para esse país se desviassemos as suas energias para esses canais. Seria induzir o povo da India a entrar em competição com outras colonias à sombra desses direitos protecionistas". E concluiu: "Em nome do povo da India, peço-vos não lanceis sobre ele essas calamidades".

Sir Robert Peel foi dos últimos a intervir no debate. Opôs-se à proposta de redução dos impostos sobre o açucar estrangeiro, dizendo que "não seria conveniente para a honra do país abrir os seus mercados ao açucar, produto do trabalho escravo". Referindo-se à India e especialmente aos pontos de vista de Mr. Buller, disse: "Da India recebemos todos os anos avultadas quantias... A fé e a honra do Parlamento inglês, a fé e a honra do proprio país exigem que seja mantida a exclusão do açucar produzido pelo trabalho escravo. E se o meu propósito é encorajar a produção da India, por que considerá-lo danoso a este país e à India?"

O Visconde de Palmerston encerrou os debates com um discurso de fina ironia, no qual aceitava os fatos, sem concordar com as causas. Disse ele: "Aos brasileiros dizemos — podemos fornecer-vos artigos manufaturados de algodão mais barato do que em qualquer outra parte. Quereis comprá-los? Certamente, respondem os brasileiros, e pagaremos com o nosso açucar e o nosso café. Não, replicamos, o vosso açucar e o vosso café são produzidos com o trabalho escravo; nós somos homens de principios e a nossa conciencia não nos permite consumir produtos do trabalho escravo. Toda gente pensaria que as negociações terminariam aqui e os brasileiros que se arranjassem para consumir o seu açucar e o seu café. Puro engano. Nós somos homens de principio, mas tambem somos homens de negocios; e desejamos ajudar os brasieiros. E por isso lhes dizemos: bem perto de nós vivem 40 milhões de alemães esforçados e trabalhadores, que não são tão escrupulosos quanto nós o somos; vendei aos alemães o vosso açucar e com o dinheiro que receberdes podereis pagar os nossos artigos de algodão. Mas os brasileiros respondem que não será muito facil por em prática essa sugestão. Os alemães vivem do outro lado do Atlântico e sem navios não

é possivel fazer chegar até eles o nosso açucar; ora os nossos navios são poucos e não estão em condições de enfrentar as aguas do oceano. A isso responderemos imediatamente: temos navios em abundancia e eles estão ao vosso serviço. E' verdade que o açucar produzido pelo braço escravo contaminaria os nossos armazens, mas com os navios as coisas são diferentes. Nova objeção levantada pelos brasileiros. Os alemães, dizem eles, são exigentes e gostam do açucar refinado. Ora não é facil refinar açucar no Brasil e os alemães não querem dar-se ao trabalho de refiná-lo. Ainda uma vez sugerimos um expediente. Nós, não só transportaremos o vosso açucar como assumiremos o encargo de refiná-lo. E' um pecado consumir o açucar que os escravos produziram; refiná-lo, porem, não é, ao contrario, lavá-lo de uma parte da sua impureza original. Novamente os brasileiros se voltam para nós, dizendo que produzem mais açucar do que os alemães podem consumir. A nossa bondade é infinita. Nós, ingleses, compraremos os excessos da vossa produção. Esse açucar não poderá ser consumido aqui, porque nós ingleses somos homens de principios, mas será enviado para as Indias Ocidentais e para a Australia. Lá vivem negros e colonos, gente que não se pode permitir certos escrúpulos de conciencia. E agora que não há mais motivos de reclamação de vossa parte, nós vos dizemos para terminar que se o preço do nosso proprio açucar se elevar alem de um certo nivel, compraremos o vosso açucar produzido pelo braço escravo e nós mesmos o consumiremos".

Nada obstante, a emenda do visconde Sandon, foi aprovada por 317 votos contra 281. Na maioria estavam Disraeli, Gladestone, Sir Robert Peel, Lord George Bentinck, Sir Stafford Canning, Lord Stanley, Lushington, Gouldburn e o sólido bloco dos interesses das Indias Orientais e Ocidentais, reunidos ao partido anti-escravagista. Na minoria, estavam Lord John Russell, Visconde Palmerston, Visconde Howick, Macaulay, Visconde Morpeth, Francis Baring e C. P. Villiers. Somente 19 deputados deixaram de votar.

Poucas vezes se encontram num debate tantos nomes ilustres. Ao de Peel, que já desempenhara os mais importantes cargos, podemos acrescentar os de Stanley (Conde de Derby), Lord John Russel, Palmerston, Disraeli e Gladstone, que mais tarde viriam a ser primeiros ministros.

A vitoria então obtida apenas deteve temporariamente a onda do livre-cambismo. Em 1846, Lord John Russell sucedeu a Peel como chefe do gabinete e imediatamente anunciou que o governo estava empenhado em igualar os impostos sobre o açucar de toda qualidade e procedencia. Uma emenda apresentada por Lord George Bentinck foi rejeitada por 265 votos contra 135, depois que Sir Robert Peel, agora simples deputado, mas gozando de grande influencia, retirou a sua oposição. E' curioso notar que na maioria se encontravam o Visconde Sando e Sir James Hogg, que haviam orientado a oposição no debate dos oito dias.

(Traduzido de "The International Sugar Journal").

NOVAS APLICAÇÕES PARA O AÇUCAR E SEUS SUB-PRODUTOS

Na sessão que realizou em janeiro de 1939, o Conselho Internacional do Açucar resolveu compilar um resumo, vasado em linguagem técnica, das pesquisas e experiencias que têm sido feitas com o fim de descobrir novas aplicações para o açucar e seus sub-produtos. Desse trabalho, no qual se comprometeram a colaborar as delegações dos paises que se fazem representar no Conselho, foi encarregado o Laboratorio de Pesquisas Quimicas do Departamento de Pesquisas Quimicas e Industriais, de Teddington. Compilado o resumo em apreço, foi o mesmo divulgado em copias mimeografadas.

Sendo a materia versada no aludido trabalho de evidente interesse para os industriais do açucar, deliberou o "Brasil Açucareiro" traduzi-lo e publicá-lo. Essa divulgação, que iniciámos no presente número, terá de ser feita parceladamente, em vista da exensão do estudo que se divide em três partes, com doze capitulos. A copia de que nos estamos servindo foi enviada ao Instituto do Açucar e do Alcool pelo delegado do Brasil junto ao Conselho Internacional do Açucar.

PARTE PRIMEIRA

PRODUTOS DO AÇUCAR E DOS MELAÇOS

CAPITULO I

EMPREGO DO AÇUCAR NA FABRICAÇÃO DE SOLVENTES (EXCETUADO O ALCOOL ETILICO) E ACIDOS ORGANICOS

Acido butírico e alcool butílico-acetona — Esses produtos formam-se pela fermentação de carbohidratos, inclusive sacarose, sob a ação de correntes de bacterias anaerobias.

USOS

Os ésteres de ácido butírico — tais como butirato de amila, bornil e butirato de isobornil — são dissolventes e podem ser empregados par tornar plásticos os ésteres de celulose, especialmente nitrocelulose. O butirato de vilil, que atualmente não é usado isolado, é um possivel ingrediente de produtos de polimerização mista.

O auto-butirato de celulose é vendido como verniz e como substancia plástica, sob o nome comercial de "Tenite II". Pretende-se que é superior ao acetato correspondente por ser menos inflamavel e mais resistente às intemperies. Certos derivados do ácido butírico, como os sais de sodio e potassio, e butiraldeido de amonia foram propostos como meios para acelerar a vulcanização da borracha, a última substancia mencionada apresentando a vantagem de ser líquida. Anilina-butiraldeido é usado industrialmente na vulcanização da borracha.

Muitos butiratos orgânicos são empregados em perfumes e essencias, entre eles o benzil, metil, octil normal terpenil, fenil, propil e butil butiratos.

A acetona é usada na fabricação de cloroformio, iodoformio, bromoformio, sulfonal e como corante da serie difenilmetana e seus homólogos; é um solvente valioso dos vernizes que contêm resinas e do acetato de celulose. E' utilizado na gelatinização do algodão pólvora para a produção de cordita e de nitrato de celulose de baixo teor, na fabricação de celuloide; outro importante emprego é baseado na sua ação solvente para a acetilene, ação que permite fornecer acetilene comprimida para solda.

O alcool butílico normal já foi considerado um produto indesejavel da industria de fermentação da acetona, mas agora é o produto primario e muito valorizado dessa industria e está sendo produzido tambem por síntese química. Neste país, a materia prima utilizada para a síntese é o alcool etílico produzido pela fermentação de melaços. A descoberta de que o butil acetato é um excelente solvente para nitrocelulose inverteu os valores relativos dos produtos da industria de fermentação de acetona e levou à introdução de novas series de pinturas esmaltadas, logo aproveitadas pelos fabricantes de automoveis. Acetato de butila é ainda um dos sol-

ventes mais frequentemente usados nos vernizes de nitrato de celulose; pertence à classe dos solventes de ebulição media. Varios outros ésteres de alcool butílico passaram a ser utilizados.

O estearato é um sólido de cor branca, que se funde a 18.º C.; quase não tem cheiro e é empregado, juntamente com outros solventes plasticisantes, tais como fitalatos e citratos, como um plasticisante para nitrocelulose não inflamavel e que repele a agua. Fitalato díbutil é um líquido sem cor e sem cheiro, com uma muito baixa pressão de vapor. Com nitrato de celulose produz películas de grande elasticidade e que aderem muito bem. E' de especial valor para pinturas esmaltadas brancas e de cores ligeiras, pois não amarelece sob a ação do sol e é estavel, mesmo com pigmentos básicos; tem sido usado tambem como lubrificante em moldes para resina sintética e como lubrificante em bombas de vacuo e manômetros, devido à sua baixa pressão de vapor. Butil oleato, tributil citrato, butil levulinato, buti normal formato e di-butil tartrato são outros solventes e plasticisantes; o di-butil tartrato é tambem usado como solvente auxiliar para o sabão seco.

O alcool butílico, ou butanol, é usado em menor quantidade do que o seu acetato, em vernizes; dissolve as resinas naturais e é compativel com os oleos e outros ingredientes usados em vernizes. E' tambem usado como solvente para outros fins e como elemento de oleos penetrantes; em linimentos e outros produtos medicinais. Os perfumistas empregam muitos dos seus derivados.

Não se conhecem cifras exatas sobre a produção mundial de ácido butírico, acetona e alcool butílico. Pode-se, no entanto, dizer com segurança que a produção de ácido butírico é pequena em relação à de acetona e alcool butílico e que não será facil aumentá-la. A produção de acetona e de alcool butílico vem crescendo desde 1916, quando se introduziu, com êxito, o primeiro processo para a fabricação daqueles produtos. Infelizmente, a procura não acompanhou o ritmo da produção, de forma que chegou a haver excesso de acetona. Embora essa super-produção não se faça sentir hoje em dia, poderá ocorrer novamente em tempo de paz. E isso se deve ao fato de que a acetona, outrora produzida por fermentação, é hoje apenas um sub-produto, que sofre a concorrencia de métodos mais barato de produção por síntese química do propileno nos gases da industria do petroleo, do acetileno e do alcool etílico, este podendo ser obtido pela fermentação dos melaços. Felizmente para o futuro da industria de fermentação, alcool butílico pode ser produzido mais barato, desde que haja uma fonte de materia prima, do que os métodos catalíticos. Nessas condições, o açucar, principalmente sob a forma de melaço, tornou-se nos últimos anos de grande importancia que aumentará à medida que cresça a procura de alcool butílico. A instalação recente, em Porto Rico, de uma fábrica destinada a produzir alcool butílico pela fermentação de melaços, mostra que é possivel expandir a manufatura desse produto. A capacidade da aludida fábrica é de cerca de 1.500 toneladas de alcool butílico por ano, com utilização de 10 mil toneladas de melaços, cifras que se comparam com a produção de alcool butílico nos Estados Unidos, em 1929, que foi de 11 mil toneladas; naquele ano, o único método de produção adotado foi o de fermentação de carbohidratos.

A produção total de alcool butílico nos Estados Unidos, em 1936, computadas todas as fontes, subiu a 40 mil toneladas, o que indica um apreciavel aumento no mercado desse artigo nos últimos anos.

PRODUÇÃO DE ACIDO BUTIRICO POR FERMENTAÇÃO

Embora a produção de ácido butírico por meio da ação de certas bacterias anaeróbias sobre carbohidrato fosse descrita há muitos anos, processo que desde então vem sendo estudado, não se conhece presentemente nenhuma descrição do método ora empregado para produção em escala comercial.

Theysen e Galloway deram uma descrição aproximada de como se pode executar em certas condições ideais. A materia prima — açucar ou melaço, por exemplo — seria mantida em suspensão ou dissolvida em agua e esterilizada pelo calor. Usando-se açucar ou melaço, deve-se acrescentar alimento nitrogenoso, de preferencia sob a forma de extratos de cereais ou residuos de glúten de arroz ou trigo; a massa deve ser então esterilizada pelo calor.

A massa esterilizada deve ser resfriada a 37º C. em serpentinas especiais para esse fim e transportada continuamente para dornas estereis, contendo uma vigorosa cultura de fermentatos do tipo que melhor se adapta à bateria do ácido butírico. O pH deve ser

mantido entre 5 e 6, afim de se evitar que a fermentação cesse. Depois de 2 ou 4 dias, quando a fermentação estiver completa, a massa deve ser seca por evaporação e o ácido butírico recuperado por distilação fracionada dos sais de calcio na presença de ácido sulfúrico ou oxálico.

PRODUÇÃO DE ACETONA E ALCOOL BUTILICO

Organismos similares ou intimamente relacionados com os que produzem o ácido butírico dão origem a alcool butilico acetona, quando agem sobre carbohidratos, inclusive açucar e melaços. As correntes que produzem alcool butílico e acetona têm maiores poderes de hidrogenação ou propriedades redutoras do que as que produzem ácido butírico e podem portanto converter os ácidos butírico e acético, formados como produtos intermedios da fermentação, em alcool butílico e acetona, respectivamente.

A produção em escala industrial de alcool butílico e acetona, por fermentação, faz-se mais ou menos de acordo com o método acima esboçado para a produção de ácido butírico, com a exceção de que tem de ser adotado um processo diferente para a recuperação dos produtos da fermentação. A maior capacidade redutora dos organismos usados na fermentação de alcool butílico e acetona impede a massa a fermentar de tornar-se marcadamente ácida, pelo que é desnecessario adicionar agentes neutralizantes. Quando a fermentação se completa, 25 a 30 horas depois da inoculação da massa, esta é distilada e o alcool butílico e a acetona recuperadas separadamente. Os rendimentos dessas substancias sobem normalmente a 30 por cento dos carbohidratos fermentados e consistem de duas partes de alcool butílico e uma de acetona.

Quando era grande a procura de acetona e o alcool butílico considerado apenas um sub-produto, procurou-se aumentar os rendimentos de acetona, acima do normal, introduzindo-se ácido acético na massa. Os grandes poderes de hidrogenação dos organismos bastavam para transformar o ácido em acetona.

Quando aumentaram as necessidades de alcool butílico, fizeram-se esforços no sentido de aumentar os rendimentos desse componente. Hutchinson mostrou que isso se poderia conseguir adicionando-se à massa latato de amonia.

Na literatura corrente, encontram-se descrições de modificações e melhoramentos introduzidos no método original de fermentação. As modificações mais importantes dizem respeito à utilização de melaços como materia prima, em vez do milho, que era geralmente usado. Para que a utilização dos melaços se faça com êxito é de mister acrescentar-lhes alimentos nitrogenosos, seja sob a forma orgânica, seja sob a forma inorinorgânica.

Acido propriônico — O ácido propriônico, CH_3 CH_2 COOH, é o produto do metabolismo de um grupo de bacterias.

USOS

Ainda muito recentemente, os fabricantes de perfumes e essencias utilizavam todo o ácido propriônico existente, convertendo-o em varios ésteres.

Tersand descreveu o butil proprionato, $C_2H_5CO.\ C_4H_9$ como um dos mais valiosos derivados do ácido propriônico. E' um solvente de ponto de ebulição medio e de odor relativamente suave; é utilizado principalmente como substituto do acetato de amilila em vernizes, etc., nos quais a suavidade de odor é essencial, exigindo-se tambem uma evaporação menos rápida; usa-se tambem nas industrias de perfumaria e de essencias.

O emprego do proprionato de etila como um solvente da piroxilina, na aplicação, por exemplo, de piroxilina ao fabrico do couro artificial, está coberto pelas patentes norte-americanas. Sugeriu-se tambem que proprionil celulose podia substituir ecetil celulose.

Os proprionatos foram introduzidos, nos últimos anos, na industria de panificação, em escala comercial, para impedir que o pão fosse atingido pelo mofo. Em 1913, Kiesel mostrou que os ácidos gordurosos e saturados e os seus produtos halogenos de substituição são notavelmente eficientes, comparados com os ácidos minerais, em evitar o desenvolvimento do "Aspergillus niger". Essa propriedade foi estudada mais minuciosamente em 1936 e 1937. Kirby, Atken e Frey demonstram, de novo, que o ácido propriônico e o ácido butírico natural eram tóxicos para o mofo, propriedade essa que a Ward Baking Company aplicou para controle comercial.

O ácido propriônico foi tambem recomendado como substituto do ácido acético,

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Publicamos nesta secção resumos das atas da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo do I. A. A. Na secção "Diversas Notas", damos habitualmente extratos das atas desses organismos, contendo, às vezes, na íntegra, pareceres e debates sobre os principais assuntos discutidos pelos mesmos.

COMISSÃO EXECUTIVA

31.ª e 32.ª SESSÕES ORDINARIAS, REALIZADAS NA MANHÃ E NA TARDE DO DIA 4 DE JULHO DE 1941

Presentes os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alde Sampaio, Tarcisio de Miranda, Moacir Pereira, Alvaro Simões Lopes, J. I. Monteiro de Barros e Otavio Milanez.

Presidencia do sr. Barbosa Lima Sobrinho.

E' lida e aprovada a ata de 27 de junho p.p.

Cooperativa dos plantadores de cana de Pedreira — De acordo com parecer da S. Jurídica, por ter sido feito fora do prazo legal, é indeferido o requerimento da Cooperativa Mista dos Plantadores de Cana de Pedreira, em Sta. Catarina, no sentido de lhe ser autorizada a venda, na safra 1940-41 da quantidade de até 4.000 sacos de açucar.

Nova usina. — Por estar de acordo com o decreto-lei n. 1.546, é deferido, nos termos do parecer da S. Jurídica, o requerimento dos proprietarios do imovel Tamandaré, sito em Cachoeira do Itapemirim, Espírito Santo, solicitando autorização para a montagem de uma usina, destinada ao aproveitamento de canaviais existentes na zona e cujos proprietarios não podem aproveitá-los de outra maneira.

Inscrição de fábricas — E' encaminhado à S. Jurídica novo requerimento da Cia. Agrícola Fazenda do Rochedo pedindo inscrição do seu engenho de açucar sito em S. João Nepomuceno, com parecer contrario da gerencia.

— E' deferido o requerimento de Mesquita & Cia. pedindo inscrição do Engenho Arvoredo, sito no Rio Grande do Norte.

Incorporação de quotas — E' aprovada a incorporação provisoria da quota do Engenho Vale ao limite da U. Camaragibe, na safra de 1940-41.

— Examinando uma proposta da Secção de Fiscalização, a Comissão resolve que, da safra 1941-42 em diante, somente sejam adimitidas as incorporações de quotas, para efeito de liberação do extra-limite correspondente, até o encerramento da safra das respectivas usinas.

— Com a redução de um terço, são incorporadas às quotas dos engenhos pertencentes a Leopoldo Miguel Zimmerman, Henrique Reuter, Olindo Rodolfo de Souza, Jorge Neves Pessoa, Odemar Cesario Pereira e Ida Winter à U. São José, Sta. Catarina.

— Nas mesmas condições, incorporam-se as quotas dos engenhos pertencentes a Dalmario Sousa e João de Aquino e Silva à U. Camaragibe, Alagoas.

— São incorporadas integralmente a quota do engenho turbinador pertencente a João Manuel de Andrade e, com a redução de um terço, a do engenho de João de Castro Guimarães à U. Costa Pinto, S. Paulo.

— Com a redução de um terço, é incorporada a quota de engenho pertencente a Asdrubal Machado de Oliveira e, integralmente, a do engenho de Aristides Borges Mendes à U. São Bento, Baía.

---

sob certas condições; as suas propriedades de fluidez sob temperaturas que variam de 22° C. a + 140° C. podem ser especialmente valiosas. O derivado di-etil-quetona, que entra em ebulição a 102, 7°C. e é ligeiramente soluvel na agua, é tambem recomendado como solvente.

PRODUÇÃO DO ACIDO PROPRIONICO POR FERMENTAÇÃO

O trabalho sistemático de fisiologistas sobre as bacterias do ácido propriônico foi colecionado e discutido, antes de 1928, por Niel. Niel informa que Freudenreich e Orla-Jensen foram os primeiros a isolar e descrever o organismo causador da fermentação do ácido propriônico. Essas bacterias são anaerobios que podem fermentar hexosos e sacarose, bem como ácido lático, produzindo ácido propriônico e outros, como os ácidos acéticos e sucínico.

A produção de ácido propriônico pela fermentação de melaços foi estudada nos últimos anos por varios pesquisadores norte-americanos e pode ser feita com êxito, segundo as linhas acima descritas para a produção de ácido butírico e a um preço um pouco mais alto do que o do ácido lático; isso resultado do fato de que somente se recuperam 60 por cento de ácido propriônico dos carbohidratos, enquanto a recuperação de ácido lático é de 90 a 100 por cento. Não há informação de que a produção técnica tenha sido empreendida. Aliás, a procura atual não justificaria essa produção.

(continua)

— São incorporadas as quotas dos engenhos de João Rodrigues Simões, José Junqueira Junior e João Camelo Filho, com a redução de um terço, e, integralmente, a da U. Santa Felisberta, à U. Pedrão, Minas.

— São denegados os pedidos de incorporação em que são interessados João Martins Soares, João Cunha, João Cândido e Benvindo Silva.

Transferencia de guias de taxa — E deferido o pedido do sr. Gonçalves Rolemberg do Prado no sentido de ser autorizada a utilização pela Usina Pedras do saldo da quota da U. Outeirinho, ambas a ele pertencentes, adquirindo, para esse fim, as taxas de defesa correspondentes.

Registro de fábrica — Aprovando o parecer da S. Jurídica sobre o assunto, a Casa resolve manter o registro do Engenho Aterro como produtor de rapadura e aguardente, conservando desmontada e lacrada a respectiva turbina.

Fornecimento de cana. — Decidindo a questão suscitada pela reclamação do sr. Francisco Gomes de Freitas, a Comissão resolve fixar em 629.286 quilos de cana a quota de fornecimento do mesmo e seus dependentes à U. São José.

Aquisição de moendas — E' aprovada a aquisição de moendas feita pela Usina Rio Branco à U. Pontal, para moagem de canas, nos períodos de entresafra, exclusivamente para o fabrico de alcool.

Autos de infração — Resolve-se mandar suspender o procedimento fiscal contra os engenhos de açucar batido da região de Piracicaba que produziram acima dos respectivos limites, na safra 1938-39, notificando-os das leis e sanções contrarias aos excessos de produção.

— E' considerado prejudicado o auto de infração e apreensão referente a 1740 sacos de açucar extra-limite da U. Pontal, Minas, determinando-se o seu arquivamento.

33.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 9 DE JULHO DE 1941

Prseentes os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alde F. Sampaio, Otavio Milanez, J. I. Monteiro de Barros, Alvaro Simões Lopes e Alberto de Andrade Queiroz.

Presidencia do sr. Barbosa Lima Sobrinho.

São lidas e aprovadas as atas da 31.ª e 32.ª sessões, realizadas em 4 de julho.

Cia. Usinas Nacionais — A Comissão resolve atender o pedido da Cia. Usinas Nacionais no sentido de serem postos à sua disposição 2.892 sacos de açucar correspondentes aos que perdeu na enchente de Porto Alegre.

Exportação de açucar — E' autorizada a firma Grilo, Paz & Cia. a exportar 5.000 sacos de açucar cristal, da safra 1941-42, para Portugal desde que a exportação seja feita exclusivamente com o extra-limite da Usina Tanguá, de que é proprietaria.

Extra-limite liberado — A Comissão resolve liberar 603 sacos de açucar extra-limite da U. Sta. Tereza, da safra 1940-41.

— E' aprovada a proposta da Gerencia para a liberação do extra-limite remanescente de Sergipe e Baía, num total de 45.000 sacos, tendo o presidente justificado a proposta mostrando que a situação do mercado interno permite a absorção do açucar.

Auto de infração — E' aprovado o parecer da S. Jurídica sobre o requerimento do sr. Francisco Abruzes, proprietario de um engenho rapadureiro sito em Itaperuna, Est. do Rio, e cuja existencia anterior aos decretos proibitivos ficou provada. As conclusões do parecer são as seguintes: — Seja reformada a decisão anterior que negou registro ao engenho do suplicante; seja considerado prejudicado o auto de infração 245/40, por ter perdido o seu objeto e, finalmente, sejam tomadas as providencias previstas na regulamentação em vigor, para o registro de inscrição do engenho rapadureiro, limitado em cinquenta sacos ou cargas, arquivando-se o auto de infração acima referido.

Montagem de distilarias — E' deferido o requerimento, com pareceres favoraveis da S. Técnica e da S. de Estudos Econômicos, solicitando aprovação da montagem de uma distilaria para alcool anidro na Usina Paraiso, Campos.

— E' aprovada a instalação de uma distilaria de alcool pela Usina Miranda, de acordo com os pareceres daquelas secções, não considerando, porem, a Comissão, ante as especificações indicadas, que a fábrica seja uma distilaria de alcool anidro.

Usina Santa Rosa — E' autorizado o funcionamento da U. Santa Rosa, durante a safra 1941-42, desde que se subordine a mesma às condições da proposta do sr. Jacques Richer — moagem de 12 horas por dia e lacramento de três das quatro turbinas — por forma a reduzir a respectiva capacidade de produção, e não podendo fabricar mais de 1.630 sacos de açucar.

Compra de maquinismos — E' autorizada a compra de duas moendas e um tríplice efeito pela U. Vitoria do Paraguassú, Baía, à S. A. Magalhães.

Arquivamento — E' mandado arquivar o processo relativo à transferencia do registro do engenho inscrito em nome de Antonio Faustino dos Santos para o de Manuel Tenorio de Albuquerque Lins, por já ter sido incorporada a quota do mesmo à Usina do último.

Incorporação de quotas — Com a redução de um terço, é feita a incorporação da quota da engenho de Domingos Zanin & Filhos à U. Costa Pinto, S Paulo.

— São indeferidos os requerimentos de incorporação à U. Pedrão, Minas, das quotas dos engenhos de Manuel S. Fonseca, José Alexandre de Lima, José Ferreira Pires Sobrinho, Sebastião Francisco do Rego e Orlandina Augusta de Oliveira.

Cadastro dos produtores — São aprovadas diversas sugestões da S. de Estatística para a regularização dos serviços do Cadastro dos Produtores.

Suprimento dos mercados internos — Para reorganizar a situação dos mercados do sul, notadamente os que adquirem refinado na Capital Federal, em virtude do atraso da safra do Estado do Rio, Minas e São Paulo e da falta de disponiveis nos mercados do Norte, é aprovada a proposta da Gerencia para o escoamento do estoque de cerca de 31.500 sacos de açucar cristal, destinado à conversão em alcool, da U. Larangeiras, Sergipe, indenizada esta aos mesmos preços adotados para

UTILIZAÇÃO DAS CALDAS DE MELAÇOS

As caldas das distilarias de melaços não prestam para alimentação dos animais pelo seu alto teor de sais minerais, que provocam perturbações gástricas e até intoxicações, quando ministradas em doses elevadas. Por outro lado, a análise revela que os sais minerais, sobretudo os de potassio, podem ser utilizados como adubo ou como materia prima para a extração de carbonato de potassio e de sodio.

O emprego das caldas como adubo apresenta incenvenientes, entre outros a dificuldade de transporte para o campo, em consequencia da sua alta percentagem de agua e sua elevada acidez. Diversos processos industriais foram propostos para obter das caldas adubos convenientes; e deles trataremos a seguir.

Uma das soluções propostas para facilitar o transporte e a conservação das caldas baseia-se na eliminação da maior parte do seu conteudo de agua por meio de aparelhos evaporadores, trabalhando seja sob pressão, seja a vacuo parcial, seja numa combinação dos dois principios. Utilizam-se para esse fim aparelhos de tríplice efeito, com os quaes se consegue concentrar a calda até 25° Bé.

Segundo Fritsch e Vasseux, para caldas concentradas em um aparelho de tríplice efeito e sob vacuo, à saida do terceiro evaporador, encontrou-se a seguinte composição.

Agua	22%	
Cinzas	25%	27%
Potassa	9%	10%
Materia orgânica	3%	4%

Para recuperar a potassa contida nas caldas, estas são submetidas a um processo combinado de evaporação e incineração.

Ao sair da coluna de distilação, as caldas têm cerca de 6.5° Bé, o que corresponde a uma densidade de mais ou menos 1.045 a 15° C. Por meio dos evaporadores, concentra-se a calda a 10 ou 12° Bé e a calda assim concentrada passa aos incineradores, como os do tipo Porion, que têm a propiredade de usar como fonte calorífica as calorias provenientes da propria combustão da calda a incinerar, bastando apenas um gasto inicial de combustão para levar as primeiras quantidades de calda a uma concentração tal que se tornem auto-combustiveis. Alguns autores, porem, sustentam a opinião de que as ca-

---

o restante do extra-limite daquele Estado, já vendido.

Incorporação de quotas — Indeferindo a reclamação do sr. João Paulino de Siqueira Campos contra a incorporação da quota do seu engenho à U. Santa Rosa, a Casa manda arquivar o respectivo processo.

—São indeferidos os pedidos de incorporação das quotas dos engenhos de Antonio Wermelinger, Manuel F. Garcia e Anastacio M. Gonçalves à U. Tanguá; dos engenhos de Angelo Cassagni, João Silvano de Sousa, Pedro Bolsoni e Antonio Esteves à Fazenda Niagara; e do engenho de Aureliano A. Gonçalves a Olimpio Felix de Araujo Cintra.

— São deferidos os pedidos da incorporação das quotas dos engenhos de Mario Salem, Florencio Barbosa Franco e, com a redução de um terço, Henrique Piles à U. Boa Vista; com a redução de um terço, dos engenhos de José Rodrigues Simões, Pacífico Evangelista dos Anjos e Manuel José Muniz à U. Paraiso; dos engenhos de Rodolfo Rodrigues da Cunha Castro e, com a redução de um terço, Domiciano Augusto dos Passos Maia, à U. Pedrão; do engenho de Caetano Machado Filho à U. São José; do engenho de Antonio de Melo Machado à U. Coruripe; com a redução de um terço, do engenho de Elias Ferreira Bastos à U. Laginha; com a redução de um terço, do engenho de Tomé de Freitas Avila à U. Murundú; com a redução de um terço, do engenho de Aurea Amaral Menezes à U. Varzea Grande.

Diversos :

A Comissão manda proceder a diligencias sobre o pedido de incorporação da quota, fixação de limite de transferencia do engenho de Manuel Carneiro de Albuquerque à U. Bom Jesus.

— E' mandada averbar a transferencia do registro da fábrica de açucar localizada em Salto Grande para o nome de Olimpio Felix de Araujo Cintra.

— E' arquivado o processo, em que é interessado o sr. Aureliano Antonio Gonçalves e referente à transferencia do engenho para Olimpio Felix de Araujo Cintra.

Fixação de quota — Admitida a firma como sucessora de José Monteiro Ribeiro Junqueira, é fixada em 50 sacos anuais a quota da Fazenda Niagara, Minas.

Transferencia de quota — E' encaminhado à S. de Estudos Econômicos o processo relativo à transferencia da quota de fornecimento de canas do sr. José A. Rodrigues Teixeira, da U. Itapetinguí para a Terra Nova.

lorias subministradas pela combustão das caldas não são suficientes para manter a marcha do forno, fazendo-se necessario acrescentar combustivel. Antes que chegue o ponto de fusão, retira-se do forno a massa ignea em pequenos montes, no meio ambiente, para que termine a calcinação. Toma-se essa precaução para evitar que a potassa fundida em contacto com novas quantidades de calda dê lugar a explosões extremamente perigoras e que mais perigosas se tornam quanto mais rápida é a entrada da calda no forno. A marcha do forno é continua e à medida que se retira a calda já calcinada, introduzem-se novas quantidades de caldas concentradas.

Para a cinza, produto final da incineração, Fritsch e Vasseux dão a seguinte composição media:

Carbonato de potassio	38	42%
Carbonato de sodio	12	15%
Cloreto de potassio	10	15%
Sulfato de potassio	12	16%
Agua, carbono e materias insoluveis	15	20%

A cinza é utilizada como materia prima para obtenção de potassa ou como adubo, misturada com outras substancias, dando lugar à formação de adubos mistos de composição variada.

O tratamento das caldas de melaços por calcinação implica na perda total da substancia nitrogenada, que representa um grande valor considerada como fertilizante. Varios processos foram tentados para recuperar essas substancias.

Processo Vasseux — Concentra-se a calda a 30-32° Bé.; em seguida a calda é tratada por uma quantidade suficiente de ácido sulfúrico, formando-se sulfato de potassio e de sodio. Pela densidade, o sulfato de potassio cirstaliza no centro da massa, da qual é separado por decantação, filtração ou centrifugação, sendo utilizado como adubo. As materias orgânicas que constituem o residuo são secadas num cilindro a pressão reduzida e a uma temperatura de 180 a 200° C. O aparelho é provido de um eixo central e de pás e deve ser colocado num forno de alvenaria para aquecer e deshidratar. A glicerina e os produtos volateis são recuperados. Depois de suficientemente seca, a massa é retirada do aparelho, solificando-se por resfriamento. Nesse momento, adicionam-se as materias uteis para equilibrar a percentagem de nitrogenio, potassa e ácido fosfórico, obtendo-se assim um adubo completo.

Processo Effront — Emprega-se a colofonia para desalojar as bases. Por 100 quilos de calda concentrados adicionam-se de 20 a 30 quilos de colofonia e aquece-se a mistura em uma estufa a 200°, durante o tempo necessario para que se efetuem as reações e seque a massa. Esta, em seguida, é lavada com agua quente, recolhendo-se a resina que sobrenada. Depois da filtragem, fica um produto nitrogenado, que é guardado em retortas para obter por distilação o amoníaco e outros produtos uteis.

Processo Gimel — Concentra-se a calda a 35° Bé. e as aminas sobre HCl.

Os paises produtores de rum utilizam as caldas de cana de açucar para diluir as caldas destinadas à fabriacação de rum para exportação; a calda de cana é empregada na razão de um terço do volume total de agua necessaria para a diluição das caldas.

(Adaptado de um trabalho dos agrônomos Hermán Bottini e Roberto Saccone, publicado em "La Industria Azucarera").

A QUEIMA DA CANA ANTES DA COLHEITA

Artur H. Rosenfeld

Queimar a palha da cana antes do corte é prática corrente em alguns paises, como Natal, Perú e Havaí; e a experiencia em todos esses paises tem mostrado que por esse meio é possivel reduzir materialmente as despesas da safra, sem deterioração nos caldos, desde que as canas sejam moidas dentro de 48 horas, no máximo, depois da queima. Em geral, decorrido esse período de tempo, a deterioração é muito mais rápida na cana queimada do que na cana não queimada; e nas areas onde se pratica a queima regularmente, as usinas não aceitam canas depois de três dias de queimadas.

Em outros paises, tais como Cuba e Porto Rico, essa prática não é bem vista; em Porto Rico, onde não são raros os incendios, as usinas recusam-se terminantemente a receber canas queimadas, mesmo proprias, depois de decorridos alguns dias. Sem dúvida, essa atitude rigorosa originou-se do fato de que, depois de queimadas grandes areas, os plantadores, em geral, costumam entregar essas canas somente após se ter manifestado uma seria inversão.

A voga da queima da cana antes da colheita começou na Luisiana em 1929, ano em que a cana amadureceu rapidamente. Nessas condições e especialmente antes que os severos frios dos principios de dezembro afetassem os caldos das canas em pé, a queima deu excelentes resultados e nas duas safras seguintes foi mais largamente praticada. Nessas duas safras, porem, os conteudos de sacarose e a pureza dos caldos foram baixos, em consequencia da curta estação de crescimento e da seca do verão. As observações então feitas indicaram que, quando os caldos são de inferior qualidade, a inversão da sacarose é mais rápida depois da queima, e tambem que o ponto, no qual esses caldos se tornam imprestaveis, é tão aproximado da composição normal dos caldos nesses anos que uma queda relativamente pequena no conteudo de sacarose e na pureza representa uma deterioração proporcionalmente muito maior do que uma perda idêntica ou um pouco maior de cana mais madura.

Em 1930, não encontramos dados exatos a respeito do assunto de que estamos tratando, mas em 1931 conseguimos os resultados de varias experiencias controladas e feitas em larga escala com canas queimadas e não queimadas das mesmas variedades e idade, cortadas e enviadas às usinas mais ou menos ao mesmo tempo. Nessas experiencias, foram utilizados quatro ou cinco canteiros de cana, capazes de produzir 75 a 100 toneladas, cada um tratado de uma maneira. Os dados fornecidos pelas usinas compreendem os rendimentos em açucar de 96° por tonelada de cana e por acre, bem como os rendimentos em caldas de melaços. Ao nosso ver, as experiencias não foram em número suficiente nem executadas com as necessarias precauções, de modo que pudessemos dar aquí as cifras obtidas de cada uma delas, mesmo porque nesse particular é mister fazer outros trabalhos adicionais com caldos, tanto de alta e baixa pureza como de alto e baixo conteudo de açucar, pois só assim seria possivel estabelecer o ponto em que a queima é conveniente e alem do qual deixa de sê-lo.

Evidenciou-se, todavia, das cifras de 1931 que, com caldos de 11 por cento de sacarose e 77 de pureza, há uma perda de açucar recuperavel resultante da queima, a qual é mais do que suficiente para anular a economia feita na colheita. O ligeiro aumento de meio a três quartos de um galão de melaços finais por tonelada de cana, com os preços atuais, é uma compensação fracional para a perda de cerca de 5 libras de açucar de 96.° por tonelada de cana, que as citadas experiencias mostraram ser a media com a cana queimada.

Do ponto de vista estritamente agrícola, se a palha fosse enterrada, como se faz geralmente na Luisiana, e não queimada, a queima antes da colheita representaria uma perda de humus. Não há dúvida, porem, quanto ao fato de ser a colheita da cana queimada mais barata. O problema, pois, resume-se nisto: em saber se a economia na colheita compensa a possivel perda na qualidade da cana, uma vez que a prática, cada vez mais generalizada na Luisiana, de plantar leguminosa antes da cana, compensa a perda de humus, decorrente do não aproveitamento da palha da cana.

Pensava-se tambem que a queima antes da colheita destruia um grande número de

DEFESA CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO NAS PLANTAÇÕES DE CANA DE HAVAÍ

Decorrentes do manejo de instrumentos mais complicados, hoje utilizados em larga escala, ou mesmo do uso de outros instrumentos mais simples, tais como facões e enxadas, são frequentes os acidentes de trabalho nas grandes plantações de cana. Esse problema ainda não mereceu a devida atenção da parte dos proprietarios das plantações, que já agora procuram oferecer ao seu operariado algumas vantagens no que diz respeito à habitação e prevenção de molestias. O interessante problema acaba de merecer as atenções de um especialista, o sr. S. M. Miller, que o estudou numa memoria apresentada à terceira conferencia de tecnologistas do açucar de Havaí, intitulada "Segurança no campo", e na qual estuda os métodos adotados naquela possessão norte-americana. A organização que está sendo introduzida encontra-se em fase de evolução e, como é natural, apresenta-se mais adiantada numas plantações do que em outras. A memoria do sr. Miller resume as informações colhidas mediante um questionario, que foi submetido a todas as plantações; no curso do seu estudo o autor se refere mais frequentemente à plantação Ewa.

Os acidentes de ocorrencia mais comum nos campos são ferimentos nos olhos e talhos produzidos pelos facões, os quais podem ser prevenidos com o uso pelos trabalhadores de antolhos, sapatos de segurança e perneiras e com a adaptação de defesas aos facões e enxadas; para o trabalho com adubos e substancias químicas, usam-se respiradores, botinas de borracha e ponchos, alem dos antolhos. A grande diferença entre as plantações consiste na maior ou menor extensão em que os seus operarios usam essas defesas. Em algumas, o uso é obrigatório e nesse caso as vestimentas pessoais são fornecidas ao preço de custo e os outros equipamentos sem onus para o trabalhador. Uma providencia que está sendo geralmente adotada nas plantações havaianas é a de fazer inspeções médicas periódicas no pessoal que trabalha com substancias químicas, sendo desviados para outros trabalhos os operarios que se ressentem no contacto dessas substancias. Recomenda-se o tratamento imediato e a notificação de acidentes e para o primeiro fim fornece-se medicação de urgencia a cada grupo de trabalhadores. Mas os donos das plantações não

---

insetos daninhos. Já hoje, porem, não se dá maior importancia a esse fator, visto como o inimigo mais perigoso da cana, a broca, na época da colheita, em geral já está localizado dentro dos tecidos e portanto não pode ser destruido pelo fogo.

Há dez anos, os produtores da Luisiana que se interessavam pela fabricação de açucar branco, sustentaram a opinião de que a cana não devia ser queimada para a produção desse tipo de açucar. A experiencia das usinas perunas, que fabricam açucar branco, numa area onde a prática da queima é corrente há muito tempo, indica que o assunto não deve causar preocupação aos industriais. Verificou-se nas aludidas usinas que se pode fabricar excelente açucar branco com caldos de canas que haviam sido queimados, contanto que as mesmas fossem enviadas às usinas no máximo de 48 horas após a queima. Via de regra, no Perú, as canas chegam às usinas 24 horas depois da queima e nessas condições está demonstrado que as canas produzem um caldo de alta pureza, melhores nesse particular do que os das canas não queimadas.

Algumas pesquisas interessantes feitas em Porto Rico por L. Dominguez indicam que a cana queimada ainda em pé sofre perda de peso mais rapidamente do que a cana cuja palha foi enterrada. Essa perda, em armazenamento, representa 1% em relação ao peso original da cana contra um terço daquela percentagem na cana não queimada. Uma vez que todas as canas queimadas antes da colheita devem, como se disse acima, passar às usinas dentro de 48 horas e nunca depois de 72 horas da queima, essa maior percentagem na perda de peso pode ser considerada desprezivel.

(Traduzido de "The International Sugar Journal").

assumem os riscos e os trabalhadores que sofrem ferimentos de qualquer natureza devem dirigir-se ao hospital. Em consequencia, uma plantação comunicou que o número de acidentes notificados aumentou — o que não é estranhavel — mas que a perda de tempo decorrente de acidentes diminuiu.

E' impossivel mencionar aqui todas as medidas adotadas pelas diferentas plantações, que estão compreendendo as suas responsabilidades nessa materia. Por enquanto estamos numa fase de experimentação. Apenas alguns exemplos podemos reunir. Uma plantação informa terem diminuido os acidentes em seguida à pardronização da posição das alavancas dos freios nos carros de cana; outra fornece sacos de lona para transporte de facões; uma terceira não permite que as enxadas sejam transportadas dentro dos carros, mas em um dispositivo especial, fora dele.

Todas essas providencias visam a defesa dos trabalhadores, mas não terão efeito prático se não aplicadas em carater compulsorio. Nesse assunto há dois métodos a empregar: a punição e o encorajamento. Não será dificil escolher entre os dois, porque não se trata de vencer a desatenção deliberada, mas de criar uma nova atmosfera e de vencer a inercia. Este último ponto de vista foi o adotado em Havaí, buscando-se de preferencia estimular o interesse de todos. Para esse fim organizaram-se comissões de segurança entre os trabalhadores, nos quais se fazem representar todos os grupos; a representação dura um ano e metade é substituida de seis em seis meses. Pela mesma maneira organizam-se comissões para supervisionar o trabalho das outras e estas elegem o seu presidente e secretarios. As reuniões realizam-se quinzenal ou mensalmente; no estagio inicial são mais frequentes. Existe ainda uma comissão central de segurança, composta de um representante de cada uma das comissões acima referidas e mais do superintendente da fábrica, dos chefes dos departamento de agricultura e de colheita e do médico da plantação. O presidente dessa comissão funciona como diretor de segurança e como agente de ligação entre a comissão e o gerente da plantação. A função da comissão central é estudar as sugestões recebidas das comissões subordinadas e comunicá-las ao gerente.

Como se disse, o objetivo primario é despertar interesse, mas isso só não basta. E' necessaria uma certa autoridade para assegurar a execução das decisões tomadas e isso se consegue por meio de um distintivo da comissão que se usa durante o trabalho. Não basta, porem, despertar o interesse, é preciso conservá-lo. E o momento em que o fator humano aparece e as responsabilidades recaem sobre o gerente, cujo interesse é essencial para que o dos outros se conserve. Varias sugestões foram feitas para a consecução desse objetivo e uma das mais importante é a seguinte: o gerente deve receber com simpatia as recomendações das comissões de trabalhadores, comunicando a estas as medidas que tiver adotado.

Na plantação Ewa, foram organizadas competições entre os diversos grupos de trabalhadores, com o fim de estimular e conservar o interesse pelas medidas de proteção; premios individuais aos trabalhadores e premios coletivos à equipe vencedora são concedidos pela direção da plantação. Em outras plantações concedem-se premios pelos esforços desenvolvidos no sentido de evitar acidentes e o salario dos chefes de turmas é afetado pelos resultados. Na plantação Ewa existe uma exposição permanente de aparelhos de proteção e em outras faz-se a exibição desses aparelhos nas fábricas e aldeias.

(Adaptado de "The International Sugar Journal").

PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO, CONSUMO, ESTOQUES E PREÇOS

Secção de Estatística — I.A.A.

Safra de 1941 - 1942, em confronto com as anteriores.

TOTAL DOS TIPOS DE AÇUCARES DE USINAS
Unidade : saco de 60 quilos

PERIODO	Estoque inicial	Produção	Importação	Exportação	Consumo	Estoque final	Preço m/ no D. Federal — Cristal s/60 kg.	Preço m/ no D. Federal — Refinado p/quilo
Agosto de 1941	1.846.021	1.140.227	—	—	1.242.558	1.743.690	N/	1S100
Agosto de 1940	1.993.699	1.323.388	—	—	1.156.825	2 160.262	N/	1S100
Agosto de 1939	1.223.741	1.210.209	—	100.000	996.842	1.337.108	N/	1S100
Agosto de 1938	967.174	1.056.878	—	—	1.016.961	1.007.091	55S250	1S100.
JULHO/AGOSTO								
1941/42	2.839.268	2.430.501	—	188.234	3.337.845	1.743.690	—	—
1940/41	2.139.629	2.977.126	—	—	2.956.493	2.160.262	—	—
1939/40	1.490.848	2.595.428	—	100.000	2.649.168	1.337.108	—	—
1938/39	1.589.395	2.149.708	—	84	2.731.928	1.007.091	—	—

PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO, CONSUMO E ESTOQUES

TOTAL DE TODOS OS TIPOS DE AÇUCARES DE USINAS E ENGENHOS

PERIODO	Estoque inicial	Produção	Importação	Exportação	Consumo	Estoque final
Agosto de 1941	1.989.142	1.896.970	—	—	2.012.448	1.873.664
Agosto de 1940	2.065.303	2.163.992	—	—	2.024.275	2.205.020
Agosto de 1939	1.317.347	2.021.930	—	100.000	1.828.911	1.410.366
Agosto de 1938	995.098	1.759.591	—	—	1.727.201	1.027.488
JULHO/AGOSTO						
1941/42	3.026.451	4.005.315	—	188.634	4.979.468	1.873.664
1940/41	2.256.585	4.563.518	—	—	4.615.083	2.205.020
1939/40	1.600.537	4.214.219	—	120.378	4.284.012	1.410.366
1938/39	1.628.851	3.459.170	—	84	4.060.449	1.027.488

NOTA : — Consumo — refere-se a saídas para consumo.
Preços — refere-se ao último dia do mês.
Refinado — refere-se ao gênero de 1.ª qualidade no varejo.

PRODUÇÃO TOTAL DE AÇUCAR E ALCOOL

(Usinas e Engenhos)
MOVIMENTO DA SAFRA 1941/42
(POSIÇÃO EM 30 DE AGOSTO)

Instituto do Açucar e do Alcool | **Secção de Estatística**

ESTADOS	AÇUCAR (sacos 60 quilos)				ALCOOL (Litros)
	Produção autorizada	Estimativa	Total das Usinas	Total das Usinas e Engenhos	
Acre	8.134	10.000	—	1.183	—
Amazonas	5.084	7.000	—	759	—
Pará	26.339	75.0000	3.558	41.59[illegible]	4.348
Maranhão	46.941	110.000	—	17.954	—
Piauí	86.382	73.000	—	12.523	—
Ceará	302.115	715.000	—	123.248	—
Rio Grande do Norte	157.158	192.000	1.993	6.506	—
Paraíba	526.641	603.000	7.740	18.068	—
Pernambuco	5.361.790	5.550.000	—	—	—
Alagoas	1.985.031	2.001.000	—	—	—
Sergipe	788.349	880.000	—	—	—
Baía	906.428	1.780.000	12.515	26.035	—
Espírito Santo	64.197	200.000	2.399	51.131	—
Rio de Janeiro	2.162.705	3.080.000	1.057.336	1.127.664	11.486.855
Distrito Federal	—	—	—	—	—
São Paulo	2.264.714	2.611.000	1.149.132	1.270.645	11.235.066
Paraná	3.384	18.000	—	6.547	—
Santa Catarina	364.420	410.000	22.252	141.881	82.878
Rio Grande do Sul	17.817	40.000	—	12.357	—
Minas Gerais	1.914.138	2.689.000	166.906	1.085.430	767.182
Goiaz	110.353	165.000	—	53.275	—
Mato Grosso	32.494	33.000	6.670	8.510	65.420
TOTAIS	17.134.614	21.242.000	2.430.501	4.005.315	23.638.749

ESTOQUES DE AÇUCAR NOS ESTADOS

Secção de Estatística — I.A.A.
Ano de 1941

Unidade : Saco de 60 quilos

Posição em 31 de agosto

ESTADOS	Gran-fina	Cristal	Demerara	Somenos	Mascavo	Bruto	TOTAL	Total discriminado por localidade		
								Capitais	Usinas	Interior dos Estados
Rio G. do Norte	—	675	—	—	—	—	675	—	675	—
Paraíba	—	8.908	—	—	—	401	9.309	6.394	2.915	—
Pernambuco	2.420	83.700	48.631	—	217	50.461	185.429	174.929	10.500	—
Alagoas	—	14.142	32.029	—	—	42.416	88.587	83.111	5.476	—
Sergipe	—	83.906	4.244	—	6.970	—	95.120	76.290	2.570	16.260
Baía	—	23.512	—	—	—	1.155	24.667	21.804	2.863	—
Rio de Janeiro	—	486.402	—	—	—	—	486.402	1.340	485.062	—
D. Federal	—	9.662	—	—	—	4.841	14.503	14.503	—	—
São Paulo	—	816.073	—	19.715	—	30.700	866.488	118.137	708.914	39.437
Minas Gerais	—	83.659	2.471	—	8.763	—	94.893	5.555	89.338	—
Demais Estados	—	7.591	—	—	—	—	7.591	—	7.591	—
TOTAL	2.420	1.618.230	87.375	19.715	15.950	129.974	1.873.664	502.063	1.315.904	55.697

TOTAIS POR ESTADOS

EM IDENTICOS PERIODOS

ESTADOS	1939	1940	1941
Rio Grande do Norte	—	325	675
Paraíba	6.216	18.537	9.309
Pernambuco	215.740	419.813	185.429
Alagoas	24.752	28.362	88.587
Sergipe	58.767	43.622	95.120
Baía	11.731	61.056	24.667
Rio de Janeiro	248.431	479.089	486.402
D. Federal	30.334	33.535	14.503
São Paulo	714.591	987.710	866.488
Minas Gerais	99.088	127.741	94.893
Goiaz	716	—	—
Demais Estados	—	5.230	7.591
TOTAL	1.410.366	2.205.020	1.873.664

COTAÇÕES

DURANTE O MÊS DE AGOSTO

Instituto do Açucar e do Alcool — **Secção de Estatística**

PRAÇAS	1940 Cristal	1940 Demerara	1940 Bruto	1941 Cristal	1941 Demerara	1941 Bruto
João Pessoa	49$000 — 49$000	—	27$000 — 27$000	55$000 — 55$000	—	30$000 — 30$000
Recife	48$000 — 48$000	37$200 — 37$200	22$000 — 24$800	51$000 — 51$000	37$200 — 37$200	22$000 — 24$800
Maceió	47$000 — 47$000	41$000 — 41$000	18$800 — 22$000	47$000 — 47$000	40$000 — 40$000	16$400 — 22$400
Aracajú	37$000 — 40$000	—	18$000 — 18$000	40$000 — 45$000	—	18$000 — 18$000
Salvador	54$000 — 54$000	—	20$000 — 22$000	48$000 — 52$000	—	18$000 — 18$000
Campos	48$000 — 51$500	—	—	53$000 — 56$000	—	—
D. Federal	N/	50$000 — 51$000	37$000 — 39$000	N/	50$000 — 51$000	37$000 — 39$000
São Paulo	63$000 — 64$000	—	42$000 — 43$000	64$000 — 69$000	—	41$000 — 44$000
B. Horizonte	69$000 — 69$000	—	—	67$000 — 71$000	—	—
MEDIAS MENSAIS						
João Pessoa	49$000	—	27$000	55$000	—	30$000
Recife	48$000	37$200	23$400	51$000	37$200	23$400
Maceió	47$000	41$000	21$326	47$000	40$000	19$400
Aracajú	38$500	—	18$000	43$442	—	18$000
Salvador	54$000	—	21$000	48$923	—	18$000
Campos	49$750	—	—	54$759	—	—
D. Federal	N/	50$500	38$000	N/	50$500	38$000
São Paulo	63$500	—	42$500	66$846	—	42$611
B. Horizonte	69$000	—	—	69$000	—	—

ANTONIO GUIA DE CERQUEIRA
Chefe da Secção de Estatística

MONOCULTURA E POLICULTURA NO BRASIL

Gilberto Freire

Noto que o criterio de estudar-se na formação brasileira — no jogo de influencias que lhe deram traços característicos — a influencia da monocultura, está sendo impugnado agora, não por estudiosos serios do assunto, mas pelos que se ocupam levianamente dessa e de outras questões de historia econômica e de sociologia. Levianamente ou aereamente : esquecida de todo a terra pelo ar

Quando se destaca a monocultura como uma das influencias que agiram mais profundamente sobre a formação social da nossa gente e sobre o carater da nossa paisagem, o relevo que se atribue ao sistema não implica na afirmativa de nunca se ter tentado no Brasil outra cultura senão a do açucar, nos primeiros séculos; ou a do café, no século XIX. Implica em reconhecermos na tendencia para a monucultura a tendencia vitoriosa em nossa economia agraria, sobre a qual se desenvolveria do século XVI ao XIX um tipo de organização social fortemente colorido por aquela condição econômica. Tendencia ou condição que se uniu a outras duas — a escravocrata e a latifundiaria — para formar um conjunto de decisiva influencia sobre o desenvolvimento da sociedade brasileira em organização de "senhores e escravos". Em tal organização, Abreu e Lima, escrevendo antes de Marx, descobriu a chave para a interpretação da historia do Brasil. Foi uma sociedade — a de senhores e escravos — da qual dificilmente se pode dizer quando deixou de ser colonial para tornar-se nacional. O mais certo seria dizer-se que foi sempre colonial.

Ninguem desconhece ter havido entre paulistas, do século XVI ao XVIII, tendencias em sentido contrario, isto é, no sentido da policultura e no da pequena propriedade. Em S. Paulo e noutras areas brasileiras de menor significação social. Mas as condições predominates, a principio na economia colonial, depois na chamada nacional, do Imperio e até da República, foram aquelas. A documentação a esse respeito é vasta. Das sobrevivencias do sistema, São Paulo, tornado area intensamente monocultora no século XIX, só agora se vai libertando. Traços fortes de monocultura se observam ainda no extremo norte, no nordeste agrario e, sob a forma de exclusividade da pecuaria, em trechos do sertão e do Rio Grande do Sul. Tais sobrevivencias são ainda tão profundas que os misticos da policultura — os que a proclamam influencia de importancia igual à da monocultura na formação brasileira — precisarão de realizar verdadeiro milagre para fazer desaparecer da face da terra brasileiras as marcas da longa predominancia do sistema monocultor.

Essas evidencias não escaparam ao olhar arguto do presidente Getulio Vargas quando primeiro visitou o nordeste e se pôs em contacto com os últimos traços da monocultura latifundiaria e escravocrata na região tradicional da cana de açucar. Lembro-me de que, na primeira conversa que tive com o presidente, em 1937, o problema daquelas sobrevivencias foi um dos pontos feridos com mais lucidez pelo agudo observalor da realidade brasileira que é o sr. Getulio Vargas. E guardo da mesma conversa referencias extremamente simpáticas aos estudos por mim tentados sobre a sociedade brasileira de senhores e escravos e sobre a utilidade das sugestões contidas em tais estudos para um governo que se decidisse a enfrentar o problema da monocultura e do latifundio no nordeste. Nunca ninguem me fizera ver com igual nitidez a significação política daquelas sugestões e a possibilidade de se alongarem em medidas de administração e de proteção do pequeno lavrador e, principalmente, do trabalhador rural.

Hoje parece estar claramente indicado que a tendencia para a monocultura, predominante durante séculos nas areas do país que deram ao conjunto colonial a principio, e depois ao quase nacional, sua expressão econômica mais viva, seu colorido social mais forte e até mais nobre, criou, nas mesmas areas, condições tais de vida e de trabalho e de deficiencia ou perversão de fontes de alimentação, que para retificar ou atenuar tais condições impõe-se uma constancia por assim dizer heróica de esforços extraordinarios de administração decidida a enfrentar esta realidade inevitavel: as sobrevivencias da monucultura, do latifundio e da propria escravidão no Brasil dos nossos dias. Sobre-

A ECONOMIA DIRIGIDA NA INDUSTRIA AÇUCAREIRA

Deve aparecer em breves dias o livro de O. W. Willcox "Can industry govern itself", traduzido para a nossa lingua pelo sr. Teodoro Cabral, redator de "Brasil Açucareiro".

Preferimos dar ao volume, cuja impressão está sendo concluida na Gráfica Rio Arte, o título — "A economia dirigida na industria açucareira".

Como sabe o leitor, a excelente obra do economista norte-americano, que é tambem um ilustre agrobiologista, foi antes publicada parceladamente nesta revista.

A versão, no livro, foi modificada em alguns pontos pela redação de "Brasil Açucareiro", que, alem disso, acrescentou algumas notas tendo sempre em vista a fidelidade ao original e a necessidade de prestar novos esclarecimentos dos leitores, principalmente em virtude do tempo decorrido desde a publicação do livro em inglês.

O volume em apreço vem acrescer com uma contribuição valiosa a lista das obras editadas sob o imediato controle da Secção de Publicidade do Instituto do Açucar e do Alcool, a qual tem a seu cargo a elaboração de "Brasil Açucareiro" e do "Anuario Açucareiro", as duas publicações periódicas do I.A.A.

O açucar constitue uma das melhores fontes de energia fisiológica de efeitos quase imediatos. A sua utilização pelo homem se faz desde a primeira idade e a criança exige e pede substancias açucaradas, pois que o açucar tem grande importância na formação do tecido muscular e no metabolismo geral. — Dr. Adrião Caminha Filho.

---

vivencias que se fazem sentir de modo particularmente intenso na falta ou escassez de legumes, frutas e ovos, em todas aquelas areas, e noutras, não só desses valores, como de carne fresca e sã e de leite e queijo. Sobrevivencias que constituem problemas na solução dos quais de pouco valerá a retórica demagógica.

Tão fortes são ainda, os efeitos da monocultura latifundiaria e escravocrata na mais antiga região brasileira do açucar — o nordeste — que o Recife é hoje uma cidade de vida excepcionalmente dificil, de escassez às vezes terrivel de verdura, fruta e ovos, de leite, manteiga e queijo a preços altos, de carne verde, má e cara. Isto apesar de esforços consideraveis da parte das autoridades federais, nestes últimos anos, para remediar condições tão angustiosas de economia e de vida: reflexo da monocultura que nesta como noutras areas do país sobreviveu ao período colonial para fazer-se sentir nos nossos proprios dias.

E' problema complexo. Repele soluções simplistas ou unilaterais. Exige uma visão de conjunto que tem faltado àqueles esforços.

(Do "Correio da Manhã")

PUBLICAÇÕES

Mantendo o Instituto do Açucar e do Alcool uma Biblioteca, anexa a esta Revista, para consulta dos seus funcionarios e de quaisquer interessados, acolheremos com prazer os livros gentilmente enviados. Embora especializada em assuntos concernentes à industria do açucar e do alcool, desde a produção agrícola até os processos técnicos, essa Biblioteca contem ainda obras sobre economia geral, legislação do país, etc. O recebimento de todos os trabalhos que lhe forem remetidos será registrado nesta secção.

O DRAMA DO AÇUCAR — Gileno Dé Carli — Pongetti — 1941.

Integrando a Missão Econômica Brasileira, que percorreu as principais nações das tres Américas, no ano de 1940, para examinar as possibilidades do desenvolvimento do seu intercambio comercial com o Brasil, o sr. Gileno Dé Carli se dedicou particularmente aos estudos de sua especialidade, através das regiões produtoras de açucar, que visitou com olhos de observador arguto e conhecedor profundo da materia. E, de regresso, escreveu para os "Diarios Associados" uma serie de artigos, que logo de inicio se impuseram aos círculos econômicos e culturais, porque aliavam ao estilo leve das crônicas impressionistas, não raro pontilhadas de ironia e humor, anotações substanciosas de uma grande objetividade, firmadas em seguros dados técnicos e estatísticos, comparando sempre a situação açucareira dos paises visitados com a do Brasil.

São esses artigos que aparecem agora em volume, editado pela casa Pongetti, com o expressivo título "O Drama do Açucar". E', de fato, a vida tormentosa desse produto que palpita naquelas páginas de flagrante realidade, descrevendo as lutas entre os cultivadores e a terra, os fornecedores e os industriais, os trabalhadores e os patrões, os centros produtores e os mercados consumidores.

Cenarios de tais lutas, Trinidad, Porto Rico, República Dominicana, Cuba, México e os Estados Unidos se apresentam tambem sob outros aspectos no novo trabalho do sr. Gileno Dé Carli, que assim completa as suas impressões de viagem por essas terras da América, não se fechando dentro do ponto de vista unilateral de especialista. Por isso, "O Drama do Açucar" é leitura proveitosa tanto para os interessados diretos como para quaisquer espíritos sequiosos de conhecimentos gerais.

E' de realçar que do cotejo entre as condições econômicas, financeiras e sociais das classes vinculadas à produção do açucar nas regiões estudadas pelo autor, com a exceção natural dos Estados Unidos, e as de iguais classes no Brasil, ressalta a superioridade da solução dada ao nosso problema açucareiro, por obedecer a mais largas inspirações de justiça e de humanidade. Aliás, essa solução ainda é suscetivel de ser melhorada, segundo as medidas ora em debate no seio do Instituto do Açucar e do Alcool, o que empresta ao último livro do sr. Gileno Dé Carli a importancia de uma contribuição oportuna e valiosa, por documentar os males e erros alheios que devemos evitar ou corrigir neste setor da economia brasileira.

"EL AGRICULTOR PUERTORIQUEÑO".

Recebemos o n.° 7, vol. XXI de "El agricultor puertoriqueño", orgão oficial de la Asociación de Agricultores de Puerto Rico, e que se publica mensalmente.

Trata-se de um repositorio de informações uteis, visando principalmente a um trabalho propedêutico entre os que vivem da agricultura naquele país centro-americano. Entre os trabalhos de ordem mais geral, merecendo especial menção sobretudo pelo criterio sintético e preciso com que foi objetivado, destaca-se o referente à crise agrícola para que se encaminha a ilha, fenômeno econômico caracterizado por fatores de ordem varia, acentuadamente: aumento da população, sem progresso industrial correspondente, o que traz o desemprego; pobreza das terras; entrada no mercado americano de produtos similares de outras terras; o avanço da monocultura canavieira.

"El agricultor puertoriqueno" ainda se ocupa de assuntos de nutrologia, pecuaria, inserindo disposições do governo local referentes à agricultura, de modo que pode ser situada como uma publicação de leitura produtiva.

O MEIO NA IMPRENSA NACIONAL — 1940 — Rubens Porto.

A propósito da mudança da sede da Imprensa Nacional para o novo edificio, construido à Avenida Rodrigues Alves, o seu diretor, sr. Rubens Porto, empreendeu uma obra de subido valor, que é o estudo desse departamento administrativo, sob os pontos de vista do homem, do meio e da técnica. O primeiro volume é dedicado ao meio em que se tem desenvolvido o velho estabelecimento oficial de produção gráfica, desde a sua fundação pelo príncipe regente D. João, em 1808, até os útimos dias de seu funcionamento no casarão da rua 13 de Maio, em 1940.

O autor examina cuidadosamente os aspectos histórico, físico e higinênico da Imprensa Nacional, descendo a minucias descritivas de verdadeiro conhecedor da materia. Quando lhe faltam elementos proprios para isso, recorre à palavra de técnicos, como faz com os relatorios sobre as condições higiênicas, apresentados em 1923 e 1936, transcrevendo-os integralmente.

O trabalho é ilustrado com abundantes gravuras, reproduzindo não só os diversos predios em que funcionou na Imprensa Nacional, como as suas secções, máquinas, moveis, utensilios, etc. Essa

documentação completa o magnífico estudo procedido pelo sr. Rubens Porto.

BRAGANTIA — Campinas — 1941 — Números 1 a 4.

Boletim técnico do Instituto Agronômico do Estado de São Paulo, "Bragantia" tomou esse nome em homenagem ao último imperador do Brasil, Pedro de Alcântara de Orleans e Bragança, que foi o fundador do referido Instituto. Aparecida em janeiro deste ano, a importante revista já se encontra no n.º 4, correspondendo perfeitamente à sua finalidade.

"Bragantia" publica toda a produção científica do Instituto Agronômico de Campinas. Os quatro números editados inserem os seguintes trabalhos: Melhoramento do Coffea Arábica L. Var Bourbon, de J. E. Teixeira Mendes, F. G. Brieger, C. A. Krug e A. Carvalho; A seleção do sorgo Vassoura, de G. P. Viegas; Manchas das folhas de mandioca, produzidas por Cercosporas, de A. P. Viegas; Primavera Branca, de J. E. Teixeira Mendes e A. P. Viegas; As características dos principais solos do Estado de São Paulo, de José Setzer.

CONTAS DO EXERCICIO FINANCEIRO E ECONÔMICO DE 1940 — Belo Horizonte — 1941.

Apresentado ao governador do Estado de Minas, sr. Benedito Valadares, pelo secretário das Finanças, sr. Ovidio de Abreu, o balanço do exercício financeiro de 1940, acompanhado de quadros demonstrativos que contem, em seus pormenores, o movimento de negocios daquele Estado no mesmo exercício, merecia ser publicado em volume, porque apresenta resultados dignos de divulgação.

Entre esses resultados se destacam os seguintes: — a receita orçamentaria em 1934, — primeiro ano do atual Governo de Minas, compreendia a cifra de 146.609:009$200 e, elevando-se de modo gradativo nos exercícios subsequentes, atingiu em 1940 a soma de 326.365:875$000; o "deficit" que, em 1934, era de 160:085:343$900, foi sempre e sempre diminuindo, a ponto de situar-se em cerca de 24 mil contos no exercicio próximo findo.

LE COMMERCE DE L'EUROPE —Société des Nations — Genève — 1941.

Não obstante as dificuldades de toda ordem decorrentes da guerra, a Sociedade das Nações continua a publicar os seus magníficos estudos de economia e finanças internacionais. Anda agora acabamos de receber um volume consagrado ao comercio da Europa, compreendendo o estudo dos paises europeus entre si e com o resto do mundo. Datado de dezembro de 1940, esse trabalho abrange as condições comerciais do velho continente até o inicio das hotilidades.

Do capítulo intitulado "A importancia e a composição do comercio europeu", reproduzimos os períodos abaixo, porque deixam perceber qual deve ser a situação atual da Europa, privada quase de intercambio mercantil com os demais continentes:

"Cerca de 19% da população mundial residem na Europa; a superficie da Europa não representa senão 4% da superficie total das terras do globo. Mas, nos anos normais, o valor do comercio da Europa (importações mais exportações) equivale, pouco mais ou menos, ao do comercio de todo o resto do mundo.

A Europa importa mais do que exporta; a sua parte nas importações mundiais, em 1938, se elevava a 56%, ao passo que suas exportações não correspondiam senão a 46% do total das exportações. A sua participação no comercio do mundo, durante aquele ano, era de 51%. Mostraremos adiante como a Europa tem de comprar mais do que vende.

Se se incluir a U.R.S.S. na Europa, as cifras acima acusarão naturalmente um certo aumento, mas esse aumento é pouco importante porque a U.R.S.S. constitue, numa larga medida, uma unidade econômica que se basta a si mesma, e o seu comercio é muito fraco, com relação à sua superficie e à sua população. Ela apresenta, portanto, com a Europa propriamente, um contraste flagrante."

MONITOR ECONÔMICO — Julho de 1941 — Niteroi.

Recebemos pela primeira vez a revista "Monitor Econômico", que se publica em Niteroi, achando-se já no ano II — número 18. Dirigida pelo nosso colega de imprensa Aristides Melo, é dedicada especialmente ao estudo dos problemas econômicos do Estádo do Rio, divulgando ainda abundantes informações e estatísticas dessa ordem sobre o país.

IAPETC — Julho de 1940 — Rio.

Orgão dos funcionarios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte e Cargas, essa revista já está no número II do ano segundo. Tendo como diretor responsavel e redator chefe, respectivamente, os srs. M. Haroldo Dick e Joari Correia, publica vasta colaboração sobre assuntos de sua especialidade, alem de minucioso noticiario das atividades daquela organização.

O CASO DO INSTITUTO DE BUTANTAN — Dr. Plinio Barreto — São Paulo.

A demissão do dr. Afranio do Amaral da direção do Instituto de Butantan deu causa a um processo ruidoso no foro de São Paulo. Como patrono do cientista exonerado funcionou o dr. Plinio Barreto, cujas alegações de defesa foram publicadas numa "plaquette" de que recebemos agora um exemplar.

O trabalho do conhecido advogado e publicista confirma inteiramente o seu renome, por se estribar em sólida argumentação jurídica e se revestir de invulgar brilho literario.

CIRCULAR N.º 97 DA ESTAÇO EXPERIMENTAL AGRÍCOLA DE TUCUMAN.

Continuando a editar e distribuir os resultados das pesquisas e estudos de seu pessoal técnico,

a Estação Experimental Agrícola de Tucuman teve a gentileza de nos enviar mais um, intitulado "El derrame floral (Shedding) y sua influencia sobre los algodonales cultivados en Tucuman", de autoria do sr. G. A. Kreibohm de la Vega, especialista em algodão. Sendo o "shedding", como define o autor, um fenômeno biológico que se observa no algodoeiro, produzido pelo derrame ou perda parcial de botões, flores e frutas em formação, compreende-se o valor dessa contribuição científica para os cultivadores da rica malvacea.

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARA' — Ns. 1 a 6 — 1941.

Não obstante a restrição implícita no seu título, é esse "Boletim" uma publicação de informações comerciais, intercambio, propaganda e expansão econômica do Estado do Pará.

O volume que reune os números 1 a 6, correspondentes aos meses de janeiro a junho de 1941, reproduz o relatorio apresentado à assembléia geral da Associação Comercial, em reunião de 18 de março deste ano, e os comunicados semanais de julho a dezembro de 1940.

RELATORIO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PONTE NOVA — 1940-41.

A Associação Comercial de Ponte Nova, Município do Estado de Minas Gerais, tem as suas atividades, durante o período de 1940-41, largamente documentadas no relatorio apresentado pelo seu presidente, secretario e tesoureiro, editado num folheto.

PUBLICAÇÕES ESTATÍSTICAS DE SANTA CATARINA.

Os orgãos regionais, em Santa Catarina, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, enviaram-nos diversas e importantes publicações dos seus serviços. Essas publicações são as seguintes: "O 50.° aniversario da Encíclica Rerum Novarum", discursos pronunciados nas solenidades comemorativas realizadas em Florianópolis; "Serviço de Informações", nos. 31 e 32, correspondentes a janeiro e fevereiro, março e abril de 1941; "Relatorio da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística", compreendendo o seu movimento durante o ano de 1940 e o primeiro semestre do exercício corrente; "São Francisco", noticia estatístico-descritiva pelo sr. Arnaldo S. Tiago desse municipio do florescente Estado; "Localidades catarinenses", prontuario apresentado ao 9.° Congresso Brasileiro de Geografia.

UMA FAZENDA DE CAFE' NO TEMPO DO IMPERIO — Herbert H. Smith — 1941.

O Departamento Nacional do Café acaba de enriquecer a literatura desse produto no Brasil, fazendo traduzir e publicar em folheto um capítulo do livro "Brazil — The Amazons and Coast", do sabio norte-americano Herbert Smith. Intitula-se esse capítulo "Uma fazenda de café no tempo do Imperio", referindo-se a uma fazenda situada no atual municipio fluminense de Entre Rios.

E' uma obra descritiva de incontestavel valor histórico e econômico, porque contem abundantes informações sobre a cultura cafeeira do país, nas vésperas da abolição da escravatura e numa de suas zonas de maior produção. O regime do trabalho escravo, o maquinario existente numa fazenda de café, os métodos então adotados na lavoura, o sistema tributario do Imperio, os primeiros passos da E. de F. D. Pedro II, hoje Central do Brasil, bem como da estrada de rodagem União Industria, constituida pelo genio empreendedor de Mariano Procopio, são assuntos tratados pelo autor com minucias de verdadeira reportagem:

SINOPSE ESTRUTURAL E FUNCIONAL DO ESTADO BRASILEIRO — 1941.

Quando registramos o recebimento do "Anuario Estatístico do Brasil, ano IV — 1938", publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, daqui sugerimos a necessidade de ser editada em separata a "Sinopse Estrutural e Funcional do Estado Brasileiro", com que se abria a referida obra. Folgamos, por isso, em ver concretizada a nossa sugestão num folheto impresso pelo Serviço Gráfico do mesmo Instituto, destinando-se a divulgar mais amplamente a magnífica sinopse ilustrativa, que dá a melhor idéia de conjunto do novo regime político do Brasil.

Em "Nota Explicativa" do trabalho em apreço é prevenido o espírito do leitor sobre o modo de ler o texto esquemático. Fica assim facilitada a compreensão da esplendida análise da nossa lei básica realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

PUBLICAÇÕES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO ESTADO DE PARAIBA

Com um corpo de técnicos dedicados e um conjunto de serviços efecientes, a Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas do Estado de Paraíba apresenta os resultados dos seus estudos e iniciativas através de excelentes publicações. Dessas recebemos as seguintes, que representam valiosa contribuição para o desenvolvimento da economia paraibana:

"O algodão Mocó e o seu melhoramento na Paraíba", pelo agrônomo Carlos Vitor de Oliveira Faria, chefe do Serviço Experimental e professor de Genética da Escola de Agronomia do Nordeste; "O homem e a produção", pelo agrônomo José Guimarães Duque, secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas; "Instruções práticas para plantação de amoreiras e criação de bichos de seda", pelo dr. Rafael Hallage, diretor do Instituto Sericícola do Estado; "Escola de Agronomia do Nordeste — Serviço de melhoramento de algodão da Paraíba", pelo agrônomo Carlos Vitor de Oliveira Faria; "Boletim de Publicidade Agrícola", orgão de divulgação agro-pecuária orientado e dirigido pelos técnicos das repartições subordinadas à Secretaria da Agricultura.

"PERNAMBUCO — TRAÇOS DE SUA GEOGRAFIA HUMANA" — Mario Lacerda de Melo — Recife — 1940.

O autor, funcionario da Secção de Estudos Econômicos do I.A.A., estudou com rara habi-

COMENTARIOS DA IMPRENSA

A transcrição de notas e comentarios da nossa imprensa, nesta secção, não significa, convém deixar bem claro, concordancia, da nossa parte, com os conceitos neles exarados.

AÇUCAR E ALCOOL

Muito oportuno foi a medido odatado, recentemente, pelo Instituto do Açucar e do Alcool, no sentido do elevação do percentagem do misturo obrigatorio do alcool onídrico com a gosolina. Os beneficios que desso providencia odvirão para o economia pernambucana são evidentes.

Não é de haje o preocupação dos nossos homens de governo diante de um problemo que pode ser enunciodo em termos duplos: o necessidode de reduzir as importações de combustíveis estrangeiros e o conveniencia de inscrever o alcool como combustível, em eventual e progressivo substituição, sempre que possivel com bons resultodos poro os consumidores, oo produto de fora.

As dificuldades de ordem econômico que se opunham oo emprego do alcool como corburonte só puderam ser vencidos pelo Instituto, porque elas envolviom questões de certa complexidode, impossiveis de ser resolvidas por simples diligencios e esforços isolodos e

---

lidade os aspectos antropogeográficos de Pernambuco, procurando afastar-se de concepções teóricas, para entrar objetivamente no assunto. O livro está dividido em três partes. A primeira trata da configuração, situação e superficie. A segunda parte contem o estudo da paisagem praieira e da mata. Finalmente, na última parte, o escritor mostra a formação das cidades, salientando o papel que teve o açucar no desenvolvimento dos primeiros núcleos de população da importante terra nordestina. Nas páginas do livro do sr. Mario Lacerda de Melo, sente-se a preocupação de um espírito ávido de coisas novas e que, acima de tudo, conclue, não se limitando à mera exposição de fatos. O trabalho do jovem escritor está destinado a ser, como já o é, fonte de consulta de quantos se interessem pelos estudos geográficos brasileiros.

"O CONCEITO DE RELIGIÃO ENTRE AS POPULAÇÕES RURAIS" — Vasconcelos Torres — Rio, 1941.

A monografia do sr. Vasconcelos Torres, funcionario da Secção de Estudos Econômicos do I.A.A., editado aquí no Rio, contem interessantes observações sobre o espírito religioso dos trabalhadores rurais do Brasil. Figurando na relação das obras que interessam à Sociologia Americana, mereceu do "The American Journal of Sociology" (julho de 41), referencias elogiosas. O autor estuda pacientemente as populações rurais, investigando o interessante aspecto que é tema da monografia que escreveu. O trabalho é prefaciado pelo sr. Oliveira Viana.

DIVERSAS

BRASIL — "Revista do D.A.C.", n. 111; "Imposto de Consumo", n. 27; "Rev. do Inst. do Café de S. Paulo, n. 172; "Vitoria", n. 403; "Boletim do Ministerio das Relações Exteriores", n. 14, índice; "Revista da Assoc. Com. do Maranhão", n. 192; "Ceres", n. 11; "Boletim do Cons. Fed. de Com. Exterior", ns. 27, 28 e 29; "Boletim da Assoc. Com. do Pará", ns. 1 a 6; "Boletim da Cooperativa Instituto de Pecuaria da Baia", n. 30; "Revista de Ciencias Econômicas", n. 3; "São Paulo", n. 6; "Revista do I.R.B.", n. 8; "Revista Brasileira de Geografia", n. 2; "Revista Comercial de Minas Gerais", n. 43; "O Economista", n. 256; Boletim Semanal da Ass. Com. do Rio de Janeiro", n. 280; "Mensario Estatístico", n. 27; "Boletim de Public. Agrícola", ns. 7, 8 e 9; "Boletim da S.A.I.C. de Pernambuco"; "Vida Carioca", n. 171; "Relatorio da Secretaria de Finanças de Minas Gerais", 1940; "O Meio na Imprensa Nacional", 1941; "Bragantia", ns. 1, 2, 3 e 4; "Hamann", n. 41; "Revista Bancaria Brasileira", n. 103; "I.A.P.E.T.C.", n. 11; "Monitor Econômico", 18; "Boletim do Departamento de Estatística de Minas Gerais", n. 9; "Boletim do Conselho Técnico de Economia e Finanças", n. 6; "Estudos Brasileiros", ns. 16 e 17

EXTERIOR — "La Industria Azucarera", n. 573; "Revista del Comercio Exterior", n. 6; "Revista de la Unión Industrial Uruguaya", n. 44; "Boletim de Estadistica Agropecuaria". n. 527; "Brazil Trade Journal", n. 4; "The Philippine Agriculturist", n. 2; "Szemle", n. 1 — 6; "Gaceta Algodonera", n. 210; "Revista di Politica Economica", ns de março a abril de 1941; "The Australian Sugar Journal", n. 3; "Revista de la Camara de Comercio de Guaiaquil", n. 388; "Revista de la Camara de Comercio Argentino-Brasileña", n. 309; "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", n. 29; "Archief voor de Suikerindustrial in Nederland", ns. 24, 1 e 2; "The Journal of Agriculture of the University of Puerto Rico", n. 4; "Bulletin Mensuel de Renseignements Techniques", n. 5; "Noticioso", n. 139; "Revista de Agricultura de Puerto Rico", n. 2; "Sugar News", n. 22; "Travelers Guide", n. 6; "Circular da Est. Exp. Agric. de Tucuman", n. 97; "Revista de Agricultura da Republica Dominicana", n. 136.

desarticulados. O primeiro e eficiente passo consistiu, portanto, na obrigatoriedade da mistura na base de uma percentagem condicionada às possibilidades da produção regular, em cada zona do país. Isso já vinha sendo feito, com êxito, desde alguns anos e a decisão do Instituto, agora, de ampliar a proporção da mistura, parece revelar que o parque açucareiro está preparado para arcar com as naturais e certamente crescentes exigencias do consumo.

Entretanto, outro aspecto do assunto está a impor, neste particular, um comentario de aplauso à orientação do órgão que supervisiona os problemas ligados à produção do açucar e do alcool. Referimo-nos, está visto, ao impulso que a execução da medida vai proporcionar à economia de nossa Estado. Sempre é cabivel lembrar que a prosperidade pernambucana nunca deixou de estar ligada à cultura da cana de açucar, à industria açucareira. E' uma atividade tradicional e quatro vezes secular, que se iniciou com a existencia mesma da primeira fase de nossa historia.

Faz-se oportuno lembrar, tambem, que não se trata de uma atividade que teria dado ótimos resultados, no passado, e que agora deva ceder lugar a outras, mais proveitosas e prometedoras. E' preciso não confundir a necessidade de incentivar outras culturas — o que é justo e sabio, como política econômica, sobretudo na atual fase do mundo — com o abandono de uma produção que, ainda agora, está salvando o nosso Estado da terrivel crise consequente à guerra, em virtude do fechamento de grande número de mercados estrangeiros. E' que o açucar que produzimos é inteiramente consumido nos mercados internos e, assim, o artigo está livre das oscilações e azares impostos pela situação anormal do comercio com o exterior.

Continua a ser o açucar, deste modo, a principal fonte de riqueza de Pernambuco, estando para a nossa terra muito mais do que o café, o cacáu e a borracha estão para o Brasil. Será contra-senso não amparar essa industria, da qual, pode-se dizer, depende a prosperidade e o bem-estar de toda uma população ou a sua propria e irremediável ruina. Tenhamos presente esta verdade, ante quaisquer devaneios e ilusões. De certo que a policultura se impõe, mas será o caso de se dizer: cultura intensiva onde for conveniente, porque policultura não quer dizer, como pensam muitas, com pouca familiaridade dos problemas pernambucanos, dispersão de esforços.

Cada forma de atividade — e elas devem multiplicar-se, sabemos todos — tem que se articular em bases bastante sólidas e não em perigosas construções, oscilantes e precarias. Não será possivel submeter a um criterio semelhante o arcabouço da industria açucareira, no Brasil e em Pernambuca, particularmente. Se a realidade exige ajustamentos e se à velha indústria devem ser dedicadas atenções especiais, que a atuação dos poderes públicos e de todos os que realmente se interessam pela grandeza do Estado seja no sentido de ajudá-la, ampará-la como o requerem os imperativos de nossa economia, e não malsiná-la, por sistema, e concorrer para o seu desmoronamento que, em última análise, significa a propria e completa desorganização da vida econômica de Pernambuco.

Leis idênticas atendem aos que empregam seus esforços na produção do açucar. Fornecedores de cana e banguezeiros têm os seus interesses defendidos pelo Instituto do Açucar e do Alcool. E o mesmo espírito de justiça, o mesmo criterio prevaleceu na distribuição das quotas para as usinas.

Queremos crer que o orgão de controle da produção açucareira continue a manter essa orientação sadia, harmonizando, sempre, os interesses de todos os que se aplicam na industria do açucar e do alcool, e essa elevada linha de conduta, de certo, prevalecerá, agora que se levam a efeito os debates para a redação final do projeto de regulamentação definitiva da produção açucareira. E tanto é cabivel esse juizo quanto se conhece o pensamento que informa os dirigentes do país, cujo propósito único é o de proteger a economia nacional, propósito que só pode ser alcançado através de providencias do mesmo carater da que mencionámos e aplaudimos, no início, destes comentarios.

("Jornal do Comercio", Recife, 20-7-41).

BRASIL AÇUCAREIRO

ORGÃO OFICIAL DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Registrado com o n.º 7.626, em 17-10-934, no 3.º Oficio do Registro de Títulos e Documentos

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA GENERAL CAMARA N. 19 7.º AND. - S. 12

TELEFONE: 23-6252 — CAIXA POSTAL, 420

OFICINAS — RUA MAYRINK VEIGA, 22 — TELEFONE 23-3990

DIRETOR — **Miguel Costa Filho**
Redator principal — **Joaquim de Melo**
Redatores — **Gileno Dé Carli, Teodoro Cabral, José Leite e Renato Vieira de Melo**

Assinatura (anual), para o Brasil	**25$000**
Assinatura (anual), para o exterior	**35$000**
Número avulso............................	**3$000**

Acham-se esgotados, para venda avulsa, os números de março, abril e maio de 1934, abril e junho de 1935 e janeiro e março de 1936.

Vendem-se coleções desde o 3.º volume, encadernadas, por semestre, e o número especial com o índice alfabético e remissivo, do 1º ao XIII volume.

As remessas de valôres, vales postais, etc., devem ser feitas ao Instituto do Açucar e do Alcool e não a BRASIL AÇUCAREIRO ou nomes individuais.

ANUNCIOS:

1	**Página**...........................	**400$000**
1/2	**"**	**200$000**
1/4	**"**	**100$000**

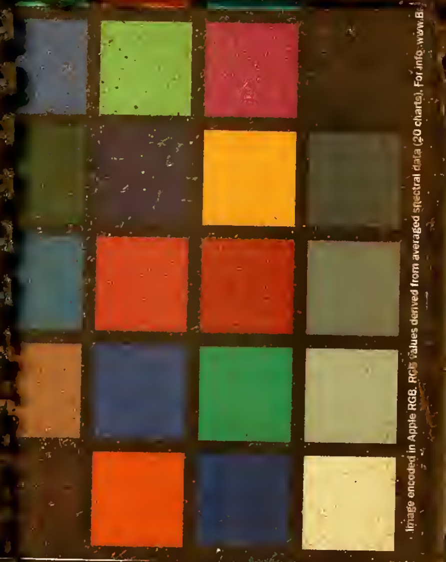
Os anuncios com colocação determinada pagarão mais 20%.
Os recibos só serão válidos quando assinados pêlo diretor.
Agentes de publicidade : Pernambuco — **Otavio de Morais ;**
Porto Alegre — **Heitor Porto & Cia**.

Representante para as Repúblicas Argentina e do Uruguai :
Gaston T. G. DE MOL — Caixa Postal 793 - BUENOS AIRES.

Esta Revista foi composta e impressa na Gráfica Rio-Arte — S/A J. Lucena — Rua Mayrink Veiga, 22 — Rio de Janeiro


0
1
U.S.A.
2
3
4
5


EGON RULE CO.
1
U.S.A.
2
3
4


Image encoded in Apple RGB. RGB values derived from averaged spectral data (20 charts). For info: www.


60